

PROF. JOSÉ DE SOUZA HERDY
ESCOLA DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
CURSO DE SERVIÇO SOCIAL

ANA CLÁUDIA AFONSO 2403297
MOISÉS MAIA RANGEL 2403301
PAULA CRISTINA THOMAZ LEITE 2403280
SAMANTA PALMEIRA DE FRANÇA 2401107

**ASSISTENTE SOCIAL NAS ESCOLAS: a importância da inserção do
Serviço Social neste espaço sócio ocupacional a partir da
concepção dos profissionais que atuam no Centro Integrado das
Escolas Públicas - CIEP 199 Charles Chaplin**

DUQUE DE CAXIAS, RJ
2019

ANA CLÁUDIA AFONSO 2403297
MOISÉS MAIA RANGEL 2403301
PAULA CRISTINA THOMAZ LEITE 2403280
SAMANTA PALMEIRA DE FRANÇA 2401107

**ASSISTENTE SOCIAL NAS ESCOLAS: a importância da inserção do
Serviço Social neste espaço sócio ocupacional a partir da
concepção dos profissionais que atuam no Centro Integrado das
Escolas Públicas - CIEP 199 Charles Chaplin**

Monografia apresentada ao Curso de
Serviço Social da Universidade do Grande
Rio Prof. José de Souza Herdy, como parte
dos requisitos Parciais para a obtenção do
Título de Bacharel em Serviço Social.

Orientador (a): Prof. Diego Augusto Rivas
dos Santos.

DUQUE DE CAXIAS, RJ
2019

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UNIGRANRIO – NÚCLEO DE COORDENAÇÃO DE BIBLIOTECAS

A257a Afonso, Ana Cláudia.

Assistente social nas escolas: a importância da inserção do serviço social neste espaço sócio ocupacional a partir da concepção dos profissionais que atuam no Centro Integrado das Escolas Públicas – CIEP 199 Charles Chaplin / Ana Cláudia Afonso, Moisés Maia Rangel, Paula Cristina Thomaz Leite, Samanta Palmeira de França. – Duque de Caxias, 2019.

98 f. ; 30 cm.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação em Serviço Social) – Universidade do Grande Rio “Prof. José de Souza Herdy”, Escola de Ciências Sociais Aplicadas, 2019.
“Orientador: Prof. Diego Augusto Rivas dos Santos”.
Referências: f. 89-96.

1. Serviço social. 2. Assistentes sociais. 3. Interdisciplinaridade. 4. Escolas. I. Rangel, Moisés Maia. II. Leite, Paula Cristina Thomaz. III. França, Samanta Palmeira de. IV. Santos, Diego Augusto Rivas dos. V. Universidade do Grande Rio “Prof. José de Souza Herdy”. VI. Título.

CDD – 361.3

ANA CLÁUDIA AFONSO
MOISÉS MAIA RANGEL
PAULA CRISTINA THOMAZ LEITE
SAMANTA PALMEIRA DE FRANÇA

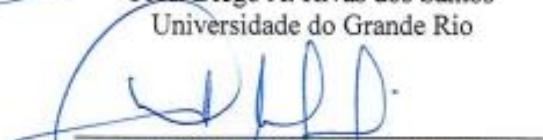
ASSISTENTE SOCIAL NAS ESCOLAS: a importância da inserção do Serviço Social neste espaço sócio ocupacional a partir da concepção dos profissionais que atuam no Centro Integrado das Escolas Públicas - CIEP 199 Charles Chaplin

Monografia apresentada ao
Curso de Serviço Social da
Universidade do Grande Rio
Prof. José de Souza Herdy,
como parte dos requisitos
parciais para obtenção do Título
de Bacharel em Serviço Social.

Aprovado com grau 10,0 (DEZ) em 21 de novembro de 2019.

Banca Examinadora:


Prof. Diego A. Rivas dos Santos
Universidade do Grande Rio


Prof. Adriano P. Basílio de Oliveira
Universidade do Grande Rio


Prof.ª Érica Silva de Oliveira
Universidade do Grande Rio

DEDICATÓRIA

Primeiramente dedicamos esse trabalho a Deus, que foi um verdadeiro guia nessa jornada. E aos nossos professores da faculdade, que foram essenciais na nossa trajetória acadêmica.

AGRADECIMENTOS

Bom, chegou um momento muito importante: o de agradecer por conseguir chegar até aqui. No dia-a-dia falamos, ouvimos, nos expressamos de diversas formas, compartilhamos ideias, nos locomovemos e nos relacionamos. Seja em casa, no trabalho, na faculdade, no lazer, no transporte, enfim, estamos sempre em contato com algumas pessoas. E durante determinados momentos da nossa vida, existem pessoas, objetos ou até mesmo lugares que fazem a diferença, seja positiva ou negativa. Sendo assim, ao concluir este trabalho, preciso agradecer imensamente quem esteve ao meu lado durante esses quatro anos de graduação.

Primeiramente, agradeço à Deus por mais essa conquista, por me dar forças, saúde e discernimento em todos os momentos.

À minha mãe dona Maria da Glória, que me ajudou no cuidado com meus filhos para que eu pudesse frequentar as aulas e os estágios.

Ao meu esposo Rodrigo, que com toda sua calma e paciência cuidou para que tudo ficasse bem durante minha ausência. Aos meus amados filhos Isabella e Ítalo, por eles lutei até aqui e continuarei lutando, agradeço.

Às minhas irmãs Cláudia e Keli e sobrinhos Grace e Pedro por tudo que me ajudaram.

Aos meus colegas de classe, pela troca de informações, momentos de descontração, aos meus colegas também autores desta pesquisa (Paula Thomaz, Moisés Maia e Samanta Palmeira), por dividir esta responsabilidade comigo;

As minhas amigas Paula e Marinês, pela amizade, por toda parceria e ajuda nos trabalhos acadêmicos, agradeço também aos meus colegas de trabalho no hospital, por me ajudarem com as trocas de plantão para que pudesse estudar.

E pela compreensão, agradeço aos professores do Serviço Social da Unigranrio, por todos os ensinamentos, em especial o professor e orientador Diego Rivas, que é um mestre na arte de ensinar, com dedicação, respeito aos alunos e empenho em ministrar as disciplinas com muita competência.

A todos (as), meu muito obrigada.

Ana Cláudia Filomeno Afonso dos Santos

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus por ter-me dado saúde, força e estabilidade psicoemocional para me superar e superar as dificuldades que se colocaram no caminho. Ele que permitiu que tudo isso acontecesse, ao longo da minha vida, e não somente nestes anos como universitário, mas como também no período de preparação para adentrar neste espaço acadêmico, assim como em todos os momentos. Deus é o maior mestre que alguém pode conhecer.

Ao meu maior tesouro na terra que é minha família deixo também meu agradecimento especial, aos meus pais Tânia e Oto, irmã Caroline e namorada Rosana. Sou grato pelo amor, incentivo e apoio incondicional, e foram os sustentáculos que me mantiveram de pé nesta jornada, trazendo consigo os conselhos, a base e o afeto dos quais eu precisava.

Agradeço a todos os professores por me proporcionar o conhecimento, não apenas racional, mas a manifestação do caráter e afetividade da educação no processo de formação profissional, portanto, que se dedicaram a mim, não somente por terem me ensinado, mas por terem me feito aprender. A palavra mestre, nunca fará justiça aos professores dedicados, os quais sem nominar terão os meus eternos agradecimentos.

Dito isto deixo meu sincero abraço e gratidão a todos mestres presentes na minha trajetória como Mônica Ramos, Diego Rivas, Vaniele Soares, Adriano Oliveira, Silene Orlando, Renato Silva, Daniel Albuquerque, Patrícia Nicola, Renata Coelho, Lisis Fernandes, Érica Silva, Rosane Souza, Anália Barbosa, Mônica Ferreira, Marcelo Santos, José Geraldo e toda a equipe docente e profissional do Serviço Social da Unigranrio, deixo minhas sinceras gratidões.

Agradeço a esta universidade, seu corpo docente, direção e administração que oportunizaram a janela que hoje vislumbro um horizonte superior, eivado pela acendrada confiança no mérito e ética aqui presentes.

A todos que direta ou indiretamente, minhas (meus) companheiros (as) de classe, fizeram parte da minha formação e desejo levar para a vida, deixo o meu muito obrigado.

Moisés Maia Rangel

AGRADECIMENTOS

Primeiramente a Deus por ter permitido que tudo isso acontecesse, ao longo da minha vida, e não somente nestes anos como universitária, mas em todos os momentos, pois sempre tive a fé em meu coração, independente de religião. Em alguns momentos desta trajetória enfrentei algumas dificuldades onde pensei por diversas vezes trancar o curso, mas o que motivou minha permanência era o amor com o qual os docentes nos transmitiam um leque de conhecimentos e o apoio de meus amigos e familiares.

Agradeço a esta universidade, seu corpo docente, que oportunizaram a janela que hoje vislumbro um horizonte superior, contagiado pela confiança no mérito e ético aqui presente. Ao orientador Diego Augusto dos Santos Rivas, pelo suporte teórico no pouco tempo que lhe coube, pelas suas correções e incentivos. Dedicação e paciência foi seu sobrenome durante a monografia. Seus conhecimentos fizeram grande diferença no resultado final deste trabalho.

Sou grata a todo corpo docente da Universidade Unigranrio, que sempre transmitiu seu saber com muito profissionalismo. Mas sempre temos aqueles professores que tocam nosso coração e percebemos que estamos no lugar certo. Dedico este trabalho às professoras Mônica Eugênia da Silva Ramos e Renata Coelho, profissionais que me ensinaram a vislumbrar um olhar para além dos muros da universidade, em sua totalidade, abrangendo novos espaços.

Aos meus pais Ilson e Maria de Fátima, por seu amor incondicional e apoio. Agradeço ao meu namorado Johnny, que sempre esteve ao meu lado durante o meu percurso acadêmico.

Aos meus colegas do curso de Serviço Social pelas trocas de ideias e ajuda mútua, juntos conseguimos avançar e ultrapassar todos os obstáculos. Ao meu grupo que sobreviveu a este trabalho monográfico, com o qual tropeçamos bastante, mas no final conseguimos e aqui estamos. Em especial agradeço à minha amiga Ana Cláudia Afonso, que neste percurso se fez presente em todos os momentos, me passando motivação, confiança e não permitindo que eu desistisse da academia.

E a todos que direta ou indiretamente fizeram parte da minha formação, o meu muito obrigada.

Paula Cristina Thomaz Leite

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, a Deus por permitir que eu conseguisse concluir esse trabalho diante de tantas dificuldades, bem como a Olodumare, a Oxum e Xangô aos Orixás por terem me guiado por toda essa caminhada, me fazendo permanecer firme para conciliar estudo e maternidade.

Gostaria ainda de agradecer as pessoas que estiveram comigo, dentre as quais:

Em especial ao meu filho Heitor que chegou como um presente no decorrer desse período.

Ao meu marido Feliciano pelo companheirismo, minha irmã Eliane que me criou e a meu Pai que me ensinou que honestidade é tudo.

À minha supervisora Thais Telles que com seu conhecimento e dedicação contribuiu exponencialmente na minha formação.

Ao meu orientador Diego Rivas e todo corpo docente da Instituição de ensino, em especial as professoras Mônica Ramos e Rosane Ferreira. Aproveito também para destacar pessoas importantes nessa minha trajetória acadêmica e pessoal: Eli-Sandra, Airton (Juninho), Felipe (meu eterno "*best friend*"), Leandro, Lígia e Susane, a vocês gratidão. E, aos meus companheiros de trabalho Ana Cláudia, Moisés e Paula.

Como disse Paulo Coelho "Imagine uma nova história para sua vida e acredite nela. ", e foi isso que eu fiz, pois mesmo diante de todas as dificuldades acreditei e hoje colho os frutos dessa vitória.

Enfim, agradeço a todas as pessoas que fizeram parte dessa fase decisiva e de transição da minha vida.

Samanta Palmeira

"Talvez não tenha conseguido fazer o melhor, mas lutei para que o melhor fosse feito. Não sou o que deveria ser, mas Graças a Deus, não sou o que era antes".

(Marthin Luther King)

RESUMO

Este estudo tem por objetivo, problematizar, a partir de um referencial teórico, a importância da inserção do Serviço Social no espaço da escola, compondo a equipe profissional, no sentido de contribuir, para promoção da cidadania e atuar no enfrentamento das expressões das questões sociais, da Escola Estadual Colégio Charles Chaplin, localizada no município de Duque de Caxias, escolhida para ser o campo empírico desta pesquisa. Para alcançar os objetivos do estudo foram realizadas entrevistas com a equipe pedagógica que atua na Escola Estadual Colégio Charles Chaplin. Trata-se de um estudo descritivo, realizado através de uma pesquisa exploratória bibliográfica atrelada a uma pesquisa de campo com uma abordagem qualitativa, realizada com os profissionais que atuam na instituição. Buscou-se, por meio das entrevistas realizadas, ainda descrever os principais enfrentamentos sofridos pelos profissionais que ali atuam, a partir das correlações de força e poderes estabelecidos institucionalmente. Assim, o trabalho teve como proposta, refletir criticamente sobre a necessidade da inserção do Assistente Social na escola. Logo, através desta pesquisa será visto a importância do Serviço Social na educação que se mostrará de suma relevância para a sociedade.

Palavras-chave: Serviço Social. Serviço Social na escola. Educação. Equipe Interdisciplinar.

ABSTRACT

This study aims to problematize, from a theoretical framework, the importance of the insertion of Social Work in the school space, to promote citizenship and act in coping with the expressions of social issues, of the Charles Chaplin State School College, located in the municipality of Duque de Caxias, chosen to be the empirical field of this research. To achieve the objectives of the study, interviews were conducted with the pedagogical team that operates at the Charles Chaplin State College School. This is a descriptive study, carried out through a bibliographic exploratory research linked to a field research with a qualitative approach, carried out with professionals working in the institution. The main confrontations suffered by the professionals who work there were also sought through the interviews, based on the correlations of force and institutionally established powers. Thus, the work had as a proposal, to reflect critically on the need to insert the Social Worker into school. Therefore, through this research will be seen the importance of Social Work in education that will be of paramount relevance to society.

Keywords: Social service. Social Work at school. Education. Interdisciplinary team.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
CAPÍTULO 1: ESTUDOS E PRESSUPOSTOS PRELIMINARES DA IMPORTÂNCIA DA INSERÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL NA ESCOLA	16
1.1 Apresentação do problema de pesquisa e os assuntos que permeiam esta discussão	17
1.2 A contribuição e a relevância da pesquisa.....	22
1.3 Procedimentos Metodológicos.....	23
CAPÍTULO 2: O SERVIÇO SOCIAL NA EDUCAÇÃO: Seus Pressupostos e Importância.....	26
2.1 Reflexões preliminares acerca do conceito de educação.....	26
2.2 Educação e Capitalismo: uma análise dessa relação	32
2.3 A profissão do Serviço Social no Brasil e os subsídios para atuação do Assistente Social na política de educação: a inserção e contribuição do profissional neste espaço	38
2.4 As Possibilidades e os Desafios a serem enfrentados acerca da Inserção do Assistente Social na Política de Educação	57
CAPÍTULO 3: ANÁLISE DESCRITIVA E ANALÍTICA DOS DADOS COLETADOS	66
3.1 Aproximação com o campo empírico da pesquisa.....	66
3.2 Os desdobramentos da pesquisa de campo realizada em eixos de análise.....	69
3.2.1 Eixo I: As principais expressões da questão social existentes no espaço da escola na concepção dos profissionais que participaram da pesquisa.....	69
3.2.2 Eixo II: Os principais desafios no espaço escolar na visão dos profissionais	71

3.2.3 Eixo III: A contribuição da inserção do Serviço Social e do Profissional de Assistência Social na Educação	74
3.2.4 Eixo IV A visão dos profissionais que atuam nesse espaço escolar com foco no trabalho do Assistente Social.....	76
3.3. A Contribuição do Serviço Social para a discussão proposta	80
3.4. As três dimensões do saber e fazer profissional articuladas à pesquisa realizada	81
3.5 A contribuição/legado da pesquisa e as propostas a serem adotadas	83
CONSIDERAÇÕES FINAIS	85
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	89
ANEXO: Modelo TCLE	97
APÊNDICE: Roteiro de Entrevista.....	98

LISTA DE SIGLAS

ACB: Ação Católica Brasileira
ASEMA: Apoio Socioeducativo em Meio Aberto
CEAS: Centro de Estudos e Ação Social
CF: Constituição Federal
CFESS: Conselho Federal de Serviço Social
CFP: Conselho Federal de Psicologia
CIC: Campos de Integração Curriculares
CIEP: Centro Integrado de Escolas Públicas
CRAS: Centro de Referência de Assistência Social
CRESS: Centro de Referência Especializado de Assistência Social
ECA: Estatuto da Criança e do Adolescente
EJA: Ensino Médio e educação de Jovens e Adultos
EMI: Ensino Médio Inovador
FNDE: Fundo Nacional de Desenvolvimento e Educação
IBGE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas
IDEB: Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
IDH: Índice de Desenvolvimento Humano
IPEA: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
LDB: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEC: Ministério da Educação
ONGs: Organizações não Governamentais
PDE: Plano de Desenvolvimento da Educação
PL: Projeto de Lei
PNUD: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PUC: Pontifícia Universidade Católica
RPE: Rede de Proteção do Educando
SENAI: Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SESI: Serviço Social da Indústria
UFRJ: Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

INTRODUÇÃO

A educação é um bem de essencial importância para o desenvolvimento humano e, por extensão, social. É por meio dela que uma nação consegue alcançar as necessárias transformações para, assim alcançar o progresso e efetuar a emancipação humana, de forma crítica e autônoma.

Pode-se dizer que não há um sentido unívoco para o termo educação. Ela é algo tão vasta quanto às relações humanas, por isso Brandão (2006), afirma que:

Ninguém escapa da educação. Em casa, na rua, na igreja ou na escola, de um modo ou de muitos todos nós envolvemos pedaços da vida com ela: para aprender, para ensinar, para aprender-e-ensinar. Para saber, para fazer, para ser ou para conviver, todos os dias misturamos a vida com a educação. Com uma ou com várias: educação? Educações. E já que pelo menos por isso sempre achamos que temos alguma coisa a dizer sobre a educação que nos invade a vida (p. 7).

De acordo com esta premissa, pode-se apreender que a educação extrapola o ambiente escolar, uma vez que acontece em casa, na escola, na rua etc. Ela não é um ponto de chegada, mas um processo.

Neste processo se encontra a dinamicidade das ações e das relações entre as pessoas e grupos, fazendo deste processo um organismo que produz e reproduz transformações sociais. Ou seja, a educação está presente em todas as dimensões da vida.

Aprofundando este conceito, o documento “os Subsídios para a Atuação de Assistentes Sociais na Política de Educação” de 2011-2014 explicitam que:

A educação é um complexo constitutivo da vida social, que tem uma função social importante na dinâmica da reprodução social, ou seja, nas formas de reprodução do ser social, e que numa sociedade organizada a partir da contradição básica entre aqueles que produzem a riqueza social e aqueles que exploram os seus produtores e expropriam sua produção. Este complexo assume predominantemente o caráter de assegurar a reprodução dos contextos sociais, das formas de apreensão do real, do conjunto de habilidades técnicas, das formas de produção e de socialização do conhecimento científico que reponham contínua e ampliadamente as desigualdades entre as classes fundamentais e as condições necessárias à acumulação incessante. Integra, junto com outras dimensões da vida social, o conjunto de práticas sociais necessárias à continuidade de um modo de ser, às formas de sociabilidade que particularizam uma determinada sociedade. Sua função social, portanto, é marcada pelas contradições, pelos projetos e pelas lutas societárias e não se esgota nas instituições educacionais, embora tenha nelas um espaço privilegiado de objetivação (CFESS-CRESS p. 16).

Neste pensamento, é possível considerar também, como ensina Mészáros (2009), que a educação, com seus processos sociais e educacionais abrangentes de reprodução estão profundamente ligados.

Em função disso, faz-se necessário o entendimento dos aspectos da educação escolar, analisando, como parte importante desse estudo, a influência que os problemas sociais têm na vida dos estudantes.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 1996 aponta a escola como um espaço institucional legítimo para a promoção da educação e que esta, deve estar conectada “ao mundo do trabalho e a prática social”, além de ressaltar também e seu primeiro artigo que a “educação abrange os processos formativos se desenvolvendo na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais” (BRASIL, 1996).

Desse modo, é preciso primar por um ambiente educacional que priorize o desenvolvimento dos educandos para a cidadania, orientando-os sobre seus direitos e deveres, instruindo-os, habilitando-os, e educando-os, a fim de superar as desigualdades e a exclusão social. Mais que isso, é preciso estimulá-los também para se tornarem sujeitos autônomos.

Em função disto, pode-se considerar que a escola representa um dos espaços de atuação e intermediação do Assistente Social, uma vez que este profissional está habilitado para atuar no enfrentamento dos problemas sociais, por meio do acompanhamento social das famílias, do fortalecimento de seus vínculos e da promoção das suas potencialidades, para que alcancem a emancipação social (FALEIROS, 2010).

Para atender o tema do estudo, este trabalho busca abordar uma temática, cujo interesse foi despertado nos autores durante as aulas das disciplinas de Planejamento e Administração em Serviço Social e Avaliação e Monitoramento em Serviço Social cursadas no decorrer da formação profissional pelos autores desta pesquisa, no Curso de Serviço Social que culminou no desenvolvimento do “Projeto Sopa de Letrinhas”, que buscou diagnosticar, planejar e intervir nos eminentes casos de evasão escolar. Com isso, motivados em aprofundar os estudos no que se refere à inserção e atuação do Assistente Social na política pública de educação, emerge este estudo.

Em atenção aos objetivos, o estudo pretende, para facilitar o entendimento do mesmo, conceituar educação, refletir sobre a mesma no mundo capitalista, demonstrar como o Assistente Social se insere neste contexto e sua importância para tratar das questões urgentes no âmbito escolar e os desafios de sua profissão na Política de Educação.

A partir deste trabalho apresentamos no capítulo 1 sob o título “Estudos e pressupostos preliminares da importância da inserção do Serviço Social na escola” a problemática envolvida, a contribuição e pertinências do estudo através das questões que surgem sobre a importância da inserção do Assistente Social na educação, desenvolvido em três subtemas, assim como a metodologia com o caminho percorrido durante o estudo, para melhor explicitá-lo.

Já no capítulo 2 intitulado “A Educação: seus pressupostos e sua importância”, realizou-se uma revisão de literatura, sobre o conceito de Educação e dando destaque a discussão acerca da Política Nacional de Educação, onde realizou-se uma contextualização sobre a educação e o capitalismo. Buscando dar corpo a nossa pesquisa, através do viés marxista, ao qual será apresentada sobre a profissão do Serviço Social e a Política de Educação. Nesta esfera destacou-se a compreensão da prática metodológica do Serviço Social dentro da política de educação.

No capítulo 3 intitulado “Análise de Dados”, pontuou-se o resultado da nossa pesquisa de campo, como ponto de partida do método crítico dialético para a apreensão da totalidade do objeto a ser estudado, para melhor compreendermos a análise. Além dos desdobramentos da pesquisa, no que refere às principais expressões da questão social existentes no espaço da escola, na concepção dos profissionais; suas visões sobre essas expressões; a contribuição efetiva que o Serviço Social pode oferecer; a visão dos entrevistados sobre essa oferta da Assistência Social; as possíveis contribuições do Serviço Social; a discussão proposta pelos autores e a análise das três dimensões do saber e fazer do profissional articuladas à pesquisa realizada.

CAPÍTULO 1

ESTUDOS E PRESSUPOSTOS PRELIMINARES DA IMPORTÂNCIA DA INSERÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL NA ESCOLA

A escola, é um dos principais equipamentos sociais e como tal, vem sendo desafiada diariamente a articular o conhecimento, desenvolvido e trabalhado no contexto escolar, com a realidade social do aluno, isto é, suas necessidades sociais e dificuldades. Assim, é fundamentalmente necessário que a escola conheça as realidades sociais dos seus alunos, incluindo reduzir a distância que separa esta escola do universo familiar (MARTINS, 2012).

A autora supracitada, ainda complementa que por ser a escola uma reprodução social das classes, ela deve formar o conhecimento e os valores sociais nos sujeitos. Deve ser capaz de aparelhar os indivíduos para a vida em sociedade. E para que possa realizar o seu papel político, a escola precisa desenvolver, no aluno, o senso crítico, sintonizando-o (o senso) com sua realidade e também com a realidade da sua comunidade, respeitando sua realidade social, cultural e econômica e, a partir dela, criar iniciativas que propiciem a participação também da família, no processo sócio-pedagógico da escola.

Neste pensamento, pode-se entender que a inserção do Serviço Social na escola se destina, justamente, a contribuir com ações que tornem a educação uma prática de: inclusão social; formação da cidadania; e ainda de emancipação dos sujeitos sociais. Neste caso, a escola e o Serviço Social, vão trabalhar inteiramente com a educação, criando oportunidades para permitir que os alunos se tornem conscientes e sujeitos de sua própria história.

De acordo com Sarita Amaro (1997) os Educadores e Assistentes Sociais partilham desafios análogos, os quais encontram na escola o ponto de incidência para enfrentá-los. Ambos necessitam fazer algo a respeito das dificuldades sociais que refletem e impactam, negativamente, no desempenho do aluno, levando o educador pedagógico a valer-se da ajuda do Assistente Social.

Vale destacar que o profissional de Serviço Social, inserido na escola, não desenvolve ações para substituir as exercidas pelos profissionais habituais da área de Educação. Seu apoio se consolida no sentido de subsidiar, contribuir e auxiliar a escola, e os demais profissionais aí inseridos, no enfrentamento das questões que

constituem a pauta das formações dos afazeres do Assistente Social, sobre as quais, não raro, a escola não saberia como intervir.

A assistência social, na escola, trabalha no sentido de revolucionar consciências, proporcionar novas discussões, melhorar as relações interpessoais e grupais. E, por esse motivo, a intervenção do Assistente Social é uma atividade que trabalha em consciências, propagando informações com uma linguagem que é a “relação social” (MARTINELLI, 2011), que diante das mudanças sociais, é capaz de desenvolver um trabalho articulativo e operacional, de interação com a equipe, em busca de estratégias de proposição e intervenção, a fim de resgatar a visão de integralidade e coletividade humana, bem como o real sentido da inquietação e participação do conhecimento.

Neste pensamento, Almeida (2000) complementa dizendo que:

O campo educacional torna-se para o Assistente Social hoje, não apenas um futuro campo de trabalho, mas sim um componente concreto do seu trabalho em diferentes áreas de atuação que precisa ser desvelado, visto que encerra a possibilidade de uma ampliação teórica, política, instrumental da sua própria atuação profissional e de sua vinculação às lutas sociais que expressam na esfera da cultura e do trabalho, centrais nesta passagem de milênio (p.13).

O autor, nesta perspectiva, demonstra que a contribuição que o Assistente Social tem a oferecer, também se dá através de sua atuação junto às equipes interdisciplinares, em cujas esferas dos múltiplos saberes, vinculadas às múltiplas formações profissionais, favorecem uma visão mais ampliada e compreensões mais consistentes, sobre os mesmos processos sociais.

Pelo exposto, o estudo busca desenvolver a temática da importância da inserção do Assistente Social na política de educação a partir da concepção dos profissionais que atuam no Centro Integrado das Escolas Públicas - CIEP 199 Charles Chaplin, sito a Avenida Chopin, s/nº, Jardim Gramacho, Duque de Caxias (Baixada Fluminense) RJ.

1.1 APRESENTAÇÃO DO PROBLEMA DE PESQUISA E OS ASSUNTOS QUE PERMEIAM ESTA DISCUSSÃO

A pesquisa em questão, suscita a discussão, a partir do estudado, observado e vivenciado pela prática por parte de alguns autores deste estudo, que vem a ser também o campo empírico desta pesquisa, atingindo a todos os outros autores, os

quais se familiarizaram com o tema, por conta das discussões acerca da temática dos problemas educacionais enfrentados pelos diversos profissionais da educação, referentes às questões sociais e as necessidades do aluno para aceder a uma educação mais abrangente, mas que por causa de problemas internos e, em maior número, externos à educação, acabam apresentando resultados insatisfatórios para sua formação efetiva, os quais poderiam ser melhores, se contassem com a ajuda do Assistente Social, que é imprescindível neste processo para criar, desenvolver e administrar projetos para dar suporte aos problemas sociais que transpassam os muros das escolas, limitando o processo educativo.

Desse modo, buscou-se, na pergunta problema, “Qual a importância da inserção de Assistentes Sociais nas escolas, a partir da concepção dos profissionais que nelas atuam?” evidenciar a importância deste profissional no âmbito escolar como primordial, partindo desta hipótese, para aprofundar este estudo.

A fim de responder o problema da pesquisa, elaborou-se as seguintes hipóteses: os níveis de violência, desrespeito, *bullying* e até suicídio - forma se grito simbólico - podem ser reduzidos quando o Assistente Social intervém nessas questões dentro da escola; os direitos da criança e do adolescente são evidenciados numa escola que insere o Assistente Social em seu quadro de funcionários; os processos de ensino/aprendizagem podem ser facilitados quando há a intervenção do Assistente Social; a evasão é menor quando o Assistente Social está presente na escola, pois este profissional está capacitado para ajudar e apoiar o aluno com dificuldades; e as famílias podem ser mais participativas na educação de seus filhos quando o Assistente Social está presente na escola, pois é ele quem está mais habilitado para atuar no fortalecimento dos laços familiares, nas relações sociais, questões relacionadas com a gordofobia, sexualidade entre outras.

O estudo tem mostrado que, no contexto educacional, a figura do Assistente Social, se encontra em um processo de maturação mal reconhecido, principalmente em termos de suas funções e trabalho profissional. Atualmente, no âmbito escolar, encontramos alguns Assistentes Sociais trabalhando em equipes interdisciplinares compostas por educadores, psicólogos e outros profissionais associados com a área educacional, desenvolvendo ações de enfrentamento dos problemas referentes ao mundo escolar, a princípio, porém não são todas as escolas que contam com esse profissional.

Por isso, o estudo trata da importância e necessidade de inserir o Assistente Social no âmbito educacional, a partir da concepção de profissionais que atuam na Escola Estadual Colégio Charles Chaplin, localizada no Município de Duque de Caxias, situada na Baixada Fluminense do Estado do Rio de Janeiro. Sendo assim, faz-se necessário apresentar algumas informações deste território e como a política social setorial da educação vem sendo ofertada neste município, pois conforme as definições dadas pelo CFESS - Conselho Federal de Serviço Social se assinala que através das instituições educacionais é possível identificar problemas a nível pessoal, familiar e comunitário, considerando cada unidade de ensino como fonte de riqueza para a intervenção, além de gerar espaços de promoção e prevenção de problemas sociais (CFESS, 2001).

A Baixada Fluminense é uma das treze regiões do Estado do Rio de Janeiro. Hoje, ela abrange os municípios que se localizam ao norte do município do Rio de Janeiro, sendo eles: Duque de Caxias, Nova Iguaçu, São João de Meriti, Nilópolis, Belford Roxo, Queimados, Mesquita, Japeri, Magé, Paracambi, Guapimirim, Itaguaí e Seropédica. Seu território seria a planície que se entende entre o litoral e as serras do Mar e da Mantiqueira. Esses municípios ficam localizados na região que antigamente era conhecida como Baixada da Guanabara (CEMOBA, 2009).

O Município de Duque de Caxias está dividido em quatro distritos (1º- Duque de Caxias, 2º- Campos Elíseos, 3º- Imbariê, 4º- Xerém)¹, sua população estimada de 914. 383 habitantes, em 2018, configurando o município mais populoso da Baixada Fluminense, o terceiro do Estado do Rio de Janeiro e o 18º do país (IBGE, 2018).

O primeiro distrito é também conhecido como a sede do Município. É nele que se apresenta a maior concentração comercial, com um vasto comércio, centros comerciais, hospitais, escolas, universidades etc. É a área mais valorizada também. No segundo distrito, o destaque está na Refinaria Duque de Caxias Reduc, da Petrobras, em Campos Elísios, que movimenta 80% da produção de lubrificantes e processamento de gás, o que configurou esta região como um forte polo industrial.

¹ 1º DISTRITO: Jardim 25 de Agosto, Parque Duque, Periquitos, Vila São Luiz, Gramacho, Sarapuí, Centenário, Centro, Dr. Laureano, Olavo Bilac, Bar dos Cavaleiros, Jardim Gramacho. 2º DISTRITO: Jardim Primavera, Saracuruna, Vila São José, Parque Fluminense, Campos Elíseos, Cangulo, Cidade dos Meninos, Figueira, Chácara Rio-Petrópolis, Chácara Arcampo, Eldorado. 3º DISTRITO: Santa Lúcia, Santa Cruz da Serra, Imbariê, Parada Angélica, Jardim Anhangá, Santa Cruz, Parada Morabi, Taquara, Parque Paulista, Parque Equitativa, Alto da Serra, Santo Antônio da Serra. 4º DISTRITO: Xerem, Parque Capivari, Mantiqueira, Jardim Olimpo, Lamarão, Amapá.

Esta área também, junto à Rodovia Washington Luís também apresenta um grande polo têxtil. O terceiro distrito de Imbariê é uma área mais residencial com aproximadamente 33 mil habitantes, representando 25% da população deste distrito, enquanto o quarto distrito de Xerém está situado na subida da serra Fluminense, próximo a Petrópolis. Este distrito se destaca pelo Polo Avançado de Xerém da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) que oferece cursos nas áreas de nanotecnologia, física e bionanotecnologia, embora se configure como uma zona mais ruralizada (CMDRC, RJ, 2013).

O CIEP 199 Charles Chaplin localiza-se no bairro de Jardim Gramacho, bairro mais populoso, que pertence ao 1º distrito de Duque de Caxias. De acordo com a pesquisa realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o município possui 178 escolas, 88 instituições estaduais, 2 federais (uma delas técnica) e mais 128 instituições privadas.

Os índices das taxas de alfabetização dos residentes no município (com 10 anos de idade ou mais) é de 92,40% e conforme informações de pesquisas do PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento) e do Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) deste município é 0,711, em 2010, o que o coloca na faixa de desenvolvimento alto (entre 0,700 e 0,799). No entanto, este alto índice se refere à longevidade (0,833), renda (0,692) e por último, a educação (0,624) (ATLAS BRASIL, 2018).

Em 2015, segundo dados do IBGE referente aos resultados do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) os alunos da rede pública, dos anos iniciais tiveram uma nota média de desempenho de 4,5, enquanto os alunos dos anos finais, essa média foi de 3,4. Numa comparação com as idades do mesmo estado (RJ), no primeiro caso, a nota média coloca o município na posição 83 de 92 e no segundo caso, na posição 86 de 92. O índice nacional, em 2017 nos anos iniciais da rede pública foi de 5,94, mas não chegou a 6,0 (IBGE, 2018; QEDU, 2017).

É importante mostrar esses dados, para se ter a noção do perfil de alunos que se encontram nas escolas do município, e é nesse cenário que o Assistente Social ingressa para atuar. E pelos dados apontados, fica notório que o Projeto de Lei que dispõe sobre a obrigatoriedade da inserção dos Assistentes Sociais nas escolas deva ser, de fato, aprovado e regulamentado em todos os municípios, por sua necessidade em atender as demandas apresentadas nos processos educacionais, os quais afetam

a qualidade do ensino/aprendizagem e que são de atribuição do Assistente Social Educacional.

O ambiente escolar é um dos espaços onde é possível que se trabalhe colaborativamente com diretores e equipe de gestão e pedagógica para articular as linhas de ação necessárias para a busca de soluções para qualquer problema que surja.

Neste sentido, o Assistente Social deve orientar, prevenir e reabilitar, como especificidade da sua profissão, bem como reconhecer essas alterações biopsicossociais que se desenvolvem em cada um dos estudantes que compõem a unidade de ensino, desde que durante esse processo educacional, desenvolvam a sua personalidade, aprendizagens relacionadas com as habilidades sociais, para se desenvolver na sociedade e interagir com seu ambiente nos seus diversos níveis: micro, meso, macro², pois o ser humano é um projeto inacabado (FREIRE, 2004)

Pelo supracitado, em relação às demandas da escola e, principalmente dos alunos, é que se deve inserir o Serviço Social nas escolas, nos processos de formação envolvendo a educação, principalmente, a fim de fazer valer os direitos constituídos desse grupo.

Como a escola escolhida para o estudo não tem Assistente Social, a pesquisa visa conhecer, sobre a ótica da equipe pedagógica e de professores que aí trabalham, as demandas comuns da escola e como se processam, já que lhe falta este profissional de suma importância nos processos educacionais, trazendo assim, à discussão esta questão da inserção do Assistente Social na educação, para trabalhar de forma conjunta com pedagogos e psicólogos no enfrentamento das questões relacionadas à educação que exigem a atenção do profissional de Assistência Social.

Desse modo, o estudo se propõe, de forma geral, a analisar a importância da inserção do Assistente Social na escola a partir da concepção dos profissionais que atuam no Centro Integrado das Escolas Públicas - CIEP 199 Charles Chaplin, localizado no município de Duque de Caxias. E, de forma específica, identificar as principais expressões da questão social existentes no espaço escolar, na concepção

² Micro: o processo educativo resulta de relações interpessoais, estabelecidas entre os diversos protagonistas envolvidos no processo; meso; a educação é tratada como um problema organizacional, uma vez que a gestão dos recursos (humanos, materiais e financeiros) tem efeitos imediatos na eficácia e na eficiência do processo educativo e macro: a educação se conforma como uma questão econômica e política, quer pela amplitude de necessidades e recursos envolvidos ou funcionamento. Desenvolvimento pessoal; social e institucional (BRANDALISE, 2015).

dos profissionais que atuam na instituição; conhecer a visão desses profissionais que aí atuam, acerca da profissão de Serviço Social; compreender qual a contribuição da inserção do Assistente Social nas escolas, no âmbito escolar e ainda conhecer, na visão destes profissionais como seria o trabalho do Assistente Social com os outros profissionais, atuando neste espaço escolar.

1.2 A CONTRIBUIÇÃO E A RELEVÂNCIA DA PESQUISA

O Serviço Social, enquanto profissão, atua para viabilizar os direitos sociais, seja na escola com suas demandas de caráter pessoal (do aluno), educação (aprendizagem), sociedade e família (parte específica da sociedade). Por isso, o Assistente Social tem uma importância social de grande relevância neste espaço. Sua inserção no âmbito escolar é imprescindível, pois seu trabalho pode propiciar a efetivação do direito à educação, assim como dos meios que contribuem para a permanência do aluno na escola, uma vez que este profissional trabalha com as “sequelas da questão social expressa nas relações sociais que no espaço escolar se materializam em forma de violência, evasão escolar, desigualdades sociais, entre outras” (OLIVEIRA et al, 2015, p.117).

E a partir desta compreensão, a relevância do estudo se dá pelo conhecimento e divulgação da importância e necessidade deste profissional na educação para atuar junto às diversas demandas oriundas da questão social, presentes na educação. O estudo apresenta relevância acadêmica, pois se espera a partir desta inquietude que gerou essa pesquisa, despertar nos alunos o interesse de buscarem mais conhecimento em outros estudos sobre o tema, a fim de ampliar seus conhecimentos e dar continuidade a este debate.

Este estudo, também apresenta relevância para a instituição pesquisada, cujos resultados poderão apresentar elementos favoráveis a inserção dos Assistentes Sociais no espaço escolar. É de igual importância para os profissionais da área educacional (professores, gestores, educadores, psicólogos e, claro, assistentes sociais que também podem se beneficiar com as informações aqui veiculadas e, do mesmo modo, incentivar a maiores estudos. E por último, e não menos importante, o estudo se estende à sociedade, para quem estes conhecimentos também podem ser relevantes, uma vez que é um tema de interesse, pois traz benefícios a todas as pessoas envolvidas.

1.3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para Maria Cecília Minayo (2002) a metodologia é o “caminho do pensamento (concepções teóricas), a prática exercida na abordagem da realidade (o conjunto de técnicas que possibilitam a construção da realidade) e o sopro do potencial criativo do investigador” (2002, p. 16).

O estudo, então, se debruçou em seu desenvolvimento na teoria social crítica do filósofo alemão Karl Marx, partindo do princípio de uma análise que a educação na ótica capitalista se resume simplesmente a uma capacitação para o mercado de trabalho; sendo que esta deve promover maior consciência da realidade, a emancipação e as ferramentas para o indivíduo construir sua autonomia enquanto cidadão dotado de direitos e deveres. E Marx nos traz o arcabouço teórico para interpretar o que está posto nesta realidade através da dialética e criticidade.

Assim, para este estudo, se propôs trazer a realidade observada e compará-la às publicações teóricas e buscar, criativamente, observar e descrever os resultados encontrados, mas também poder colaborar com proposições que contribuam de forma relevante científica e socialmente.

Visando atingir os objetivos propostos por este estudo, adotou-se a pesquisa exploratória, que segundo Antônio Carlos Gil (2008), é aquela que proporciona maior familiaridade com o problema, explicitando-o.

Trata-se de um estudo descritivo, realizado através de uma pesquisa exploratória de abordagem bibliográfica, na primeira fase, ampliando-se a uma pesquisa de campo, na segunda, por meio de uma pesquisa qualitativa que foi realizada com os profissionais que atuam no CIEP, campo empírico das nossas reflexões. O estudo de campo é aquele que busca se aprofundar em uma realidade específica. Foi realizado através da observação “direta das atividades do grupo estudado e de entrevistas com informantes para captar as explicações e interpretações de como ocorre naquela realidade” (GIL, 2008 p. 10).

Quanto aos procedimentos metodológicos, a pesquisa envolveu um levantamento e análise bibliográfica de abordagem qualitativa, a fim de conhecer o fenômeno, objeto da pesquisa, melhor e consubstanciar o estudo.

A pesquisa bibliográfica foi feita a partir de textos sobre o tema em questão encontrados em livros, periódicos, trabalhos acadêmicos (artigos, monografias e

teses) publicados na base de dados indexados como os de universidades, Scielo (*Scientific Electronic Library Online*) e bibliotecas virtuais idôneas, a partir dos descritores pré-definidos com o objetivo de encontrar além das informações de autores tradicionais, também informações dos últimos cinco anos para cobrir melhor o tema em estudo.

Esse método de estudo bibliográfico agrupa e considera o conhecimento científico produzido, através da análise dos resultados já comprovados em outros estudos de pesquisadores das áreas que englobam o tema. Para facilitar a busca, foram utilizados os descritores como “Assistente Social Educacional; Política Educacional; Projeto de Lei nº 3.688/2000; Serviço Social na Educação”.

Como critério de inclusão foram utilizados artigos publicados nos últimos 10 anos, completos, em idioma português, que abordassem os descritores no título, resumo ou palavras-chave. Como critérios de exclusão, textos repetidos, os que não atendiam ao tema e textos tarifados.

Na segunda fase, a pesquisa exploratória foi feita no Centro Integrado das Escolas Públicas - CIEP 199 Charles Chaplin, em Jardim Gramacho, Duque de Caxias, RJ. Ao adentrar o espaço da escola, os autores desta pesquisa visando conhecer o espaço físico, verificou-se como funciona a escola, quantos alunos, quais níveis de ensino são oferecidos, número de professores etc. E, agendou-se as entrevistas que, para atender a disponibilidade dos entrevistados, foram feitas em quatro visitas, para melhor conhecer as demandas da escola e como este grupo lida com os problemas próprios da instituição sem a contribuição do Assistente Social.

O estudo buscou trabalhar, pela limitação do tempo e de oportunidade para acessar todo o corpo docente, com os professores que trabalham em tempo integral na instituição, que são 4, além da coordenadora e a diretora, perfazendo um universo de 6 participantes. Contudo, dos 4 professores disponíveis, apenas 3 se propuseram a responder o questionário.

O estudo foi submetido ao comitê de ética e pesquisa, por meio do cadastro na plataforma Brasil, tendo em vista que o estudo em tela envolve seres humanos, atendendo a Resolução 466/12 que dispõe sobre as Diretrizes e Normas Regulamentadoras de Pesquisas Envolvendo Seres Humanos. Após este processo e consequente aprovação, a pesquisa pôde ser iniciada.

Os dados foram coletados por meio de um questionário aplicado, composto por um roteiro de perguntas previamente elaborado, através de um questionário e,

transversalmente da observação estruturada participativa. O período de coleta de dados foi o mês outubro.

A análise dos resultados da aplicação do questionário foi feita através da observação do conteúdo das respostas, método análise de conteúdo, que segundo Bardin (1977), trata-se de um conjunto de técnicas de análise das comunicações, as quais utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos para descrever o conteúdo das informações.

Assim, as entrevistas foram transcritas e o material das entrevistas foi comparado ao referencial teórico, para então chegar-se aos resultados e verificar se o problema da pesquisa (a questão norteadora) se conformam ou não com as hipóteses apresentadas no estudo.

CAPÍTULO 2

O SERVIÇO SOCIAL NA EDUCAÇÃO: SEUS PRESSUPOSTOS E IMPORTÂNCIA

A educação, tema aqui tratado, na verdade, é um fenômeno que diz respeito a todos nós desde que nascemos. O primeiro cuidado maternal, as relações sociais que ocorrem no seio da família ou com grupos de amigos, frequentando a escola, etc., são experiências educacionais, entre muitas outras, que são configuradas, de forma concreta, no nosso modo de ser. É por este motivo que parece familiar falar de educação (RIBEIRO, 2018).

Mas quando se faz uma aproximação de seu verdadeiro significado, pode-se perceber sua complexidade, características e sua verdadeira dimensão e significado, como se verá neste capítulo, assim como a importância da inserção do Assistente Social neste universo, a fim de atuar de forma a facilitar os processos de desenvolvimento efetivo do sujeito nesta fase de formação.

2.1 REFLEXÕES PRELIMINARES ACERCA DO CONCEITO DE EDUCAÇÃO

A educação é um termo de ampla significação, dependendo da abordagem a que se pretenda discutir. É um fenômeno conhecido e vivido porque é inerente ao desenvolvimento do sujeito, de modo que sem ela não se poderia falar de seres humanos (educação humanizada), que segundo Martins, Rabelo e Costa é “tornar-se humano, adquirir novos hábitos mais apropriados sob o prisma da ética e da moral distanciando-se da ignorância, estupidez, desamor... É educar-se sendo mais benévolo, enfim, evoluir o “eu espírito”. (2015, p.2).

Por estas razões é usado frequentemente a palavra educação para dar sentido a diferentes acontecimentos diários relacionados a várias práticas. Ou seja, de um modo generalizado, a educação pode ser vista como uma maneira pela qual costumes, hábitos e valores de uma comunidade vão sendo transferidos de uma geração a outra. Esta educação se forma por meio de situações presenciais e experiências vividas pelos sujeitos envolvidos, ao longo de suas vidas.

Seu conceito envolve o nível de cortesia, amabilidade e civilidade demonstrada pelo indivíduo, além de sua capacidade de socialização (COSTA, 2014).

Etimologicamente, o termo “educação” tem uma dupla raiz que se completam ou se contradizem, dependendo da perspectiva adotada neste sentido. Sua origem

Latina é atribuída aos termos “*educere*” e “*educare*”. Como o verbo latino “*educere*” significa “começar”, “extrair de dentro para fora”, a educação nesta colocação, é entendida como o desenvolvimento das potencialidades do sujeito com base na capacidade de desenvolver. Mais que a reprodução social, essa abordagem esboça uma configuração individual e única. Já o termo “*educare*” se identifica com os significados de “criar”, “alimentar” e se vinculam às influências educacionais ou ações que são realizadas para formar, criar, instruir ou orientar o indivíduo a partir de aportes exteriores. Refere-se, portanto, às relações estabelecidas com o ambiente que são capazes de promover as possibilidades educacionais do sujeito. Neste significado da educação, o conceito está subentendido a função reprodutiva e adaptativa da educação, porque o que ela pretende é a inclusão dos sujeitos na sociedade, através da transmissão de determinados conteúdos culturais (COSTA, 2014).

O fundador da sociologia, como uma disciplina científica, o sociólogo francês Durkheim (1978), é um representante desta forma de conceber a educação, já que para ele a educação se concretiza na inclusão dos indivíduos na sociedade, através do processo de “socialização”. O termo se refere aos processos contínuos de desenvolvimento das faculdades físicas, intelectuais e morais do indivíduo, para melhor poder se integrar na sociedade ou no seu próprio grupo (MARTINS; RABELO; COSTA, 2014).

A partir desse princípio, de acordo ainda com os autores supracitados, chega-se à definição de que a educação é a ação exercida pelas gerações adultas sobre aqueles que não atingiram ainda o nível de maturidade necessária à vida social. Tem por objetivo, suscitar na criança um certo número de estados físicos, intelectuais, morais e políticos que a sociedade exige dela, como também o meio ambiente específico, ao qual esta criança está especialmente destinada.

Na verdade, poder-se-ia enumerar um cem números de definições para o termo, dependendo dos diversos critérios e pensamentos filosóficos, ideológicos e leigos. O fato é que a educação, em suas diversas épocas e fases, é utilizada como meio de transformação do sujeito. A grande questão é: que tipo formação interessa ao país oferecer a nossas crianças e adolescentes?

No Brasil, conforme a Constituição Federal de 1988, a Educação se estabelece como direito fundamental para todo indivíduo. A base da educação refere-se ao desenvolvimento humano aperfeiçoado através do ensino e da aprendizagem que

objetiva aprofundar e potencializar as capacidades intelectuais de cada indivíduo. Este processo se associa à formação escolar, familiar e social (BRASIL, 1988)

Quanto aos tipos, a educação pode ser informal ou formal. A primeira, diz respeito àquela adquirida através da vivência (convívio social). Não costuma apresentar formalidades referentes a lugar, horário ou currículo. Logo, é espontânea. Já a segunda, é aquela que se refere à educação reconhecida, oficialmente, no país. Esta, se realiza no ambiente escolar, envolvendo a aquisição de graus, níveis, currículos e diplomas. Neste tipo, o conhecimento é apresentado formalmente, através da apresentação das disciplinas escolares e mediado pelo profissional da área (BRANDÃO, 2006).

Para o autor mencionado, a educação formal (escolar) se realizada dentro de uma instituição escolar de forma planejada, para proporcionar o desenvolvimento social, assim como o aperfeiçoamento das habilidades e competências dos indivíduos. É por meio da escola que o sujeito pode compreender como se organiza a sociedade e suas as relações estabelecidas na mesma.

A educação básica se divide em níveis: Educação Infantil; Ensino Fundamental e Ensino Médio.

A educação básica é o primeiro nível do ensino escolar no país e, conforme a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 1996, durante este período, as crianças e adolescentes necessitam receber uma formação comum, a fim de que possam praticar a cidadania com dignidade. Neste nível de ensino, também se deve proporcionar aos alunos os conhecimentos indispensáveis para que os mesmos avancem em seus estudos.

A educação básica é dividida em três níveis, segundo a faixa etária: a) infantil de 0 a 5 anos; b) Ensino fundamental de 6 a 14 anos; c) Ensino Médio de 15 a 17 anos. De acordo com as diretrizes da educação, cabe aos dos municípios priorizarem a oferta de vagas para as crianças na faixa etária da educação infantil e ensino fundamental, nas escolas da rede pública de ensino. Já ao Estado, cabe o dever de ofertar o ensino fundamental de forma universal e gratuita. A ele também cabe a oferta de vagas para o ensino médio (BRASIL, 1996).

Já o ensino superior é oferecido por instituições tanto públicas, quanto privadas, mediante ao vestibular. Sobre ele, a Constituição Federal de 1988, em seu artigo 208, Inciso V, determina que é dever do Estado efetivar a educação, garantindo “acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a

capacidade de cada um”. Deste modo, pode-se interpretar que há a obrigatoriedade do ensino superior, embora ele não tenha sido oferecido, segundo esta determinação. Neste caso, é preciso cobrar a atuação do Estado nesse campo, a fim de garantir o maior acesso à educação, necessária para a formação plena de “desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”.

No que se refere aos objetivos da educação, a referida lei esclarece que a educação infantil, primeira etapa do ensino, objetiva garantir o desenvolvimento pleno da criança, nos planos físico, psicológico, intelectual e social. Para o ensino fundamental, objetivo é oportunizar ao estudante o domínio da leitura, escrita, e do cálculo. Nessa fase, o educador ajuda o aluno a compreender o ambiente social, assim como as questões políticas e os valores fundamentais da sociedade. Já para o ensino médio que corresponde à terceira etapa do ensino básico, o qual tem duração de três anos e configura a última fase da educação básica, o objetivo principal é aperfeiçoar os conhecimentos necessários para sua formação e para ingressar no mercado de trabalho.

Ainda conforme preconiza a LDB, a educação é um direito de todos. Nela também está previsto que a educação é de responsabilidade do Governo Federal, por meio do Ministério da Educação, dos Estados, Municípios e do Distrito Federal.

Ela ainda determina que o desenvolvimento do indivíduo deve ser apoiado pelo Estado, sociedade e família. Então, a educação é um processo que exige a atenção e a participação de todos.

No entanto, na atual conjuntura brasileira, é perceptível o sucateamento da política de educação, e uma prova clara desse descompromisso dos governos com a educação se apresenta na defasagem dos salários dos professores, orientadores pedagógicos e demais profissionais da educação pública. A mão de obra direcionada para administração e gerência escolar adquire efetivamente, um salário mínimo, e mesmo os professores, que assumiram anos de capacitação e formação, o que deveria resultar em uma maior remuneração, ao se depararem no mercado de trabalho, encontram condições precárias de trabalho que envolve má infraestrutura, atrasos no pagamento e um currículo mínimo ineficiente para atender todas as necessidades para consolidar o que é previsto num ambiente de sala de aula.

De acordo com a Organização Internacional do Trabalho (OIT) e a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), em averiguação de dados realizada no final de 2013, com 40 países desenvolvidos e em

desenvolvimento, o Brasil paga o terceiro pior salário, menos de 5 mil dólares por ano, no início de carreira a um professor. (FASUBRA, 2012).

Tal declínio nos serviços públicos oferecidos à população tem sintetizado, na realidade, um caminho inverso dos pressupostos da educação, o que tem gerado um desenvolvimento e um crescimento do setor privado na educação básica. Na prática, os governos trilharam o caminho para a privatização do ensino em todas as esferas, e a situação de péssima remuneração e pouca valorização dos professores, é consequência direta desse cenário que busca enfraquecer cada vez mais a educação pública.

A educação, no entanto, deve ser vista como um processo de melhoria que envolve ação por parte do educador (agente de educação) e o aluno. O primeiro, o faz de uma forma premeditada e sistematizada organizando o contexto em que ocorre o ensino, com a intenção de favorecer o processo de aprendizagem. Com este tipo de ações planejadas, visa, através da educação, evitar eventos contingentes desagradáveis no processo da configuração humana, controlando influências que podem ser consideradas negativas para essa finalidade.

Num segundo plano, ela necessita de outros atores como pedagogos, psicólogos, assistentes sociais e outros profissionais da educação e da saúde, porque como determina as leis, ela, a educação, forma o indivíduo para a vida como um todo (RIBEIRO, 1993).

Do ponto de vista individual, o que se deseja é que o sujeito adquira as competências formativas educacionais necessárias que lhe permita a compreensão e o manejo dos elementos culturais necessários para modificar e alterar o seu entorno, identificando-se neste fato a possibilidade de uma educação transformadora e inovadora. Além disso, alcançar um certo nível de maturidade e de formação, com as quais o sujeito pode desenhar seus próprios objetivos educacionais e dos meios adequados para sua realização, ou seja, neste caso a educação se processa como autorrealização (MARTINS, 2012).

Já do social, a educação é concebida como um processo de socialização, que busca a adaptação e a incorporação do sujeito ao seu ambiente físico e social, através da aquisição dos elementos próprios da cultura (língua, habilidades, costumes, atitudes, normas, valores etc.). Deste ponto de vista, a educação é concebida como o meio idealizado pela cultura para inserir o indivíduo no seu seio. Portanto, é possível dizer que a educação tem uma função reprodutiva, já que a seleção que é feita dos

conteúdos culturais e sua posterior transmissão tenta reproduzir as condições sociais e ideológicas da sociedade, em um dado momento histórico (OLIVEIRA, 2015).

Tentando definir qual o modelo de educação ideal é uma tarefa complexa. Por isso é importante conhecer e analisar todas as suas dimensões, principalmente, os modelos mais utilizados. Nesta perspectiva, de autores como Durkheim (1978), Libâneo (1998), Frigotto (2000) e Freire (2004) entendem que as características fundamentais da educação é a formação, sugerindo que a educação tem a ver com as seguintes características: a) o processo de humanização; b) a ação dinâmica do educando com outros sujeitos e com o meio ambiente; c) a intervenção de uma escala de valores; d) permite a integração social dos indivíduos; e) um elemento fundamental da cultura; f) um processo permanentemente inacabado.

Outros, como Brandão (2006), Freres; Rabelo; Segundo (2008), defendem que a educação se trata de: a) um processo dinâmico destinado ao desenvolvimento humano; b) requer a influência intencional; c) que visa alcançar a socialização do sujeito (educar para a cidadania) e que, normalmente, está vinculada à formação para o mercado.

De acordo com Peres (2004), não é suficiente para o indivíduo um mero desenvolvimento de certas habilidades técnicas, mesmo que forme parte de sua educação. Para que haja um efetivo desenvolvimento da pessoa, é indispensável desenvolver todas as suas capacidades, físicas, racionais, volitivas (vontades, necessidades), emocionais, para que ela possa conviver consigo mesma de forma saudável e com as outras pessoas e em suas múltiplas facetas sociais onde está inserida, ou seja, a prática da cidadania.

O autor ainda explicita que ser cidadão, hoje, é participar ativamente da sociedade, desenvolvendo uma consciência responsável, a noção básica dos vínculos e interdependência e para isso, deve-se educar o sujeito para uma vida sustentável. A educação que qualifica para o trabalho significa que valoriza a dimensão humana voltada para o desenvolvimento das potencialidades desse sujeito, desde que este processo educacional esclareça sua importância social.

É através da educação que o sujeito aprende, evolui, se transforma e pode modificar seu ambiente. Assim, este indivíduo compreende as possibilidades de mudar o mundo que o cerca para melhor.

Nesse sentido, é por meio da educação que o homem se humaniza e a escola se coloca como promotora na conquista da emancipação humana, realizando com qualidade, o processo de ensino para a apropriação dos conhecimentos científicos e filosóficos que sejam capazes de educar integralmente o ser humano. Ou seja, educar para a cidadania a partir da “assimilação ativa dos conteúdos” (VIGOTSKY, 1991, p.26).

Através da educação, aprende-se a interpretar a vida, o mundo, munido de recursos e métodos mais eficazes para ampliar suas perspectivas. O verdadeiro processo educacional permite a formação da pessoa humana e cidadã. A educação outorga alternativas para a transformação, para indivíduo realizar naquilo que busca e espera conquistar.

2.2 EDUCAÇÃO E CAPITALISMO: Uma Análise Dessa Relação

Para adentrar neste tema, faz-se necessário uma resumida definição de capitalismo, a fim de fazer sua correlação com a Educação e seus pressupostos.

O capitalismo é um sistema econômico em que pessoas físicas e empresas realizam a produção e troca de bens e serviços por meio de transações complexas, nas quais intervêm preços e mercados. Embora tenha suas origens na antiguidade, o desenvolvimento do capitalismo é um fenômeno europeu; evoluiu em diferentes etapas, até ser considerado estabelecido na segunda metade do século XIX como modo de produção vigente. (BORGES, 2012).

A autora, supracitada, complementa que na Europa, e especificamente na Inglaterra, o sistema capitalista espalhou-se pelo mundo, tornando-se o sistema socioeconômico quase exclusivo em todo o mundo até a eclosão da Primeira Guerra Mundial, após a qual um novo sistema socioeconômico foi estabelecido em boa parte da Europa (leia-se a antiga União das Repúblicas Socialistas Soviéticas) e Ásia, o comunismo, que se tornou o oposto do capitalista (BORGES, 2012).

Ao longo de sua história, mas especialmente durante seu pico na segunda metade do século XIX, o capitalismo tinha uma série de características básicas: a) os meios de produção – a terra e o capital - são de propriedade privada. Neste contexto, o capital refere-se a edifícios, máquinas e outras ferramentas utilizadas para produzir bens e serviços para consumo. b) a atividade econômica aparece organizada e coordenada pela interação entre compradores e vendedores (ou produtores) que ocorria nos mercados. Tanto os proprietários de terra como os de capital e os trabalhadores são livres e procuram maximizar o seu bem-estar, por isso tentam tirar

o máximo partido dos seus recursos e do trabalho que usam para produzir; c) os consumidores podem gastar quanto e como querem que sua renda obtenha a maior satisfação possível. Esse princípio, chamado de soberania do consumidor, reflete que, em um sistema capitalista, os produtores serão forçados, devido à concorrência, a usar seus recursos de maneira a satisfazer a demanda do consumidor, interesse pessoal e, a busca por benefícios que os leva a seguir essa estratégia; d) sob o sistema capitalista, o controle do setor privado pelo público é mínimo; considera-se que existe competição, a atividade econômica se autocontrola. A atividade governamental só é necessária para gerenciar a defesa nacional, fazer cumprir a propriedade privada e garantir o cumprimento dos contratos. Essa visão do século XIX do papel do Estado no sistema capitalista mudou muito durante o século XX (FRIGOTTO, 2000).

Então surge a mais-valia, que é o pagamento ao empregador (proprietário) de um fator de produção (mão-de-obra, energia) a um valor inferior ao valor do produto. Este termo pode ter dois significados básicos: o primeiro é o uso de bens materiais, geralmente com um suprimento fixo, para os propósitos estabelecidos pelos quais ele é manipulado, e o segundo, mais negativo, é um elemento-chave da teoria marxista sobre a luta de classes (MÉSZÁROS, 1995 apud PENIAGO, 2005).

Essa teoria estabelece a teoria do valor do trabalho, que por sua vez envolve o conceito de mais-valia. Ele argumenta que o capitalista paga ao trabalhador o custo de sua produção, mas recebe o preço de mercado do produto, paga os custos externos (aluguéis, etc.) e embolsa o restante (mais-valia) como lucro (MÉSZÁROS, 2009).

Mészáros ainda afirma que essa proposição de mais-valia (acúmulo de riqueza) parece estar em desacordo com a doutrina clássica da troca de equivalentes econômicos, pois a mão-de-obra e a energia são pagas a valores muito inferiores aos ganhos que o capitalista faz em cima do esforço do trabalhador. Ou seja, o valor do trabalho é infinitamente menor que o valor do produto (MÉSZÁROS, 2009).

No que se refere à Educação, o conceito supracitado está diretamente ligado a ela. O capitalismo e o capital³ interferem diretamente no curso da Educação (sistema,

³ O capitalismo é o sistema no qual a posse do capital está restrita a um pequeno grupo de pessoas, os capitalistas, os quais, em geral, não são os mesmos que exercem o trabalho de produção e transformações, ou ainda os que prestam os serviços para que os bens se tornem produtos de consumo. Estes são os trabalhadores assalariados, que alugam sua força de trabalho para os capitalistas e não participam dos direitos dos resultados da produção nem da prestação de serviços

objetivos, métodos etc.). Este sistema gerou outras correntes ideológicas como o Liberalismo e o Neoliberalismo (forma mais agressiva do Capitalismo), que permeia a nossa sociedade, atualmente (BORGES, 2012).

A educação nesse sistema é uma educação voltada para atender aos interesses do capital com seu processo de expansão e acumulação. Nele, a produção da riqueza e os homens são colocados, sob o capital, numa relação contrária, onde os homens estão subordinados à produção da riqueza material, quando deveria ser o inverso. Ou seja, o que é produzido não é para a coletividade, mas somente para alguns, aqueles que se tornaram, historicamente, detentores dos meios de produção e de subsistência. São estes que buscam, em nome do “desenvolvimento” econômico (porque o desenvolvimento e os benefícios econômicos não são amplamente distribuídos), decidir os destinos da sociedade, assim como sua organização, forma de pensar e atuar (FRERES; RABELO; SEGUNDO, 2008).

Desse modo, segundo os autores referidos, como tende a se expandir o capital, ele vai gerando cada vez mais miséria para muitos e riqueza para alguns. Isso faz com que o papel atribuído à educação, que tem sido posto num sentido contraditório, tenha sofrido variações no transcurso da história. Antes, no discurso capitalista, a educação era vista como a mola propulsora de igualdade formal. Veiculava-se que a classe trabalhadora necessitava de um mínimo de saber para poder ascender a melhores condições sociais, como a promessa de emprego e salário a fim de terem uma boa vida.

Neste pensamento, Brandão (2006), manifesta-se dizendo que: “como outras práticas sociais constitutivas, a educação atua sobre a vida e o crescimento da sociedade em dois sentidos: 1) no desenvolvimento de suas forças produtivas; 2) no desenvolvimento de seus valores culturais” (p. 75).

Seu pensamento demonstra que a educação, na verdade, é bem mais que uma fração numa sociedade de lógica capitalista. A Educação é um fator indispensável para uma provável modificação desta lógica, ou ainda, é ela que detém a capacidade e a possibilidade de viabilizar tal mudança, porque na medida em que

que fazem. O capital são os bens a matéria prima que são transformados pela atividade econômica, assim como os recursos envolvidos e utilizados (maquinário, edificações, instrumentos) para as transformações. Nos países onde a economia é monetarizada, o dinheiro também é utilizado para este fim. O capital também é um sistema de comando cujo modo de funcionamento é orientado para a acumulação, e esta pode ser garantida de muitas maneiras diferentes. Ele é um sistema metabólico socioeconômico de controle para manter as desigualdades (MÉSZAROS, 2009).

sofre influências, também pode dentro desta perspectiva, operar ativamente na construção e desenvolvimento desta mesma sociedade.

Assim, segundo esta concepção para Brandão, a educação está intimamente ligada à cultura e ao desenvolvimento dos meios de produção.

Já conforme Emile Durkheim (1978), a educação modifica conceitos, objetivos, definições e finalidades de acordo com tipo de sociedade e a época na qual está inserida. Desta maneira, quando se busca interpretar a educação através deste viés, deve-se observar se esta sociedade é regida pela lógica do acúmulo privado de capital, a partir da apropriação e exploração da força de trabalho humana e se verificará que seu modo de produção social, sua lógica e sua ideologia também vão reger a educação que apresentará as mesmas ideologias e lógica de acumulação de mais-valia fundamentada ideologicamente no neoliberalismo. Embora existam numerosos esforços a fim de tentar construir soluções para desconstruir estas bases que alicerçam esta educação hoje.

Para Libâneo (1998, p.64), “a educação é uma prática social que busca realizar nos sujeitos humanos as características de humanização plena. Todavia, toda educação se dá em meio a relações sociais [...]”.

Quando se fala de relações sociais, é preciso indagar que tipo de relação; suas características; em que tipo de sociedade essas relações se desenvolvem etc. Para esclarecer, o autor, com muita propriedade, institui um indicativo quando afirma que:

Numa sociedade em que essas relações se dão entre grupos sociais antagônicos, com diferentes interesses, em relação de exploração de uns sobre outros, a educação só pode ser crítica, pois a humanização plena implica a transformação dessas relações (LIBÂNEO, 1998, p.66).

O autor estabelece que em relações sociais com desigualdades, como no Brasil, por exemplo, a educação deve ser crítica e humanizada, pois a prática educacional, que é social, exige o enfrentamento dessas desigualdades que o capitalismo estabelece.

Quando Libâneo fala que a educação deve ser uma prática social com fins de humanizar o homem, entende-se os constantes embates entre as classes antagônicas. Isso porque as classes dominantes não são humanizadoras, pois elas estão permeadas pela lógica do capital e suas ideologias que concebem a educação como forma de criação de força de trabalho para perpetuar o acúmulo de bens.

Outro estudioso, dentre tantos, da questão da educação versus capital, é Gaudêncio Frigotto (2000) que entende a educação de forma mais abrangente: como “uma prática social, uma atividade humana e histórica que se reflete no conjunto das relações sociais, no embate dos grupos ou classes sociais” (p. 31).

Assim, existe uma relação entre a educação e todas as relações sociais, as quais compõem uma determinada sociedade, especialmente, a capitalista com sua lógica e ideologia do capital e por isso, o autor segue complementando suas argumentações, dizendo o seguinte:

A educação, quando apreendida no plano das determinações e relações sociais e, portanto, ela mesma constituída e constituinte destas relações, apresenta-se historicamente como um campo da disputa hegemônica. Esta disputa dá-se na perspectiva de articular as concepções, a organização dos processos e dos conteúdos educativos na escola, e mais amplamente, nas diferentes esferas da vida social, aos interesses de classe. (FRIGOTTO, 2000, p. 25).

Este autor argumenta, então, que a educação e seus processos institucionalizados ou não, dissipam-se no entrelaçado das relações materiais da sociedade. Por esta ótica, pode-se perceber a dificuldade que se encontrar e/ou estabelecer, de forma concreta, os possíveis limites, potencialidades e até as finalidades da transformação da realidade, próprias da educação, uma vez que esta, como se referenciou o texto, é representa e é representada pelas relações materiais que, historicamente, tem sido posta pelos homens.

Por isso, e corroborando com Frigotto, cabe também citar Pimenta (2008), os quais expõem seus entendimentos a respeito do tema da seguinte forma:

“A educação é um fenômeno complexo, porque é histórico. Ou seja, é produto do trabalho de seres humanos e, como tal, responde aos desafios que diferentes contextos políticos e sociais lhe colocam. A educação retrata e reproduz a sociedade; mas também projeta a sociedade que se quer” (PIMENTA, 2008, p. 38).

Assim, quando se fala de Educação e suas reformas, o que se observa é que ainda não existe um consenso, porque ainda seguem as discussões entre acadêmicos, especialistas e educadores. Estas discussões levam a criação de inúmeros estudos analíticos do caráter global e ao mesmo tempo básico (no sentido de alicerce). Alguns estudos são críticos e denunciativos, mas ainda o que se percebe é uma espécie de senso comum referente à educação pública e gratuita para todos, mas sem relativizar o fato de que se trata de um projeto organizado de controle da educação, transformando-a em uma fábrica de ensino para a criação de grupos para

atuarem apenas como força de trabalho, acentuando o quadro de pobreza já existente (educação massificada, não democrática, sem futuro). De acordo com a visão de István Mészáros, o papel da educação é o de ampliar possibilidades, colaborar na mudança social e promover uma sociedade mais igualitária (OLIVEIRA, 2006).

A educação deve ser um instrumento de mudança social. No entanto, a educação, por si só, não consegue transformar a sociedade para uma mudança social. Ela deve ser um processo onde o indivíduo deve entender seu lugar no mundo (internalização) e suas capacidades, para poder então desenvolver suas potencialidades para alcançar os resultados que desejar na hierarquia social, através de suas expectativas e condutas adequadas.

Para uma educação universalizada, na forma como se apresenta hoje, é preciso pensar também na universalização do trabalho, pois estão associados. Pensar e produzir reformas educacionais à medida que se reflete sobre elas e produzir formas de reduzir as diferenças econômicas e a concentração da renda. Mudança social se faz com o rompimento de estruturas e a criação de reformas que possam, ao mesmo tempo, distinguir as mudanças formais e essenciais. Ou seja, é preciso entender os verdadeiros motivos e interesses que norteiam as reformas educacionais e os que as mantêm como é conhecida, mantendo as exigências e a lógica do sistema de produção capitalista (SAVIANI, 1994).

Isto porque essas exigências e determinações do sistema de produção do Capitalismo, segundo Mészáros (2009), são irreformáveis, e é por este motivo, é necessário pensar a educação “fora da caixa”.

Limitar a educação aos interesses do capital é abdicar do objetivo de uma transformação social qualitativa. Não se pode pensar em mudanças efetivas, na educação sem romper definitivamente com a lógica do sistema e buscar fortemente, porém de forma planejada e consistente, estratégias que possam quebrar o controle praticado pelo capital, de todas as formas possíveis e ainda não conhecidas.

2.3 A PROFISSÃO DO SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL E OS SUBSÍDIOS PARA ATUAÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL NA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO: A Inserção E Contribuição Do Profissional Neste Espaço

O campo educacional é um espaço sócio ocupacional no qual o Serviço Social atua e sua introdução neste espaço é um fenômeno, historicamente, recente, apesar

de que se trata de um campo onde o Serviço Social relaciona-se desde a sua profissionalização e sua trajetória tem sido baseada pela necessidade de se qualificar a força de trabalho e os processos de expansão do acesso à educação escolarizada ligados às estratégias de enfrentamento da pobreza.

De acordo com Almeida (2007), a relação entre Serviço Social e a Educação no Brasil começou a se desenvolver depois da década de 1930, no primeiro governo de Getúlio Vargas. Essa relação tinha um caráter desenvolvimentista. Vargas seguiu adotando sua política interna, em 1942, criando o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI). O principal intuito desse empreendimento foi a adequar a mão-de-obra às necessidades do setor industrial, que estava em franco desenvolvimento. O objetivo era qualificar essa mão-de-obra.

Partindo deste princípio, o profissional de Serviço Social juntamente com outros profissionais era convocado a trabalhar no SENAI, a fim de disciplinar e ajustar esse trabalhador ao contexto da época.

A inserção dos assistentes sociais na área da educação não se constitui em um fenômeno recente, sua origem remonta aos anos iniciais da profissão em sua atuação marcadamente voltada para o exercício de um controle social sobre a família proletária e em relação aos processos de socialização e educação na classe trabalhadora durante o ciclo de expansão capitalista experimentado no período varguista (ALMEIDA, 2007, p.2).

Em 1946, foi inaugurada a fundação do Serviço Social da Indústria (SESI) utilizando como pano fundo a bandeira da mudança social, política e econômica para a sociedade do pós-guerra. Contudo tanto este (SESI), quanto aquele (SENAI) foram criados a fim desenvolver projetos educacionais somente para o mercado de trabalho, configurando um desenvolvimento dos espaços educacionais formais do país que se constituíram para além da escola. (AGGIO; BARBOSA; COELHO, 2002).

Outros relatos históricos, do Brasil, mostram que em 1946, os estados do Rio Grande do Sul e Pernambuco foram os pioneiros nas discussões que deram início ao trabalho do Serviço Social no âmbito da educação escolar e no Rio Grande do Sul o Serviço Social foi inserido com o objetivo de dar assistência à escola, junto à antiga Secretaria de Educação e Cultura (PIANA, 2009).

Nessa época, o Assistente Social tinha como atividade identificar problemas sociais que se manifestavam, repercutindo no aproveitamento do aluno, na adaptação dos educandos ao seu meio e também no equilíbrio social da comunidade escolar, podendo intervir também em situações consideradas desviantes, defeito ou

anormalidade social no âmbito escolar. Ou seja, a inserção dos Assistente Social nas indústrias e empresas compartilhava um conjunto de estratégias para frear a organização operária, já que o objetivo era o de promover um controle político e ideológico por meio da inserção desse profissional com mecanismos que envolviam processos pedagógicos e ações assistenciais (CARVALHO, 2005).

A autora ainda menciona que, com o aumento da precisão mão-de-obra qualificada a ampliação da educação escolarizada ganhou mais atenção, principalmente, em meio dos anos 1950 e início dos 1960. O veloz desenvolvimento industrial e a urbanização traziam reflexos à vida social, e ainda não se tinha uma educação curricular ou profissional adequadas (CARVALHO, 2005).

Vale mencionar, voltando um pouco na história, que ainda em 1948 surgiu, na Câmara dos Deputados, um projeto das Diretrizes e Bases da Educação Nacional, organizado por uma comissão de educadores com diversas tendências ideológicas, orientados por Lourenço Filho (1897-1970), um educador brasileiro, o qual também participou do planejamento do Manifesto dos Pioneiros da Educação. O projeto não foi aprovado e, conseqüentemente, foi arquivado. Somente em 1952 ele é retomado pela Comissão de Educação e Cultura da Câmara dos Deputados, sendo aprovado apenas em 1961, nascendo a Primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) nº 4.024/61 (CABRERA; DOMINGUES, 2012).

Depois do Golpe Militar, em 1964, entrou-se em um período conhecido como Período Autoritário, entre 1964 a 1985, onde havia uma política com base na indústria e dependente do capital estrangeiro, neste período houve uma redução do poder do Estado na educação, por causa do crescimento do número de instituições privadas com perfil harmonizado com as diretrizes de governos neoliberais. É nesse momento que se elaborou a segunda LDB nº 5.692/71, instituída a fim de ajustar a educação do país aos moldes tecnicista e autoritarista, próprios deste período (CABRERA; DOMINGUES, 2012).

No entanto, depois do golpe de 1964, a educação do Brasil obteve uma atenção mais particular. Mas a política educacional da ditadura, entre 1968 e 1969, também passou a operar de conforme a demanda que lhe era oportuna.

e, para tanto, à sua dimensão “negativa”, acopla-se uma dinâmica construtiva (“positiva”): o regime autocrático burguês, redefinindo-se na vertente do militar-fascismo, começa a instaurar o seu “modelo educacional”, congruente com a concretização do seu “modelo econômico”. (NETTO, 2009, p. 58).

A relação entre Educação/ Serviço Social, de 1970 a 1980 foi mais presente no campo da afirmação da política educacional, no que se refere à formação profissional.

O que se observa concretamente é que a classe burguesa não se contrapõe ao acesso à escola. A universalização do acesso legitima a aparente democratização. O que efetivamente se nega são as condições objetivas, materiais, que facultem uma escola de qualidade e o controle da organização da escola (FRIGOTTO, 2006, p. 166).

Nas décadas de 1970 e 1980, as Ong's (Organizações não Governamentais) ganham espaço no país, aliadas aos partidos de esquerda, na militância política e contra a ditadura militar. Nos anos de 1980, alguns educadores começam um processo de discussão a respeito dos currículos escolares, chamado de educação popular, objetivando uma educação fora dos padrões formais, concebendo uma educação que possa também acontecer fora dos espaços escolares.

Para Maria da Glória Gohn (2011), uns dos argumentos básicos sobre os movimentos sociais é que eles:

são fontes de inovação e matrizes geradoras de saberes. Entretanto, não se trata de um processo isolado, mas de caráter político-social. Por isso, para analisar esses saberes, deve-se buscar as redes de articulações que os movimentos estabelecem na prática cotidiana e indagar sobre a conjuntura política, econômica e sociocultural do país quando as articulações acontecem. Essas redes são essenciais para compreender os fatores que geram as aprendizagens e os valores da cultura política que vão sendo construídos no processo interativo (GOHN, 2011, p. 333-4).

Para a autora a relação movimento social/ educação construiu-se a partir da ação de novos atores, sujeitos de novas ações coletivas, ao quais ultrapassaram o âmbito da fábrica ou dos locais de trabalho, operando como residentes das periferias da cidade, exigindo do poder público, a atenção às suas necessidades de sobrevivência no mundo urbano. Para ela, os movimentos possuíam um papel educativo para os sujeitos envolvidos.

Mas só com a promulgação da Constituição Federal de 1988 é que foram constituídos os direitos sociais, os princípios e benefícios de igualdade, sobretudo na Educação, aclarados nos Artigos 205 a 214, definindo a educação como “um direito de todos e dever do Estado e da família, promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (BRASIL, 1988, p.152).

A década de 1990 marcou a redefinição do papel do Estado diante do tratamento com a sociedade e esse cenário serviu para que o SS pudesse desenhar

novos caminhos, gerando um aumento de Assistentes Sociais atuando na educação. Nesta conjuntura, o Assistente Social retoma a área de educação como um espaço significativo de atuação para o enfrentamento das manifestações das expressões das questões sociais envolvidas nas heterogeneidades do cotidiano educacional, o que exige deste profissional novas atribuições e funções, assim como também, pré-requisitos e habilidades na presença de novas circunstâncias e relações de trabalho com episódios que se relacionam com sua autonomia profissional (OLIVEIRA; CHAVES, 2017).

Atualmente, o trabalho do Assistente Social na política educacional acontece a partir de três instâncias governamentais: federal; estadual e municipal, sejam em instituições filantrópicas, públicas e/ou privadas, como refere a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), de 1996, a qual define e regulariza todo o sistema de educação do país, baseado em princípios constitucionais.

Mais de oito décadas passadas do surgimento do Serviço Social, esta profissão, ganha cada vez mais importância, principalmente no Brasil, onde ainda existem muitas desigualdades a serem superadas e, pela sua importância (do Serviço Social e do Assistente Social) faz-se necessário tecer também, resumidamente, sua trajetória até os dias de hoje.

O surgimento do Assistente Social, no Brasil, assim como sua institucionalização, começou em 1936, com a concepção da primeira Escola de Serviço Social, na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC-SP, o resultado de dois processos os quais, relacionados, suscitaram as condições sócio-históricas indispensáveis para que a profissão desse início à sua trajetória histórica no cenário brasileiro (SILVA; SILVA; JÚNIOR).

Para Iamamoto (2011), a origem do Assistente Social, no Brasil, enquanto profissão forjada na divisão social do trabalho, se correlaciona com o contexto das grandes mobilizações da categoria operária ocorridas nas duas primeiras décadas do século XX, já que o debate sobre a questão social, que atravessava a sociedade daquela época, exigia que partes dominantes da Igreja e o Estado se posicionasse a respeito dessas questões.

Referente aos processos acima mencionados, o primeiro a ser destacado é o redimensionamento do Estado brasileiro, decorrente da mudança do capital de concorrencial para monopólico. Para Netto (2009) o Estado, historicamente, sempre interveio no processo econômico, mas, no capitalismo monopolista é que essa

intervenção muda de forma estrutural e funcional. Para Netto “[...] no capitalismo monopolista, as funções políticas do Estado imbricam-se (sobrepuseram-se) organicamente com as suas funções econômicas” (p. 25).

Para Forti (2013) estes elementos estratégicos muniram os interesses da burguesia e às necessidades de legitimação do Estado burguês observadas através das novas configurações dos conflitos de classe, promovidos por essa nova ordem do capital e pela conformação política dos movimentos operários, “mecanismo tomado como eficiente para aplacar os conflitos que ameaçavam pôr em xeque a ordem societária estabelecida, ou seja, os antagonismos da relação capital/trabalho, objetivados nas múltiplas e tipificadas expressões da “questão social” (p. 51).

O segundo processo refere-se à busca da recuperação da supremacia ideológica da Igreja Católica, através do fortalecimento da Ação Católica Brasileira (ACB).

Sobre isso, Iamamoto descreve que:

Como profissão inscrita na divisão do trabalho, o Serviço Social surge como parte de um movimento social mais amplo, de bases confessionais, articulado à necessidade de formação doutrinária e social do laicato, para uma presença mais ativa da Igreja Católica no ‘mundo temporal’, nos inícios da década de 30. Na tentativa de recuperar áreas de influências e privilégios perdidos, em face da crescente secularização da sociedade e das tensões presentes nas relações entre Igreja e Estado, a Igreja procura superar a postura contemplativa (IAMAMOTO, 2011, p. 18)

Os movimentos políticos do país em 1930, assim como as atividades da Igreja Católica foram os alicerces da criação do Serviço Social.

A importância dessas instituições e obras, e de sua centralização, a partir da cúpula da hierarquia, não pode ser subestimada na análise da gênese do Serviço Social no Brasil. Se sua ação concreta é limitada, se seu conteúdo é assistencial e paternalista, será a partir de seu lento desenvolvimento que se criarão as bases materiais e organizacionais, e principalmente humanas, que a partir da década seguinte permitirão a expansão da Ação Social e o surgimento das primeiras escolas de Serviço Social (IAMAMOTO e CARVALHO, 2008, p. 167).

Com ações mais organizadas, criou-se o Centro de Estudos e Ação Social – CEAS.

O CEAS foi o considerado como o embrião da profissionalização do Serviço Social no Brasil [...] o trabalho de organização e preparação dos leigos se apoia numa base social feminina de origem burguesa, respaldada por Assistentes Sociais belgas que ofereceram a sua experiência para possibilitar a fundação da primeira escola católica de Serviço Social (CASTRO, 2011, p. 102).

As ações aí desenvolvidas ganham importância na orientação de suas atividades para uma formação especializada, com fins de difundir a doutrina social da Igreja, atuando, conseqüentemente, junto ao proletariado. O CEAS, inclusive vai buscar, em 1932, na Bélgica recursos informativos para desenvolver a organização e o ensino do Serviço Social. Assim, em 1936, surge a primeira Escola de Serviço Social do país, conforme mencionamos acima. (SILVA; SILVA; JÚNIOR, 2016).

Em 1937, é fundado o Instituto de Educação Familiar e Social, no Rio de Janeiro, formado pelas Escolas de Serviço Social e Educação Familiar. A criação dessas duas escolas foi categórica para o desenvolvimento do Serviço Social no país e, a partir delas, outras escolas surgiram por todo o país.

Conforme Forti, o Serviço Social:

em sua “fase inicial”, é pautado num posicionamento moralizador em face das expressões da “questão social”, “captando o homem de maneira abstrata e genérica, configurou-se como uma das estratégias concretas de disciplinamento e controle da força de trabalho, no processo de expansão do capitalismo monopolista [...] Essa concepção conservadora ignora a estrutura societária, contribuindo para obscurecer para os Assistentes Sociais – durante um amplo lapso de tempo – os determinantes da “questão social” o que caracteriza uma cultura profissional acrítica, sem um horizonte utópico que os impulsiona para o questionamento e às ações conseqüentes em prol da construção de novos e diferentes rumos em face das diretrizes sociais postas e assumidas pela profissão (FORTI, 2013, p. 99) (FORTI, 2013, p. 99).

Assim o chamado Serviço Social Tradicional pautava sua ação transversalmente à formação social, moral e intelectual das famílias. Era um trabalho de caráter “educativo”, uma prática, baseada em uma atenção individualizada e prolongada, numa concepção de adequação ao comportamento moral esperado, o chamado Serviço Social de Caso (OLIVEIRA; CHAVES, 2017).

O período entre 1940 e meados dos anos de 1960 foi um momento de crescimento econômico considerável para o país, onde se acreditava que o desenvolvimentismo significava a possibilidade de superar o subdesenvolvimento. No entanto, o desejo do desenvolvimento econômico com justiça social não aconteceu, mas sim uma forte entrada de capital estrangeiro que, segundo os empresários e o governo era necessária ao desenvolvimento da nação. Isso acabou gerando mais lutas de classe e necessidade de entidades assistenciais para atender às demandas

colocadas e controlar as lutas. Assim, em 1947⁴, foi promulgado o primeiro Código de Ética Profissional do Assistente Social e também neste período, surgem grandes instituições assistenciais e nesse momento o Serviço Social surge como profissão:

Legitimada dentro da divisão social do trabalho [...] é um projeto ainda em estado embrionário; é uma atividade profundamente marcada e ligada à sua origem católica, e a determinadas frações de classes, as quais ainda monopolizam seu ensino e prática. Nesse sentido, o processo de institucionalização do Serviço Social será também o processo de profissionalização dos Assistentes Sociais formados nas Escolas especializadas [...] O Serviço Social reaparece modificado, dentro do aparelho de Estado e grandes instituições assistenciais, guardando, contudo, suas características fundamentais. [...] o Serviço Social mantém sua ação educativa e doutrinária de “enquadramento” da população cliente (IAMAMOTO e CARVALHO, 2008, p. 309-310).

Para o Serviço Social, os anos de 1960 representaram o começo de um processo de reformulação global que se prolongou por, pelo menos, mais três décadas, gerando um redimensionamento e amadurecimento profissional. Nessa época surge, na América Latina, o Movimento de Reconceituação da profissão, considerado um marco determinante do processo de revisão crítica do Serviço Social em toda a América de reação ao capitalismo. Este movimento é, segundo Netto (2009, p.101), “sem qualquer dúvida, parte integrante do processo internacional de erosão do Serviço Social ‘tradicional’”.

A Reconceituação questionava o papel dos Assistentes Sociais em um cenário onde os projetos desenvolvimentistas davam sinais da sua ineficácia e incompatibilidade com os interesses e necessidades reais da população, por isso Ortiz declara:

Questionava, portanto, a condição e a posição dos países latino-americanos no contexto de dominação burguesa, esta, fundamentada no grande monopólio internacional. Ou seja, pode-se afirmar que a Reconceituação foi, indubitavelmente, um fenômeno organicamente vinculado à conjuntura da sua época marcada mundialmente por uma crise sem precedentes da ordem capitalista em sua fase monopólica (ORTIZ, 2010, p. 162).

No ano de 1964, no país, ocorre uma ditadura militar, fato que “fez com que a influência da Reconceituação no Brasil tivesse características distintas do restante da América Latina” (CARDOSO, 2013, p. 130), uma vez que as possibilidades de

⁴ Este código tecia fundamentos para a formação profissional descolada dos processos históricos e sociais, pregando, como um valor central, o princípio da liberdade e, também se inspirou nos valores morais da caridade cristã, baseado pela concepção neotomista (preceitos de São Tomás de Aquino), na qual a liberdade do indivíduo era expressada através da escolha do bem supremo, conforme as leis de Deus, ou seja, era baseada em valores cristãos (OLIVEIRA; CHAVES, 2015).

participação ativa dos brasileiros foram afetadas. O golpe de 1964 foi o desenlace de um processo começado anos antes de João Goulart assumir seu cargo de presidente da república. Jango, como era conhecido, chega ao poder depois da renúncia do presidente Jânio Quadros.

Este cenário político traz muitas transformações na sociedade brasileira com repressão e violação de direitos para manter a ditadura. Após o golpe, ergue-se um Estado “antinacional e antidemocrático”, que enfrenta a “questão social” não somente com repressão, como também com políticas sociais compensatórias.

Este ambiente causa também alterações profundas no âmbito do Serviço Social, que está diante dessas novas demandas. Mesmo que sejam exigidas que as políticas sociais atendam às elites e ao Estado, o momento social exige o exercício de uma atuação profissional de “caráter técnico e científico, que dê conta da burocracia estatal e dos investimentos privados”, (CARDOSO, 2013, p. 133).

O Serviço Social começa um processo de renovação, a partir do pós-64 e que vai até meados dos anos de 1980, norteado por três proposições: a perspectiva modernizadora, a reatualização do conservadorismo (ou fenomenológica) e a intenção de ruptura.

A renovação do Serviço Social é, deste modo, o fruto de um processo histórico que possibilitou o pluralismo no âmago do Serviço Social, no que se refere à diversidade (teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa) das maneiras de enfrentar a realidade social, de abranger a questão social e do próprio SS (CARDOSO, 2013).

Apesar de, a princípio o Serviço Social tenha adotado uma direção política e ética semelhante à posição do Serviço Social tradicional, o Serviço Social aplicou uma vertente modernizadora com um projeto de atualização que se difere pela dimensão teórico-metodológica, que se pautava na ajuda psicossocial (ou ajustamento) da subjetividade do sujeito. Esta vertente é colocada sob discussão, no âmbito profissional, na segunda metade da década de 1970. Isto porque neste período, ocorre a movimentação popular através de movimentos contrários ao regime militar, os movimentos sindical e estudantil também ganham destaque, a fim de superar o Estado ditatorial (OLIVEIRA; CHAVES, 2017).

Destacando que, neste período, a universidade teve um vínculo estreito com a construção e o desenvolvimento da intenção de ruptura com o conservadorismo, uma vez que as mesmas representam um espaço de construção de saber, corroborado

pelo caráter científico amadurecimento teórico-metodológico acrescentado pelas atividades de ensino, pesquisa e extensão (experiências de estágio). Isso concedeu à década de 1980 a maioria intelectual do Serviço Social, partindo para uma consolidação acadêmica, percebida pela aproximação e comprometimento vinculados à perspectiva teórica de Marx, fato muito importante pelo significado social que a profissão desempenha numa sociedade capitalista, assim como pelas ambiguidades, intrínsecas à prática profissional (OLIVEIRA; CHAVES, 2017).

O período da ditadura militar, entre 1964 a 1985, deixa para a educação conferências de educação, movimentos sindicais, reivindicações, greves de professores, mas também políticas de escolarização. No entanto, os problemas deixados foram grandes. Havia, em 1983, no país mais de 60 milhões de analfabetos e semiletrados. Em uma nação com cerca de 130 milhões de pessoas, isso significa quase 47% da população. Estes dados mostram como foi difícil o processo de democratização do ensino e da ampliação de oportunidades de ingresso na escola. Embora presente, na agenda política, desde 1930, a educação não teve a devida preocupação e, por isso não se manifestou em projetos nem em práticas políticas.

Inclusive, as promessas de ampliação e desenvolvimento do ensino técnico foram reduzidas e transferidas para a iniciativa privada. Desse modo, na primeira metade do século XX o Estado nacional foi se desresponsabilizando pelo ensino primário, o qual foi sendo absorvido, gradativamente pelos estados mais desenvolvidos (industrializados) da federação.

A forte mobilização pela Educação ocorrida na década de 1980, que acompanhou a luta pela democratização da sociedade, demonstra que esse cenário não tinha mudado substancialmente [...] tais demandas encontraram respaldo nos preceitos da Constituição Federal de 1988. (KRAWCZYK; VIEIRA, 2008, p. 50).

Essa desresponsabilização levou ao sucateamento das escolas públicas, situação que permanece até os dias de hoje, levando as pessoas a buscarem a rede privada de ensino, o que favoreceu seu crescimento.

Outro ponto a ser destacado são as políticas educacionais voltadas para o desenvolvimento da educação, através de planos estruturados com metas específicas voltadas para as escolas públicas, principalmente.

Através da Emenda Constitucional nº 59/2009, o Plano Nacional de Educação (PNE) sofreu mudanças, passando de uma disposição transitória da LDB (Lei nº 9.394/1996) a uma exigência constitucional decenal, com planos plurianuais com

metas específicas para cada período. O PNE (Lei nº 13.005/2014), então passou a ser a base para a elaboração dos planos estaduais, distrital e municipais, os quais devem prever recursos orçamentários próprios para a sua execução. Isto leva à necessidade de esforço e trabalhar articulados, porque o foco principal é a construção e concretização de metas alinhadas com PNE. O objetivo é a construção do Sistema Nacional de Educação (SNE), a fim de ajudar a criar e manter acordos nacionais que possam reduzir as lacunas no campo da política pública educacional (PNE, 2014).

Quanto às metas, o PNE estipulou nos 10 anos, a partir de sua elaboração (2014 a 2024), 20 metas a serem atingidas, para que a educação no Brasil possa evoluir. Das 20 metas estipuladas, valem assinalar as 11 primeiras, referentes à educação básica, escopo deste estudo, resumidamente:

META 1 Universalizar, até 2016, a educação infantil na pré-escola para as crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos de idade e ampliar a oferta de educação infantil em creches de forma a atender, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das crianças de até 3 (três) anos até o final da vigência deste PNE.

META 2 Universalizar o ensino fundamental de 9 (nove) anos para toda a população de 6 (seis) a 14 (quatorze) anos e garantir que pelo menos 95% (noventa e cinco por cento) dos alunos concluam essa etapa na idade recomendada, até o último ano de vigência deste PNE.

META 3 Universalizar, até 2016, o atendimento escolar para toda a população de 15 (quinze) a 17 (dezessete) anos e elevar, até o final do período de vigência deste PNE, a taxa líquida de matrículas no ensino médio para 85% (oitenta e cinco por cento)

META 4 Universalizar, para a população de 4 (quatro) a 17 (dezessete) anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, o acesso à educação básica e ao atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino, com a garantia de sistema educacional inclusivo, de salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados

META 5 Alfabetizar todas as crianças, no máximo, até o final do 3º (terceiro) ano do ensino fundamental.

META 6 Oferecer educação em tempo integral em, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das escolas públicas, de forma a atender, pelo menos, 25% (vinte e cinco por cento) dos (as) alunos (as) da educação básica

META 7 Fomentar a qualidade da educação básica em todas as etapas e modalidades, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem de modo a atingir as seguintes médias nacionais para o Ideb

META 8 Elevar a escolaridade média da população de 18 (dezoito) a 29 (vinte e nove) anos, de modo a alcançar, no mínimo, 12 (doze) anos de estudo no último ano de vigência deste Plano, para as populações do campo, da região de menor escolaridade no País e dos 25% (vinte e cinco por cento) mais pobres, e igualar a escolaridade média entre negros e não negros declarados à Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

META 9 Elevar a taxa de alfabetização da população com 15 (quinze) anos ou mais para 93,5% (noventa e três inteiros e cinco décimos por cento) até 2015 e, até o final da vigência deste PNE, erradicar o analfabetismo absoluto e reduzir em 50% (cinquenta por cento) a taxa de analfabetismo funcional.

META 10 Oferecer, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) das matrículas de educação de jovens e adultos, nos ensinos fundamental e médio, na forma integrada à educação profissional.

META 11 Triplicar as matrículas da educação profissional técnica de nível médio, assegurando a qualidade da oferta e pelo menos 50% (cinquenta por cento) da expansão no segmento público.

(...)

META 19 Assegurar condições, no prazo de 2 (dois) anos, para a efetivação da gestão democrática da educação, associada a critérios técnicos de mérito e desempenho e à consulta pública à comunidade escolar, no âmbito das escolas públicas, prevendo recursos e apoio técnico da União para tanto.

META 20 Ampliar o investimento público em educação pública de forma a atingir, no mínimo, o patamar de 7% (sete por cento) do Produto Interno Bruto - PIB do País no 5o (quinto) ano de vigência desta Lei e, no mínimo, o equivalente a 10% (dez por cento) do PIB ao final do decênio (PNE.MEC, 2014).

A escola, espaço institucional autêntico de promoção da educação, encontra no tanto na LDB, quanto no e PNE o respaldo necessário que a vinculada ao mundo do trabalho, assim como à prática social estabelecendo que:

A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais (BRASIL, 1996).

Desta forma, é preciso trabalhar para formar e manter um ambiente educacional, o qual priorize a formação dos sujeitos para além do capital, para a cidadania, que o oriente a conhecer e lutar por seus direitos e deveres; o instrua e eduque para que superar as desigualdades e a exclusão social; o estimule a se tornarem sujeitos autônomos (FALEIROS, 2010).

Prosseguindo com sua ideia, o autor supracitado entende que é impossível considerar o espaço escolar sem a intervenção do Assistente Social, já que este profissional está habilitado para atuar nos enfrentamentos dos problemas sociais através do acompanhamento social que faz junto às das famílias, do trabalho de fortalecimento dos vínculos dessas famílias e do trabalho de desenvolvimento das potencialidades do sujeito, para que alcancem a emancipação social.

É, portanto, possível pensar que pela emergência presente na educação, principalmente, na última década, ou ainda, no período vigente do PNE, de profissionais que atuem nas debilitadas políticas de escolarização é que emerge o serviço social educacional, em função da afinidade que existe nas temáticas educacionais, referentes “à proteção social, riscos sociais, vulnerabilidade social, seguridade, programas e benefícios assistenciais” (DENTZ; SILVA, 2015, p. 23) que afetam diretamente a capacidade de desenvolvimento do aluno, gerando além da dificuldade de aprender, a consequente evasão, frustrando as metas do PNE.

Na verdade, esta relação passou a configurar na agenda das políticas de escolarização brasileiras contemporâneas, a partir dos processos históricos de ampliação dos direitos sociais, marcados pelos princípios da Constituição de 1988, surgindo através de uma gama de políticas públicas que inferem diretamente em questões voltadas para a educação e o Serviço Social, contudo agora é mais premente essa necessidade.

Resumindo, foi através do conhecimento acadêmico e movimentos voltados para o conhecimento dos problemas sociais é que surge o Serviço Social para, justamente atuar, restaurando, modificando ou criando mecanismos para superar as desigualdades sociais, fazendo desta profissão um elo intrinsecamente ligado à educação, no sentido de formação e superação das demandas vigentes, para uma transformação social real e significativa.

A partir do exposto, fica claro que a educação é fundamentalmente importante para desenvolver a sociedade e é por ela que qualquer país de alcançar as transformações sociais imprescindíveis para seu progresso. Desse modo, é importante considerar que “os processos educacionais e os processos sociais mais abrangentes de reprodução estão intimamente ligados” (MÉSZÁROS, 2009, p. 25), para assim se ter o entendimento necessário sobre os aspectos da educação atual considerando, que os problemas sociais vividos pelos alunos influenciam suas vidas.

Conforme Piana (2009), idealizar a dimensão pedagógica e educativa do Serviço Social é:

“remeter-se a um trabalho desenvolvido pelos profissionais na perspectiva de desmistificar e desvelar a realidade produtora e reprodutora de desigualdades, visando à autonomia, à participação e à emancipação dos indivíduos sociais. Traçar um perfil profissional educativo, que representa a profissão na construção de meios para a superação da condição de opressão e de dominação das classes oprimidas e dominadas” (p. 186).

Desse modo, a prática social, na educação se constitui como uma área de conhecimento dirigida à emancipação política, social e emocional dos sujeitos envolvidos, já que permite a construção e a socialização dos conhecimentos que, seguramente, irão contribuir para sua transformação em cidadãos conscientes de seus direitos. Por isso, a ação do Assistente Social, na operacionalização deste objetivo, é de grande valia, uma vez que poderá contribuir, junto a professores e demais educadores, a fim de (re)pensar a escola como um espaço privilegiado de incentivo, acolhimento, ações e reflexões sobre a dimensão social.

Conforme a nova reorientação do trabalho, em 2009, organizada pela Gerência de Serviço Social na Educação, as atribuições do Assistente Social na educação, dizem respeito aos itens que seguem:

- Atendimento e acompanhamento sistemático às famílias e alunos das unidades escolares, colaborando para a garantia do direito ao acesso e permanência do educando na escola;
- Elaboração de Plano de Trabalho da equipe, contemplando ações/projetos para os diferentes segmentos da comunidade escolar, considerando as especificidades do território;
- Monitoramento e acompanhamento dos educandos em situação de não frequência e evasão escolar;
- Elaboração de relatórios de sistematização do trabalho realizado, contendo análises quantitativas e qualitativas;
- Levantamento dos recursos da área de abrangência e articulação com a Rede Intersetorial;
- Realização de estudos e pesquisas que identifiquem o perfil socioeconômico cultural da população atendida, suas demandas, características do território, dentre outras temáticas;
- Realização de reuniões de estudos temáticos, oficinas, estudo de casos, envolvendo a equipe da RPE, professores e equipe diretora/pedagógica da unidade escolar;
- Participação nos espaços dos conselhos de políticas e direitos, fóruns, em especial das áreas da educação, assistência, criança e adolescente e saúde;
- Fortalecimento da parceria com as equipes dos Conselhos Tutelares, CRAS, CREAS e unidades de saúde para viabilizar o atendimento e acompanhamento integrado da população atendida;
- Participação semanal em reunião de supervisão, estudo de casos e planejamento (FIGUEIREDO, 2009, p. 03).

Manter essa agenda é importante para garantir os direitos das crianças e adolescentes, no intuito de lhes permitir o acesso a uma educação voltada para suas necessidades, apropriada à sua realidade e de acordo com suas vivências. É preciso que tenha também o apoio e acompanhamento pedagógico e psicológico adequados, para viabilizar um aprendizado que qualidade e por isso, a família deve fazer parte também deste processo.

Assim, por sua instrumentalidade e capacidade profissional, a atuação do Assistente Social na educação é muito importante para:

- a) Discutir e trabalhar para a valorização da educação inclusiva, articuladas com serviços assistenciais;
- b) Descentralizar a educação básica;
- c) Ampliar e interiorizar da rede de ensino profissional, ciência e tecnologia e demandas de programas e ações de assistência estudantil;
- d) Expandir o setor privado de educação e a demanda de ações de assistência estudantil e trabalho comunitário para justificar isenção de impostos;

- e) Atuar na Política Nacional de Assistência Estudantil;
- f) Acionar o judiciário e executivo para garantir e acompanhar o direito ao acesso à educação;
- g) Gerenciar a desproporcionalidade entre a oferta e a demanda de vagas nas escolas;
- h) Aumentar as ações e programas sociais às famílias e demandas de operacionalização das ONGs que atuam na educação;
- i) Ajudar na criação de programas e projetos sociais que articulem educação, esporte e cultura na perspectiva do exercício da cidadania (OLIVEIRA et al, 2015; OLIVEIRA, 2016; RIBEIRO 2018).

A história do Serviço Social se insere no trabalho sob a perspectiva da garantia de direitos e inclusão social. E a escola é um reflexo dessa situação. A escola, também é um lugar de convivência social e, por isso, também apresenta uma complexidade e problemática tanto educativa, mas social e econômica também. Nela, como não poderia deixar de ser, estão presentes as diferentes expressões da questão social, como baixa renda, subemprego, desemprego, fome, desigualdade social, trabalho infanto-juvenil, desnutrição, pobreza, drogas, problemas de saúde, habitações inadequadas, pais negligentes, famílias multiproblemáticas, violência doméstica, exclusão social etc. Ou seja, todas as demandas emergentes resultantes da questão social, reforçando a ideia da inserção do profissional de Serviço Social, o qual tem como escopo receber e encaminhar tais demandas (OLIVEIRA, 2016).

No entanto, no momento histórico em que vivemos, com a economia e a estruturação do capital na qual a nossa sociedade está inserida, o Assistente Social como profissional se depara com o “impossível” todo o tempo. Isso ocorre porque este profissional precisa lidar com as contradições e antagonismos que existem na sua profissão, na qual ele precisa exercer usando de seus conhecimentos, seguindo o código de ética da sua profissão e ainda mantendo um sentido mais crítico sobre as desigualdades que se apresentam de todas as formas (IAMAMOTO, 2008).

Assim, este profissional precisa pensar e estar pronto para ir mais além das atribuições de sua carreira de forma que se qualifique de forma mais abrangente na sua profissão, dando um maior sentido às demandas de seu labor (relação de desempenho do trabalho concreto - específico e/ou abstrato – aquele que vai além do requerido).

Como esclarece a autora:

Olhar para fora do serviço social é condição para se romper tanto com uma visão rotineira, reiterativa e burocrática do serviço social, que impede vislumbrar possibilidades inovadoras para a ação, quanto com uma visão ilusória e desfocada da realidade, que conduz a ações inócuas. Ambas têm um ponto em comum: estão de costas para a história, para os processos sociais contemporâneos (2008, p.22).

Mas quando se fala em contradições, há que se pensar que o profissional de Assistente Social, não raro, se vê em situações na qual ele está contratado pelo Estado ou empresa, por exemplo, onde se espera que ele atue de acordo com aquilo que está estipulado pelos mesmos. Porém esta situação é contrária a aquilo que rege os princípios e códigos de sua profissão, então este profissional se vê engessado na sua autonomia. São contradições do “Capital em tempos de fetiche” como estas e muitas outras, que Iamamoto preconiza sobre o fazer profissional do Assistente Social.

Um dos maiores desafios enfrentados pelos assistentes sociais na atualidade: decifrar a realidade e construir propostas de trabalho criativas e capazes de preservar e efetivar, a partir de demandas emergentes no cotidiano. Enfim, ser um profissional propositivo e não só executivo (2008, p.22).

Nesta concepção, os dilemas do trabalho, assim como da satisfação das necessidades sociais ficam obscurecidos, às custas das “mercadorias e do dinheiro”, produtos do capital. Isso leva a pressupor que o resultado desse processo conduz à banalização da vida humana, raiz da questão social, que em tempos em que o capital, luta contra sua crise, acaba se tornando um “espectro de si mesmo”, parafraseando Marx: “camufla e dissimula na sua superfície aparente e sedutora o processo interior que o gera e reproduz” (IAMAMOTO, 2008, p. 21).

Voltando às atribuições do Assistente Social, este exerce, incontestavelmente, funções organizativas e educativas sobre as classes trabalhadoras. E, na escola, sua ação não poderia ser distinta, já que seu trabalho sobressai no modo de vida e pensamento da comunidade escolar, em função das situações que são apresentadas em seu cotidiano, exatamente pelo seu caráter político-educativo, trabalhando e dialogando com a consciência dos seus usuários (RIBEIRO, 2018).

Na verdade, são inúmeros os aspectos que levam a refletir a importância da inserção do Serviço Social no contexto escolar. Isso porque, distintamente dos profissionais de educação, os Assistente Social possuem uma formação característica, a qual admite identificar os fatores sociais, econômicos e culturais que afligem o âmbito educacional. Estes problemas (que não são poucos) estão presentes cada vez mais no contexto atual das escolas e necessitam ser tratados através de

uma intervenção conjunta dos vários profissionais (corpo discente) e os Assistentes Sociais, permitindo, assim, uma ação mais efetiva que garanta o acesso aos direitos à educação (OLIVEIRA et al, 2015).

Para alguns autores, as demandas derivadas do setor de educação, no que se refere à sua ação ou ao fazer profissional do Serviço Social, incidem em múltiplas situações. São necessários no trabalho com crianças e adolescentes, como em projetos como o Apoio Socioeducativo em Meio Aberto (ASEMA), previsto no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA, 1990). Também neste contexto, sua participação junto às famílias é de grande importância no desenvolvimento de ações conjunta com professores nas Unidades de Ensino, podendo inclusive promover reuniões interdisciplinares para conhecer e/ou a tomar decisões sobre os problemas enfrentados pela comunidade escolar (ALMEIDA, 2000).

De acordo com o Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), no documento intitulado de: “O Serviço Social na educação” de (2001), os principais problemas sociais, os quais os Assistentes Sociais combatem, na área da educação, além do *bullying*, muito atual são:

Baixo rendimento escolar; desinteresse pelo aprendizado; problemas com disciplina; vulnerabilidade às drogas; Insubordinação a qualquer limite ou regra escolar; atitudes e comportamentos agressivos e violentos; evasão escolar (CFESS, 2001, p.23).

Assim, dos principais objetivos da prática profissional do Serviço Social, no setor da educação estão:

- Contribuir para o ingresso, regresso, permanência e sucesso da criança e adolescente na escola;
- Favorecer a relação família-escola-comunidade ampliando o espaço de participação destas na escola, incluindo a mesma no processo educativo;
- Ampliar a visão social dos sujeitos envolvidos com a educação, decodificando as questões sociais;
- Proporcionar articulação entre educação e as demais políticas sociais e organizações do terceiro setor, estabelecendo parcerias, facilitando o acesso da comunidade escolar aos seus direitos (MARTINS, 1999, p.60).

Estudos têm mostrado que uma das maiores contribuições do Serviço Social na área educacional é a aproximar a família no contexto escolar, intervindo na família por meio de ações que mostrem a importância da relação escola-aluno-família. O Assistente Social, ao diagnosticar os fatores que determinam a problemática social no

âmbito educacional, pode trabalhar com um método preventivo dessa problemática, a fim de evitar que o ciclo se repita (RIBEIRO, 2018).

A questão social que envolve a educação também exige ações interinstitucionais e de articulação das políticas públicas de educação que se relacionem com outras políticas tais como a Saúde, Cultura, Habitação, Trabalho e Renda, Justiça, Esporte e Lazer, Meio Ambiente. São ações que envolve, quando necessário, o Conselho Tutelar, outros órgãos de políticas sociais setoriais diferentes como Saúde e Assistência Social, na maior parte das vezes e também com fundações e organizações não governamentais, buscando apoio e recursos para desenvolver ações. (ARTEBRA, 2016).

Quanto às estratégias, cada categoria profissional possui atribuições e competências individualizadas, onde o Assistente Social trabalha a partir da demanda específica com articulações próprias das fragilidades impostas pela situação. Nesse sentido, a fim de compreender a importância do Assistente Social na Educação é preciso compreender a própria profissão, pois, o Serviço Social trabalha, justamente para promover a superação das contradições e dificuldades individuais, assim como as coletivas, ambas inerentes à relação entre a comunidade e a escola (OLIVEIRA et al, 2015).

É o Assistente Social quem vai articular com outros profissionais o pensamento e a busca de um novo modelo educacional, onde ele representa a dimensão de consciência e conhecimento capaz de operar na transformação social.

No entanto, é preciso pensar e produzir reformas educacionais à medida que refletimos sobre elas e produzir formas de reduzir as disparidades sociais. A mudança social se faz com o rompimento de estruturas e a criação de reformas que possam, ao mesmo tempo, distinguir as mudanças formais das essenciais. Ou seja, é preciso entender os verdadeiros motivos e interesses que norteiam as reformas educacionais, que as mantêm como as conhecemos, mantendo as exigências e a lógica do sistema de produção capitalista (ARTEBRA, 2016).

A política educacional exige um profissional com competência teórica e política capaz de elaborar estratégias de ação nos diferentes níveis a fim de resolver as reais contradições que permeiam tal política.

O Assistente Social é esse profissional que tem qualidades para ultrapassar os vários programas que asseguram o compromisso social, o qual não tem tido as condições objetivas para sua realização. Assim a ação deste profissional pode

transpor os limites empreendidos pelas instituições da mecânica efetivação de estudos socioeconômicos e contribuir significativamente para que o direito social à Educação se efetive.

Na política educacional, os Assistentes Sociais, por vezes, solicitados para ações que atentam, tão somente, à efetivação de programas e projetos que se propõem a garantir o acesso à educação escolarizada. No entanto, tais ações nem sempre são integradas ou articuladas, estabelecendo-se como meros procedimentos técnicos – instrumentais para concessão de bolsa ou outro tipo de benefício, portanto, esta ação passa a ser meramente executora (CFESS-CRESS, 2011-2014)

Apesar das conquistas nessa área, o Estado faz intervenções restritas, sob forma de políticas de assistência estudantil para garantir o acesso e permanência dos alunos na escola, mas estas ações ainda estão longe de alcançarem a totalidade dos níveis e modalidades de ensino da política educacional e muito menos de se realizar sobre as bases e ações institucionais de mesma natureza.

Trata-se, portanto, de uma dimensão que particulariza a inserção e a atuação dos assistentes sociais na Política de Educação, que depende sobremaneira dos insumos institucionais e que, diante de sua diversidade e lenta forma de expansão, acentua a necessidade de que o trabalho profissional mobilize para além dos procedimentos técnico - instrumentais que já se encontram presentes em seu cotidiano, processos de articulação com as lutas sociais travadas pela ampliação das condições de permanência dos estudantes em seus diferentes momentos de formação (CFESS-CRESS, 2011 2014, p. 42).

Como mencionado anteriormente, sobre a falta de unificação dos projetos e programas, é preciso ressaltar como essa unificação em todos os níveis e modalidades são importantes para se pensar a atuação profissional, tendo claro que suas ações profissionais nesse, sejam de caráter individual, coletivo e administrativo-organizacional necessitam ser planejadas estimando o fato de que os programas, as rotinas de acompanhamento e as articulações intersetoriais são diferentes em cada nível e modalidade de ensino (CFESS-CRESS, 2011-2014).

São muitos os desafios que se colocam aos Assistentes Sociais, na Política de Educação, dentre eles, o entendimento das estratégias traçadas no sentido de garantir a permanência do aluno além do nível em que se encontra, pois em função das expressões das desigualdades que perpassam a política educacional e que manifestam as diferenças que esta política oferece para reproduzir: a) o reconhecimento dos diferentes sujeitos sociais coletivos, assim como, os processos

de luta para articular profissionalmente com os mesmos; b) a atuação profissional voltada para garantir a qualidade da educação escolarizada, levando em conta que, em uma sociedade de classes, a educação garante suas formas reprodução, ou seja, exige uma definição de que prisma classista se quer abordar o que é qualidade na educação.

A garantia da qualidade da educação que deve pautar a atuação profissional se ancora na perspectiva de uma educação que contribua para emancipação humana e que não prescinde, para tanto, da apropriação, pela classe trabalhadora, do acervo cultural, científico e tecnológico produzido pela humanidade. Assim, como do desenvolvimento das capacidades intelectuais e manuais necessárias à construção de novas formas de produção, distribuição social da riqueza e sociabilidade, distintas daquelas que caracterizam a sociedade capitalista e que determinam o amplo processo de desumanização e de aprofundamento de todos os tipos de desigualdades e injustiças que vivenciamos nesse tempo de barbárie (CFESS-CRESS, 2011-2014, p. 44).

As competências características dos Assistentes Sociais na política de educação se são expressas nas ações que essencialmente devem perpassar e articular com as diversas dimensões da atuação deste profissional, conforme o “Subsídios para Atuação de Assistentes Sociais na Política de Educação Grupo de Trabalho Serviço Social na Educação” CFESS, 2011-2014.

2.4 AS POSSIBILIDADES E OS DESAFIOS A SEREM ENFRENTADOS ACERCA DA INSERÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL NA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO

Seguindo a discussão, é necessário também refletir sobre como se processa a intervenção do Assistente Social educação, começando pela identificação das demandas resultantes das refrações da questão social, as quais se apresentam nas escolas, as quais justificam a importância da presença deste profissional neste ambiente.

Os pressupostos neoliberais que têm orientado as ações governamentais favorecem um processo de desconstrução de direitos já conquistados, fato que tem abalado o sistema de ensino brasileiro, que tem sido insuficiente, em vários aspectos no atendimento dos alunos. O grande desafio é a garantia do acesso e a permanência desse aluno na escola, e, por extensão, dotar o sistema de infraestrutura física e humana necessária para assegurar e efetivar estes direitos.

Assim, por sua atuação, historicamente, direcionada às mazelas sociais, o Assistente Social tem uma grande preocupação com a questão social, a qual

reivindica a intervenção de distintas categorias profissionais que antes não tratavam com certas demandas, no contexto da educação. No entanto, hoje, se defrontam com esta realidade e, assim buscam entender melhor suas origens e seus possíveis orientações.

Nesta direção, é possível presumir que certos problemas de origem sócio-educacionais podem ser entendidos e mediados de maneira mais efetiva com a atuação do Assistente Social, de forma conjunta a outros trabalhadores da rede de educação. Isto ocorre, porque muitas questões que se apresentam como graves para professores e gestores, não raro, em distintos contextos, são objetos de intervenção do Assistente Social, São problemas como:

frágeis referências morais, distorção de valores, questões familiares, problemas culturais, barreiras socioeconômicas, conflitos emocionais do próprio educando, problemas de saúde mental do educando e ou de familiares, comprometimento cognitivo ou dificuldades de aprendizagem” (SILVA, 2004, p. 2)

Problemas estes, que fazem com que o Assistente Social tenha as condições e instrumentos, a fim de contribuir para resolução de tais conflitos.

Em função do exposto acima, foi proposto o Projeto de Lei nº 3.688 de 2000, que “dispõe sobre a introdução de Assistente Social no quadro de profissionais de educação de cada escola”, assim como o Projeto de Lei nº 837 de 2003, “que dispõe sobre a participação de Assistentes Sociais e psicólogos na estrutura funcional das escolas públicas”, e assim, além de representar um novo campo de trabalho para este profissional, também reconhecem a importante contribuição do mesmo para o progresso no espaço escolar (FLORENTINO; FLORENTINO, 2015).

Almeida (2000), sintetiza bem como inserção dos Assistentes Sociais devem ser abrangentes, em função de sua importância.

Pensar essa inserção dos assistentes sociais exige identificar que a política educacional engloba diferentes níveis e modalidade de educação e ensino: a educação que é composta pela educação infantil, ensino fundamental, ensino médio e educação de jovens e adultos; a educação profissional; a educação superior e a educação especial. A organização e a execução desses diferentes níveis de educação e ensino cabem ao Estado em seus três níveis de atuação: a união, os Estados e os municípios, sendo que cada um deles tem responsabilidades e incumbências diferenciadas. Destarte, é fundamental que não se perca a dimensão de totalidade na compreensão do significado que a política educacional tem a partir desse desenho institucional na relação entre o mundo da cultura e do trabalho, ou seja, no âmbito da dinâmica que particulariza as esferas da produção e da reprodução social. (ALMEIDA, 2000, p.18).

Ou seja, o Assistente Social é o profissional apto a atuar e todos os níveis educacionais, buscando articular, de acordo com suas capacidades, a educação formal com as questões sociais que se apresentam, envolvendo o educando e seu processo de formação educacional (falta de recursos, violência, *bullying* e tantas outras questões de aporte social). O profissional de Serviço Social educacional, dentro das instituições, surge para dar respostas e abrandar tensões sociais, se colocando junto aos alunos a fim de promover ações socioeducativas, através de palestras informando a respeito dos seus direitos sociais, assim atuando também frente a programas e projetos sociais.

Em acordo com essa ideia Iamamoto declara:

Essa nova trajetória manifesta-se mediante a complexidade da conjuntura recente, mais diretamente “as novas mediações históricas na gênese e expressões da questão social, assim como nas formas até então vigentes, de seu enfrentamento, seja por parte da sociedade civil organizada ou do Estado (IAMAMOTO, 1999, p. 112).

Indo na mesma direção, e seguindo a mesma compreensão acima, Schneider e Hernandorena (2012), complementam que:

A crescente inserção de assistentes sociais na esfera pública e privada expressa a maior visibilidade desse profissional na área de Educação, o que deve ser examinado a partir das contradições inerentes a este movimento, a partir de uma análise teórica e política acerca dos condicionantes macroestruturais, que, em tempos de mundialização do capital, dão formas específicas à Política de Educação em curso hoje no país (p. 09).

Quanto ao Projeto de Lei 3.688/ 2000, ao propor a inserção de Psicólogos e Assistentes Sociais na educação básica, nas redes públicas, trouxe para este profissional, a função de acompanhar os alunos na escola e em sua comunidade, a fim de contribuir para a redução das taxas de evasão, fracasso e repetência escolar, que estão diretamente relacionados às condições socioeconômicas e culturais precárias da família das crianças com dificuldade de aprendizagem.

No entanto, é preciso considerar que, com o passar dos anos, as discussões que se interpõem à atuação dos Assistentes Sociais na educação levam a uma visão mais ampliada, que de acordo com o Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), são questões complexas que devem ser tratadas na sua totalidade.

O fato é que o Serviço Social é uma ocupação que trabalha de forma educativa, com possibilidades reais de estimular e ampliar espaços de discussões. Espaços este, que vão além de trabalhar as relações interpessoais e grupais, objetivando uma

mudança na tomada de consciência e na atitude crítica dos sujeitos neles envolvidos (BARBOZA. FREIRE, 2006).

Deste modo, o Assistente Social, na educação, trabalha em prol da completude do atendimento prestado ao aluno, deve atuar de acordo com a - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a qual afiança que:

Art. 2º. A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 1996, p.100).

Ressaltando que a inserção do Assistente Social na educação pública, a princípio, conduz à possibilidade de afiançar ao aluno o exercício de cidadania, pois através do atendimento e do acompanhamento de certas demandas, o Assistente Social poderá promover espaços de participação para os alunos e seus familiares, em meio à realidade escolar. Assim, para atuar de acordo com suas atribuições, no ambiente educacional, o Assistente Social necessita seguir alguns dos princípios fundamentais da sua profissão, descritos no Código de Ética do Assistente Social, que realça os seguintes aspectos:

1. O reconhecimento da liberdade como valor ético central;
2. A defesa intransigente dos direitos humanos e recusa do arbítrio e do autoritarismo; ampliação e consolidação da cidadania;
3. A defesa do aprofundamento da democracia; posicionamento em favor da equidade e justiça social;
4. O empenho na eliminação de todas as formas de preconceito, incentivando o respeito à diversidade, à participação de grupos socialmente discriminados e à discussão das diferenças;
5. A opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação-exploração de classe, etnia e gênero;
6. A articulação com os movimentos de outras categorias profissionais que partilhem dos princípios deste Código;
7. O compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população e com aprimoramento intelectual, na perspectiva da competência profissional;
8. O exercício do Serviço Social sem ser discriminado, nem discriminar, por questões de inserção de classe social, gênero, etnia, religião, nacionalidade, opção sexual, idade e condição física (BRASIL, 1993, p. 23).

Vale ressaltar que as escolas, no país estão cada vez mais marcadas pela violência derivada dos aspectos que decorrem das questões econômicas, sociais e históricas. Por isso, é importante evidenciar que este período histórico gera a necessidade de transformações nesta sociedade, as quais afetam diretamente a vida

social que incide grandemente na educação, seus sustentáculos de conhecimento e de implementação, assim como em sua funcionalidade (BARBOSA; FREIRE, 2006).

Assim, para o direito à educação seja plenamente assegurado é necessário que muitas transformações ocorram na área social, uma vez que a realidade de boa parte da população é formada por pessoas pobres, desempregadas, famintas, e excluídas socialmente. E estes são fatores responsáveis pela vulnerabilidade dos processos acadêmicos, no Brasil, à proporção que as famílias não têm o suporte necessário para seus filhos o que acaba causando a repetição de práticas que constituem uma violação dos direitos desses filhos, como por exemplo, o trabalho infantil, a violência doméstica (física ou psicológica), a exploração sexual da criança e do adolescente e, em muitos casos, tais crianças e adolescentes presenciam conflitos domésticos e pais alcoolizados em seus lares (MONTEIRO, 2011).

Diante deste quadro, o educando chega, diversas vezes, na escola apresentando alterações comportamentais próprias da sua realidade, como agressividade, irritação, inquietação e, às vezes, episódios de violência, perda da concentração nas aulas, ou simplesmente torna-se retraído e distante, o que impacta diretamente no seu aprendizado, reduzindo sua capacidade de concentração e, conseqüentemente, de aprendizado, acarretando, muitas vezes, em evasão escolar (OLIVEIRA, 2016).

Neste cenário, a escola precisa estar aparelhada para ver além do comportamento desses alunos, buscando atacar as causas que determinam esse comportamento, estabelecendo um diálogo com esses sujeitos e, sobretudo, conhecer as leis, leia-se o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), a princípio, apropriando-se deste instrumento para enfrentar a violação dos seus direitos. Ressaltando que para se constituir um diálogo, que é extremamente importante para o processo de aprendizado, é fundamental saber escutar. Sobre isso Paulo Freire apresenta uma contribuição dizendo:

Se, na verdade, o sonho que nos anima é democrático e solidário, não é falando dos outros, de cima para baixo, sobretudo, como se fôssemos os portadores da verdade a ser transmitida aos demais, que aprendemos a escutar, mas é escutando que aprendemos a falar com eles. Somente quem escuta paciente e criticamente o outro, fala com ele, mesmo que, em certas condições, precise de falar a ele. [...] fala com ele como sujeito da escuta de sua fala crítica e não como objeto de seu discurso. O educador que escuta aprende a difícil lição de transformar o seu discurso, às vezes necessário, ao aluno, em uma fala com ele (2004, p. 71).

Partindo dessa perspectiva do diálogo, faz-se possível descobrir soluções e assim, a escola pode instituir uma relação com os alunos e sua família, buscando compreender o contexto social onde estão submetidos. Este intercâmbio escola-família precisa existir para garantir que sejam reconhecidos e assegurados os direitos básicos à vida humana, os quais conforme o Artigo 6º da Constituição Federal (CF) dizem respeito à “educação, saúde, alimentação, trabalho, a moradia, lazer, segurança, previdência social, proteção à maternidade e à infância, assistência aos desamparados” (BRASIL, 1988). A concretização desses direitos é muito necessária para que a escola alcance bons resultados na formação educacional.

Diante das vulnerabilidades que a escola brasileira tem apresentado, apreende-se que é imprescindível que o Estado implemente políticas efetivas de intervenção para as melhorias necessárias à educação, focando, não simplesmente o ensino, mas na forma como se estão ensinando e também se e o quanto os mesmos estão apreendendo. No caso de dificuldades nesse processo de aprendizagem, analisar e avaliar por quais motivos ocorrem e o tipo de intervenção utilizar para solucionar a questão.

No cenário atual do país é possível perceber que ainda ocorrem muitos atos de violação dos direitos das crianças e dos adolescentes que, não raro, passam despercebidos. E é por isso que é necessário um olhar especializado e investigativo feito por um profissional especializado para atender esta demanda.

Neste contexto, é o Assistente Social, profissional aparelhado para trabalhar com as diversas expressões da questão social, quem pode desempenhar suas funções profissionais no espaço escolar, visando fortalecer e empoderar a autonomia dos educandos e também de seus familiares.

Sobre este tema Faleiros ilustra que:

O fortalecimento da autonomia implica o poder viver para si no controle das próprias forças, e de acordo com as próprias referências. [...] A capacitação para assumir e enfrentar a sobrevivência pode ser uma das mediações de fortalecimento dos sujeitos. [...]. No processo de autonomia de crianças e adolescentes é preciso desenvolver mediações de uma relação e reação diante da correlação de forças que lhes é desfavorável, e que descamba, não raro, na violência (2010, p. 63).

Através desta perspectiva é possível compreender que o Assistente Social precisa trabalhar, a fim de que os sujeitos dentro das escolas sejam e se mantenham estimulados a refletir a respeito da realidade social na qual estão inseridos e, desse modo, se sintam encorajados a modificá-la. Além disso, é necessário acompanhá-los

neste processo, em função da complexidade dessa realidade e da sua superação, aplicando um olhar detectável que atinja sua complexidade e totalidade, o qual Sarita Amaro declara, com muita propriedade, como não deve ser:

O olhar simplificado é um olhar redutor, marcado pela visão atomizada e atomizadora; caracteriza-se por praticar um isolamento mutilante dos fatores que compõem o fenômeno, além de retalhar a compreensão de sua totalidade [...] (2003 p. 36-37).

Partindo das análises feitas compreende-se que a formação e a inserção do profissional de Serviço Social constituem caminhos e critérios que devem ser seguidos para o bom funcionamento do seu trabalho nas escolas, observando que o Assistente Social é um profissional que está apto criar novas estratégias, com a finalidade de desenvolver no educando habilidades para que possam criar formas de enfrentamento dos conflitos vivenciam.

Assim sendo, entende-se os desafios da inserção do Assistente Social nas escolas se estabelece, especialmente, por uma prática política, como descreve Iamamoto:

O desafio é re-descobrir alternativas e possibilidades para o trabalho profissional no cenário atual; traçar horizontes para a formulação de propostas que façam frente à questão social e que sejam solidárias com o modo de vida daqueles que a vivenciam, não só como vítimas, mas como sujeitos que lutam pela preservação e conquista da sua vida, da sua humanidade. Essa discussão é parte dos rumos perseguidos pelo trabalho profissional contemporâneo (IAMAMOTO, 1999, p.75).

Mencionando especificamente, a escola pública, certamente pelo fato de que é nela onde se concentra a maior parte do trabalho do Assistente Social, Novais (2001) assegura que o Assistente Social, ao se inserir neste universo, desenvolve as atividades que se seguem:

Pesquisa de natureza socioeconômica e familiar para a caracterização da população escolar; Elaboração e execução de programas de orientação sócio-familiar, visando prevenir a evasão escolar e melhorar o desempenho e rendimento do aluno e sua formação para o exercício da cidadania; Participação, em equipe multidisciplinar, da elaboração de programas que visem prevenir a violência; o uso de drogas e o alcoolismo, bem como visem prestar esclarecimento e informações sobre doenças infectocontagiosas e demais questões de saúde pública; Articulação com instituições públicas, privadas, assistenciais e organizações comunitárias locais, com vistas ao encaminhamento de pais e alunos para atendimento de suas necessidades; Somente com o objetivo de ampliar o conhecimento acerca da realidade sócio-familiar do aluno, de forma a possibilitar assisti-lo e encaminhá-lo adequadamente; Elaboração e desenvolvimento de programas específicos nas escolas onde existem classes especiais (NOVAIS, 2001, p. 13).

Como se pôde apreender, existem muitos desafios ainda a serem enfrentados. Além dos já explicitados, como meta geral, é transformar a cultura política de nossa sociedade (civil e política), a qual ainda é profundamente marcada pelo clientelismo, fisiologismo e tantas outras formas de corrupção. É preciso reestruturar a cultura administrativa dos órgãos públicos, imersos na burocracia e no corporativismo. É necessário, principalmente, desenvolver e fortalecer uma cultura cidadã, a qual respeite os direitos e os deveres individuais e coletivos e é aí que opera o Assistente social, nas desigualdades (sociais, educacionais e emocionais) e na inclusão dos desfavorecidos.

Voltando ao tema do PL nº 3.688/2000 que, apesar dos acrescentamentos já observados, no que tange à inserção do Assistente Social escolar e os benefícios dessa inserção para a educação, a Presidência da República, após todos estes anos de tramitação, o vetou (nº 37/2019), em 12 de outubro, no Congresso Nacional.

A justificativa apresentada para o veto é de que tal proposta, ao constituir-se como uma obrigatoriedade para as redes públicas de educação básica dispor de serviços de Psicólogos e Assistentes Sociais, “cria despesas obrigatórias ao Poder Executivo, ... sem que se tenha ainda os demonstrativos dos respectivos impactos orçamentários e financeiros, e de que a proposta cria despesas sem indicar fonte de receita e impactos orçamentários” (ESTADÃO, 2019).

O Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), por todos os benefícios que a atuação do Assistente Social pode trazer ao campo educacional, entende que é uma lástima observar que o tema tenha sido avaliado como despesa e não como investimento. Mais ainda, que este tenha sido o único critério para justificar o veto (CFESS, 2019).

Ainda segundo o CFESS, esta medida poderia resultar, inclusive, em economia para os cofres públicos, através da redução de gastos que chegam ao SUS consequente de problemas nas escolas como, por exemplo, problemas com distúrbios vocais e/ou Síndrome de *Burnout* (esgotamento mental ou físico) e ainda nos casos de reprovação dos alunos.

Diante do veto, a categoria reagiu com repúdio ao veto presidencial, porque a inclusão do Serviço Social, na escola, seria um grande avanço na Educação, pois com o Serviço Social atuando neste campo, poderia garantir direitos e combater as mazelas da sociedade, espelhadas na escola.

Ambos conselhos já estão tomando providências e articulando estratégias, para sensibilizar o Congresso Nacional, que aprovou a Lei na Câmara dos Deputados e no Senado para derrubar o veto presidencial. Estão sendo feitas reuniões de mobilização e audiências com parlamentares, inclusive com a base do governo que votou favoravelmente. Os Conselhos também divulgarão materiais elucidativos acerca da importância da inserção dessas duas profissões, na educação básica do Brasil (CFESS, 2019).

Como já mencionado, a atuação do profissional de Serviço Social principalmente na rede básica é essencial, porque ele se soma à equipe pedagógica, ajudando na elaboração de um Projeto Político Pedagógico para a instituição, no qual considera a realidade das instituições, assim como as relações aí estabelecidas, além de articular com demais setores da sociedade. Em um cenário de retrocessos e cortes generalizados no país, inclusive e principalmente na Educação, o veto não se configura como uma surpresa. Ao contrário, sanciona a insensibilidade com o tema e fortalece as investidas do governo para dismantelar as políticas sociais no país. Por isso, fundamental que a categoria de Assistentes Sociais prossiga mobilizada.

Durante a confecção e defesa deste Trabalho de Conclusão de Curso, houve um desenrolar deste processo, desde o veto presidencial ao PL nº 3.688/2000, referido acima.

No dia 27 de novembro, foi derrubado o veto Presidencial nº 37/2019, em sessão conjunta do Congresso Nacional, numa votação de 384 a 64 votos. Depois de quase vinte anos de tramitação, parece que finalmente a educação vai receber a ajuda necessária.

Conforme o Planalto, o projeto não indica a respectiva fonte de custeio nem demonstrativos dos impactos orçamentários e financeiros, o que viola as regras do artigo 113 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, assim como dos artigos 16 e 17 da Lei de Responsabilidade Fiscal e ainda do artigo 114 da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2019. Mas uma emenda da deputada Rejane Dias, foi aprovada na Comissão de Educação, ao Plano Plurianual (PPA), prevendo um aporte de R\$ 400 milhões para as políticas de prestação de serviços de Psicologia e Assistência Social nas escolas.

Agora, a proposição será devolvida ao presidente da República, que terá 48 horas para promulgar a lei, sob pena da presidência do Congresso Nacional fazê-la.

CAPÍTULO 3

ANÁLISE DESCRITIVA E ANALÍTICA DOS DADOS COLETADOS

3.1 APROXIMAÇÃO COM O CAMPO EMPÍRICO DA PESQUISA

O Centro Integrado de Escolas Públicas - CIEP-199- Charles Chaplin é uma instituição educacional pública, estadual que trabalha com alunos do Ensino Fundamental, nos anos finais (6º ao 9º ano), Ensino Médio e educação de Jovens e Adultos (EJA), sendo esta, na modalidade Supletiva.

A fim de ilustrar melhor, o CIEP 199 é um centro educacional da rede dos Centros Integrados de Educação Pública, conhecidos como CIEPs ou Brizolões, foi um projeto de educação idealizado pelo antropólogo, escritor e político brasileiro Darcy Ribeiro, objetivando uma revolução para a educação pública do Brasil. O plano de ação foi, a princípio, implantado no estado do Rio de Janeiro durante os dois períodos de governo de Leonel de Moura Brizola (1983 a 1987 e 1991 a 1994), que também era engenheiro civil. O objetivo de tal projeto era oferecer um ensino público de qualidade, em período integral, aos alunos da rede estadual. Foi a partir da influência desse projeto, que o ensino integral passou a figurar na agenda das políticas educacionais do país, principalmente, porque este projeto preconizava a formação social do sujeito pleno, suavizado as desigualdades sociais. Também apoiava, em múltiplos aspectos, as comunidades nas quais estavam inseridas as crianças, colaborando, em um enquadramento mais amplo, com a segurança social, inserida nas políticas de direitos humanos e de segurança pública de seu governo (RIBEIRO, 1994).

O número de matrículas feitas nesta instituição, de acordo com as informações do censo 2018, foram 1.013, distribuídas em: 452 do 6º ao 9º ano; 429 no Ensino Médio; 129 na Educação de Jovens e Adultos e 3 na Educação Especial (QEDU, 2018).

No que se refere aos recursos humanos, a escola dispõe de 60 professores para cobrir todos níveis de ensino, assim como os turnos, que são três, atualmente, sendo 4 deles trabalhando em turno integral. No período escolar de 2019, a escola apresenta 800 alunos matriculados.

Em relação às dependências, a escola conta com 17 salas de aulas, 1 sala de diretoria, 1 de secretaria e 1 de professores, 75 funcionários, incluindo o corpo

docente, 1 laboratório de informática, 1 de ciências, 1 quadra de esportes coberta, área verde e 1 pátio coberto. Também possui uma Cozinha, Refeitório e Despensa (a escola oferece alimento aos alunos). Banheiros fora e dentro do prédio, com chuveiro e banheiro adaptado a alunos com deficiência ou mobilidade reduzida, assim como dependências e vias também adequadas a estes, além de auditório e almoxarifado.

O Ciep 199 Charles Chaplin é uma escola pioneira no município de Duque de Caxias ao aderir o Ensino Médio Inovador (EMI) em sua metodologia de trabalho. Este tipo de ensino foi constituído pela Portaria nº 971/ 2009, para implementar ações voltadas ao Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE). O programa está alinhado com as diretrizes e metas do Plano Nacional de Educação 2014-2024 e com a reforma do Ensino Médio, a qual foi proposta pela Medida Provisória 746/2016 e é regulamentada pela Resolução do Fundo Nacional de Desenvolvimento e Educação - FNDE nº 4 de 25 de outubro de 2016.

Desde o ano de 2013 que colégio Charles Chaplin busca promover a formação integral de seus estudantes, fortalecendo o protagonismo juvenil, ao oferecer atividades que promovem a educação científica e humanística, o aprimoramento da relação teoria e prática, a valorização da leitura, da cultura, a utilização de novas tecnologias e o desenvolvimento de metodologias criativas e emancipadoras.

Tendo em vista a convivência real com este programa, conforme os conhecimentos adquiridos durante a formação dos autores da pesquisa, pôde-se entrelaçar as peculiaridades desta instituição com os objetivos a serem estudado nesta pesquisa.

A implementação do EMI tem sido vista como fator diferencial na escolha da realização da matrícula por parte dos responsáveis dos alunos da região. O colégio se encontra entre os bairros de Jardim Gramacho e do Sarapuí que são pertencentes do 1º distrito do município de Duque de Caxias, bairros reconhecidos pelo fato de moradores viverem de atividades ligadas à comercialização de recicláveis. Alguns realizam, diariamente, atividades como catação de lixo, abertura de aterros clandestinos e trabalho nos depósitos de sucatas, devido à presença do Aterro Metropolitano de Jardim Gramacho.

Como a instituição era conhecida de um dos componentes da pesquisa, que reside nas proximidades e pela sua importância na comunidade, foi escolhida como campo da pesquisa. Ao fazer o primeiro contato com a direção da escola, esta se colocou bastante receptiva e acolheu a pesquisa, porque demonstrou explicitamente

que acredita que a inserção do Assistente Social é de grande importância e que sua participação facilitaria a resolução de muitas demandas do cotidiano escolar. E é neste contexto que se desenvolve o estudo, assim como a pesquisa para este trabalho de conclusão de curso.

Durante todas as visitas, a receptividade foi muito boa. De modo geral, os professores, a coordenação e a direção entendem a necessidade do profissional de Assistência Social atuando neste contexto.

Para alcançar os objetivos propostos na pesquisa, utilizou-se um questionário constando de 7 perguntas, no qual indagou-se os profissionais (3 professores, 1 coordenadora e 1 diretora), que atuam na Escola CIEP 199 Colégio Charles Chaplin, acerca de algumas inquietações, a fim de melhor compreender o trabalho realizado neste âmbito. No entanto, durante algumas das visitas, 3 participantes tiveram a liberdade de fazer suas proposições, além do que estava estruturado no questionário semiaberto, enquanto os outros 2 apenas responderam ao questionário.

No que se tange às entrevistas, o grupo de pesquisa teve uma boa receptividade por todos os profissionais, visto que todos acreditam que a inserção do Assistente Social na equipe interprofissional seja de suma importância, uma vez que os profissionais trabalham arduamente para tentar atender demandas que não são de suas atribuições.

Vale pontuar que houve uma dificuldade para a realização da coleta de dados, pois nem todos responderam ao nosso questionário. A principal dificuldade se deu pela falta de agenda. Os profissionais que trabalham em um período somente, necessitam se deslocar, assim que terminam suas aulas, para outra escola da sua rotina de trabalho. Sobre os profissionais que responderam, observou-se que os mesmos compreendem a importância desta pesquisa, por sua contribuição com os pesquisadores, para que tivessem um maior aprofundamento sobre a temática, para que com este estudo, pudessem contribuir e instigar próximos trabalhos sobre o assunto, no sentido de continuar a discussão da temática aqui desenvolvida.

Como já mencionado, para conseguirmos obter com êxito as respostas dos entrevistados, foram necessários quatro deslocamentos dos autores desta pesquisa até o campo empírico, o CIEP 199 Charles Chaplin. A pesquisa foi feita através da apresentação de um questionário de observação participativa aos sujeitos pesquisados, professores, um total de 3, os quais fazem parte do corpo docente da instituição, em horário integral, e que se propuseram a responder a pesquisa, incluindo

a diretora e a coordenadora da instituição, que também atuam em período integral, perfazendo uma amostra de 5 participantes.

O questionário produzido para complementar a coleta de dados, é composto por perguntas que levam à reflexão os professores acerca de quais expressões da questão social estão presentes neste espaço escolar, qual o conhecimento destes sujeitos sobre o que é a profissão de Serviço Social e como este profissional poderá contribuir perante essas expressões da questão social demandadas pelos alunos.

3.2 OS DESDOBRAMENTOS DA PESQUISA DE CAMPO REALIZADA EM EIXOS DE ANÁLISE

3.2.1 Eixo I: As principais expressões da questão social existentes no espaço da escola na concepção dos profissionais que participaram da pesquisa

Como já mencionado, na escola dos tempos de “capital fetiche”, ocorre a banalização do humano e a mercantilização da educação. E com isso, os educadores acabam tendo que se abrir a outras possibilidades de diálogo com outras áreas do conhecimento. É importante a presença de outros profissionais para compor a equipe interdisciplinar para que, juntos, possam estabelecer alianças para viabilizar formas de enfrentamento da lógica estabelecida e imposta pela política educacional.

A reflexão que aqui se faz é a de que se a escola faz parte da totalidade da sociedade e é, através dela que se deve também ampliar o acesso da classe popular, pois, neste espaço, as expressões da questão social estão expostas com mais evidência e essas expressões interferem, grandemente, na permanência e sucesso desses estudantes. São situações concernentes às condições socioeconômicas, aos processos de violação de direitos constitucionais (falta de: serviços de saúde; emprego; moradia; transporte; alimentação), além de diversas formas de violência que ocorrem dentro e fora da escola. Atuar sobre essas expressões é lutar para fazer valer os princípios de proteção integral à criança e ao adolescente. É explicitar que as crianças e os adolescentes são sujeitos de direitos e que a rede de proteção social é determinante para garantir esses direitos.

Assim, a primeira questão se refere às principais dificuldades do espaço escolar que geram situações, as quais podem resultar na evasão escolar das crianças e/ou adolescentes.

Durante a aplicação do questionário, com os entrevistados presentes, pôde-se observar que os mesmos demonstraram estar inteirados sobre o que é e quais eram as diversas expressões da questão social presentes ou refletidas no âmbito escolar.

De acordo com as respostas dos professores que participaram da pesquisa, identificou-se a questão socioeconômica dos alunos, como grande parte das causas de evasão escolar, ou seja, o desemprego, afeta, diretamente, na frequência e permanência desses alunos na escola.

O desejo de buscar o próprio sustento ou ajudar na renda familiar; desânimo e descrédito com o que a educação pode lhe proporcionar, efetivamente.
(Participante da pesquisa A)

Muitos alunos apresentam dificuldades econômicas e acabam evadindo para trabalhar e assim complementar a renda familiar. Há também casos de alunos que deixam a escola para ajudar aos pais a cuidar dos irmãos mais novos, o que não deixa de passar pela questão socioeconômica. **(Participante da pesquisa B)**

Os principais motivos que levam à evasão escolar são os escassos recursos financeiros de seus familiares, que os levam a inserção no mercado de trabalho informal, sem que tenham concluído sua formação; falta de estímulo familiar e desinteresse pelos estudos, devido à defasagem de competências e habilidades que já deveriam ter sido desenvolvidas em anos anteriores.
(Participante da pesquisa C)

A evasão escolar é o principal problema que uma escola enfrenta. É necessário tornar a escolar em algo atrativo, para que esse aluno não perca o interesse pelo estudo. Conseguir trazer a família desse aluno, para que haja participação deles na vida escolar. **(Participante da pesquisa D)**

Ausência da família e a necessidade de entrar no mercado de trabalho para complementar o orçamento familiar. **(Participante da pesquisa E)**

A pesquisa neste primeiro momento revelou a ligação que ocorre entre a educação nos espaços escolares com o modo de produção capitalista que permeia a economia do nosso país, que obviamente causa rebatimentos dentro das instituições, como por exemplo o CIEP 199 Charles Chaplin, que atua diretamente com alunos, que fazem parte de uma parcela da população na qual a vulnerabilidade social está visivelmente presente em suas famílias.

O capitalismo, como já visto, é o sistema no qual a posse do capital está restrita a um pequeno grupo de pessoas, os capitalistas, os quais, em geral, não são os mesmos que exercem o trabalho de produção e transformações, ou ainda os que prestam os serviços para que os bens se tornem produtos de consumo. Ele é um

sistema metabólico socioeconômico de controle para manter as desigualdades (MÉSZÁROS, 2009).

A partir desse conceito, é possível refletir também sob a perspectiva sociológica de Brandão (2006, p. 10), que se refere à educação como “uma fração do modo de vida dos grupos sociais que a criam e recriam, entre tantas outras invenções de sua cultura, em sua sociedade”. Ou seja, a educação é formada de partes, onde se realiza, nos diversos grupos sociais e que se interligam (as partes) ao todo, uma vez que os movimentos diretos ou indiretos de outras esferas sociais (movimentos sociais, políticos, culturais), historicamente, levam, por vezes, influências ao processo educativo, criando e recriando a forma de educar.

Desse modo, é possível também ressaltar que o capitalismo interfere, diretamente, no curso da educação que é oferecida a esses alunos, uma vez que a educação oferecida na sociedade contemporânea, está voltada para atender os interesses do capital, uma lógica de mercado. Não se pode, portanto, desprezar essa influência sobre o indivíduo, já que neste contexto, a educação, não raro, não se preocupa com a criticidade e nem com a humanização, as quais exigem o enfrentamento das desigualdades sociais, justamente as proporcionadas pelo capitalismo.

3.2.2 Eixo II: Os principais desafios no espaço escolar na visão dos profissionais

A segunda questão se refere aos principais desafios do espaço escolar concernentes ao seu funcionamento (dificuldades infraestruturais, de recursos humanos ou outras), segundo à visão do profissional de educação e como este profissional se posiciona.

Conforme observado, os professores entrevistados apontaram que a instituição, basicamente, sofre com a falta de infraestrutura, refletida na falta de investimento (verbas) para poder melhor equipar a escola. Mas a falta de recursos humanos também se mostrou presente e isso também se deve à falta de aportes (melhores salários e contratação de profissionais concursados) resultado da falta de empenho da gestão do Estado.

Recursos tecnológicos, que façam a escola se aproximar do que acontece no mundo em tempo real e os diversos problemas sociais (desigualdade de oportunidade) (Participante da pesquisa A)

Quanto há infraestrutura, esbarramos na falta de recursos para adquirir equipamentos mais modernos e rápidos. Até possuímos, no entanto, não é suficiente. Quanto a recursos humanos, nos faltam profissionais como psicólogos, orientador educacional, assistentes sociais, que nos dariam suporte para resolver questões que se apresentam cotidianamente, porém, não temos formação específica para solucionar e acabamos usando a experiência, o bom senso e, sobretudo a boa vontade. (Participante da pesquisa B)

Adaptar o método de ensino à geração que está na escola hoje. A falta da internet, para o uso em atividades pedagógicas em sala de aula. (Participante da pesquisa C)

Há muitos desafios, dentre eles a escola sofre com a falta de pessoal de apoio como por exemplo: porteiro. Em relação a infraestrutura, a escola não tem espaços como uma biblioteca, usamos um espaço improvisado para termos uma sala de leitura. Não tem um espaço para o laboratório de ciências, que ajudaria muito nas aulas práticas nas disciplinas de biologia, física e química. (Participante da pesquisa D)

Carência de pessoal de apoio, recursos materiais limitados, pois a verba de manutenção não condiz com as necessidades da unidade. (Participante da pesquisa E)

Os participantes da pesquisa expressaram que é difícil fazer um bom trabalho quando não se tem à disposição laboratórios, ferramentas tecnológicas para tornar a aula mais atrativa e dinâmica, além de serem recursos de grande importância em termos de instrumentação do aluno para as atividades e conhecimentos para o futuro.

Um estudo mostrou que as crianças e adolescentes em fase escolar, principalmente das redes públicas, usam a internet, por exemplo, para acessar redes sociais, mas desconhecem os usos e sua importância das tecnologias, quando se trata de educação como ferramenta pedagógica, para a profissionalização, criação de redes de estudos, pesquisas etc. (SOUZA, 2013).

Por outro lado, tem-se a falta de recurso humano. Faltam profissionais como psicólogos, orientadores educacionais, assistentes sociais, os quais poderiam dar o suporte adequado para ajudar a solucionar questões próprias de suas capacidades. Sem os profissionais apropriados, agindo em seu espaço de atuação, adequadamente demarcado, as demandas podem se acumular. Isto é, sem a devida delimitação e organização das funções, mesmo havendo os profissionais apropriados, as demandas podem não ser atendidas se não estiver explícito quando e quem vai atuar sobre elas. Esta é uma das configurações que demonstra que os desafios nesta

instituição, assim como em muitas outras, são muitos e variados, em função das carências apresentadas.

Claro que não se pode achar que bastaria inserir o Assistente Social para resolver todos estes problemas, mas não há como deixar de mencionar que é, a partir de sua inserção, que este quadro pode ser modificado gradativamente, porque o Assistente Social é especialmente treinado para atuar conscientemente nos processos que envolvem o desenvolvimento e a organização de projetos para a redução de conflitos, problemas sociais, situações de risco e muitos outros que figuram o universo escolar, seja relacionado aos alunos ou ao corpo docente.

Quando se entende corretamente a função do Assistente Social, pode-se apreender o porquê da escola se estabelecer como um dos ambientes mais importantes de atuação deste profissional. Para isso, deve-se ter em mente que isto se refere aos princípios éticos fundamentais da sua profissão, destacando:

Reconhecimento da liberdade como valor ético central e das demandas políticas a ela inerentes – autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais; Defesa intransigente dos direitos humanos [...]; Ampliação e consolidação da cidadania [...]; Posicionamento em favor da equidade de justiça social [...]; Empenho na eliminação de todas as formas de preconceitos [...] e Exercício do Serviço Social sem discriminar, nem discriminar por questões de inserção de classe social, gênero, etnia, religião, nacionalidade, opção sexual, idade e condição física (CFESS,1993, p. 23).

Entendendo esta análise, pode-se compreender que sua formação institui critérios e caminhos que devem ser seguidos, os quais são absolutamente necessários para que as escolas funcionem melhor, lembrando que o Assistente Social também está apto para criar estratégias, a fim de desenvolver nos alunos capacidades para que os mesmos desenvolvam maneiras para enfrentarem os conflitos, os quais vivenciam.

Os conceitos e princípios que formam a medula de sua profissão - sua consideração à dignidade do ser humano, sua fé no potencial criativo de cada indivíduo e sua convicção de que ele tem direito ao gozo de uma vida plena que leva ao bem-estar social - são fatores importantes, se não, determinantes para a inserção deste profissional na educação.

3.2.3 Eixo III: A contribuição da inserção do Assistente Social na política de Educação

Como mostrado no estudo, a inserção do Assistente Social na educação ainda não é uma realidade, por isso, neste subitem da pesquisa, abordou-se como é, na concepção dos entrevistados, a profissão do Serviço Social e de que modo o Assistente Social poderia atuar e, também, qual a contribuição que este profissional poderia oferecer para esta escola, referentes às perguntas 3 e 4.

Os entrevistados demonstraram clareza no que tange à participação do Assistente Social dentro do ambiente escolar.

A implantação e implementação das diversas políticas públicas, cria a necessidade de um profissional que possa conduzir o público-alvo, o Assistente Social atual nessa mediação. **(Participante da pesquisa A)**

O serviço social atua no sentido de orientar e apoiar os indivíduos na garantia e acesso aos seus direitos enquanto cidadão, como saúde, educação, etc. E em geral, está voltado para pessoas em situação de vulnerabilidade social. **(Participante da pesquisa B)**

É aquele que tem foco na coletividade e integração do indivíduo na sociedade. Atua no combate às desigualdades, analisando, acompanhando e propondo intervenções para melhorar as condições de vida das pessoas. **(Participante da pesquisa C)**

O Serviço Social é uma profissão que atua na intervenção dos problemas sociais e na defesa dos direitos. O assistente social pode atuar nas políticas públicas em âmbito municipal, estadual e federal e em empresas privadas. **(Participante da pesquisa D)**

É a função exercida por profissional que facilita ou, pelo menos, minimiza, as ações burocráticas, orientando e encaminhando as pessoas em diversas áreas, tais como: saúde, empresa, etc. **(Participante da pesquisa E)**

Esta perspectiva demonstra que os entrevistados têm a compreensão e concordam que o Assistente Social trabalha para que os indivíduos - sejam alunos ou corpo docente - dentro das escolas, através da sua contribuição, possam ser estimulados à uma reflexão sobre a realidade social, na qual eles estão inseridos e formam parte, para que desse modo eles possam se sentir encorajados a transformar esta realidade, além de acompanhar estes indivíduos neste processo buscando fazê-los entender a verdade dessa realidade, reconhecendo que ela é complexa, mas não inatingível.

No que se refere à possível contribuição do Assistente Social, os entrevistados também demonstraram total consciência da sua importância sugerindo sua

colaboração em acompanhamento, mediações, orientações, no estreitamento de relações familiares, garantia de direitos, questões do domínio desta profissão.

Na mediação entre a gestão escolar e as políticas destinadas a essa área. Funcionando como elo entre a política pública e seu público alvo. (Participante da pesquisa A)

Acredito que o assistente social teria mais recursos para orientar e encaminhar tanto os alunos quanto suas famílias para tratarem questões relativas às políticas sociais. Por terem uma compreensão melhor e mais adequada do que melhor se encaixa em cada situação. (Participante da pesquisa B)

Favorecer a relação família – escola – comunidade. (Participante da pesquisa C)

Seria de grande valia, o assistente social pode acompanhar aquele aluno que, por ventura, passando alguma dificuldade social e ajudá-lo na garantia de seus direitos. (Participante da pesquisa D)

Maior acompanhamento dos alunos e familiares, principalmente quando estes precisam ser atendidos fora do ambiente escolar por afastamento médico e dos profissionais da educação. (Participante da pesquisa E)

No que se refere à ação profissional do Serviço Social, as demandas da educação incidem em diversas situações. Por isso, este profissional também trabalha com crianças e adolescentes, em diversos projetos, como está previsto no Estatuto da Criança e do Adolescente. Nestes projetos estão incluídos a importância da participação das famílias, através do desenvolvimento de ações, como trabalhos de grupo, por exemplo, e, por vezes, com os professores da Unidade de Ensino. O Assistente Social também está apto a promover reuniões interdisciplinares para decisões e conhecimento sobre determinadas problemáticas enfrentadas pela comunidade escolar e ainda atuar no campo educacional, intercedida pelos programas e ações assistenciais, marca do trabalho desses profissionais (ALMEIDA, 2000).

O CFESS (2001) também manifesta que entre os problemas sociais, os quais devem ser combatidos pelo Assistente Social na área da educação estão: a evasão; baixo rendimento; desinteresse por aprender; insubordinação; indisciplina; problemas com drogas; comportamentos agressivos e violentos entre outros.

Assim, a contribuição do Assistente Social, também na escola, não é medida em termos de realizações materiais, mas no que é mais importante e básico: o desenvolvimento e fortalecimento das atitudes (caráteres); o incentivo aos direitos, ao respeito, aos valores legítimos da sociedade e suas instituições, como a escola e

também aos deveres do cidadão; e a orientação para a iniciativa do indivíduo de se ajudar e ajudar os outros.

Seu trabalho é interagir com os outros profissionais, atuando de forma interdisciplinar com a equipe de profissionais da escola (diretores, professores, coordenadores, psicólogos) a fim de criar mecanismos para viabilizar direitos e combater as mazelas das questões sociais refratadas na escola, como questões de baixo rendimento escolar, evasão, violência, gordofobia, *bullying* e outros fatores que estejam além dos muros da escola, mas que constituam outras formas de expressão dos problemas sociais, reduzindo assim situações e confrontos que poderiam dificultar o progresso da escola. Em suma, o Assistente Social de base escolar é um profissional que a ajuda a articular melhor as situações-problema, para cumprir sua missão social de uma forma verdadeiramente dinâmica.

Nesse contexto, a intervenção do Assistente Social nas escolas é imprescindível, já que os fatores que justificam sua intervenção neste ambiente, são vários, dentre os quais está envolvida a própria função social da escola, bem como a da educação como um direito social e a contribuição do Serviço Social para garantir esse direito. Assim, a proximidade da atuação do Assistente Social com a área de educação acontece em virtude da função de ambas terem uma dimensão socioeducativa.

3.2.4 Eixo IV: A visão dos profissionais que atuam nesse espaço escolar com foco no trabalho do Assistente Social

Para este subitem ficam os questionamentos de como seria, na visão dos entrevistados, a atuação do Assistente Social junto aos outros profissionais atuantes na instituição, quais seriam as possibilidades e os limites desta atuação e, ainda, quais seriam os possíveis desdobramentos neste espaço escolar (perguntas 5, 6 e 7).

Os entrevistados foram muito positivos e receptivos nesta proposição, como pode ser visto nas descrições.

Dar aos atores dentro desse espaço a visão de seu contexto dentro do universo das políticas, ajudando-os no melhor aproveitamento destas.
(Participante da pesquisa A)

O assistente social daria o suporte necessário para encaminhar de maneira completa e eficiente situações que muitas vezes não são solucionadas de

maneira mais eficiente por esbarrarem nas limitações dos profissionais e sua área. (Participante da pesquisa B)

Uma relação de apoio e fortalecimento das práticas sociais, das relações interpessoais e grupos, respeitando e entendendo os direitos que cada um possui e as suas responsabilidades. (Participante da pesquisa C)

Seria um trabalho multiprofissional entre direção, coordenação, professores e assistentes sociais para melhorar o desempenho do aluno. (Participante da pesquisa D)

Deveria haver integração com a equipe pedagógica e apoio aos profissionais para facilitar as demandas que estes possuem tanto no âmbito escolar quanto nas áreas que interferem diretamente em suas atividades escolares, tais como, assistência médica. (Participante da pesquisa E)

Esta questão mostrou que o Assistente Social é visto como uma figura indispensável na escola por sua capacidade de lidar com diversas questões pertinentes a este ambiente que se relacionam com os rebatimentos de diversas faces da questão social como deficiência de aprendizagem, evasão conflitos familiares, desigualdades, apoio dentro do universo das políticas públicas que se referem à educação.

A prática social, na educação se estabelece como uma área de conhecimento orientada à emancipação social, política e emocional dos sujeitos envolvidos, uma vez que estabelece e socializa os conhecimentos que vão contribuir para a transformação desses sujeitos em cidadãos conscientes de seus direitos. E é assim que a ação do Assistente Social opera sobre este objetivo de grande valor, já que esta ação pode contribuir, junto aos educadores, para pensar e repensar a escola como um ambiente de incentivo e acolhimento, através de atuações e reflexões sobre a dimensão social dessa educação.

Conforme Figueiredo (2009), a reorientação do trabalho organizada pela Gerência de Serviço Social na Educação, as atribuições do Assistente Social na educação, como já visto, está justamente relacionado com o atendimento e acompanhamento das famílias e alunos para que possam ter acesso e se manterem na escola. Além disso, elaborar planos de trabalho para a equipe, considerando ações/projetos para os distintos segmentos da comunidade escolar, atendendo às especificidades da região. Além de monitorar e acompanhar os alunos, evitar a evasão, fazer relatórios, levantamentos, estudos socioeconômicos, entre muitas outras atribuições, além de manter essa agenda para garantir os direitos das crianças

e adolescentes, o acesso a uma educação voltada para suas necessidades, próprias à sua realidade e conforme a suas vivências.

É necessário que tenham também o apoio e acompanhamento pedagógico e psicológico adequados, a fim de garantir um aprendizado de qualidade e neste caso, a família também é imprescindível neste processo (FIGUEIREDO, 2009).

Os limites da atuação são definidos pelo espaço de gestão de uma escola, onde o assistente social funciona de modo a não assumir ou eclipsar outras funções mantendo a atuação da sua maior cobertura social. (Participante da pesquisa A)

Possivelmente esbarraria nos entraves burocráticos e nas próprias deficiências das políticas sociais. (Participante da pesquisa B)

Priorizar a participação da comunidade escolar na busca de estratégias de proposição e intervenção para minimizar a evasão escolar. Conhecer a realidade social dos alunos encurtando a distância que separa a escola do âmbito familiar. Não interferir com o conteúdo que é trabalhado no contexto educacional. (Participante da pesquisa C)

Sua intervenção melhoraria a vida de algum aluno que estivesse em uma situação de risco ou que tenha algum direito violado. O limite que ele encontraria seria a resistência de alguns familiares. (Participante da pesquisa D)

Só o responsável por essa inserção, no caso o governo do Estado, poderia limitar as ações deste servidor, mas acredito que muito poderia ser feito por estes profissionais, já que sua função principal é orientar e dar suporte aos demais. (Participante da pesquisa E)

Como todo o estudo vem mostrando, são inúmeras as possibilidades de atuação do Assistente Social no meio escolar. Do mesmo modo os desafios. No espaço escolar eles (os desafios) se colocam, principalmente, em função das burocracias e práticas políticas que visam limitar a atuação do Assistente Social. O desafio, então é reinventar meios e alternativas que possam possibilitar o trabalho profissional. Criar planos mais factíveis e formular propostas de enfrentamento da questão social, de modo solidário com os sujeitos que lutam para preservar aquilo que já conquistaram. Afinal, a educação é um direito que toda criança e adolescente tem. O direito de aprender, ampliar seus horizontes, de se conhecer, de evoluir, de ser respeitado, de ser cidadão, de ser um sujeito de direitos.

Quando se fala de escola pública, a atuação do Assistente Social é ainda mais premente, pelo fato de que é nela onde se concentra a maior parte de pessoas desfavorecidas

Como se pôde apreender, existem muitos desafios ainda a serem enfrentados. Além dos já explicitados, como meta geral, é transformar a cultura política de nossa

sociedade (civil e política), a qual ainda é profundamente marcada pelo clientelismo, fisiologismo e tantas outras formas de corrupção. É preciso reestruturar a cultura administrativa dos órgãos públicos, imersos na burocracia e no corporativismo. É necessário, principalmente, desenvolver e fortalecer uma cultura cidadã, a qual respeite os direitos e os deveres individuais e coletivos e é aí que opera o Assistente Social, nas desigualdades (sociais, educacionais e emocionais) e na inclusão dos desfavorecidos, estando em acordo com os entrevistados

A definição do campo de atuação do profissional dentro do espaço escolar, para que uma inserção mal planejada não dilua sua atuação. (Participante da pesquisa A)

Com a presença do assistente social o tratamento oferecido a comunidade escolar seria mais completo. (Participante da pesquisa B)

Uma maior interação com as famílias, conhecendo seus problemas sociais, a fim de propor ideias efetivas para resgatar a integridade dos membros. (Participante da pesquisa C)

Alunos que estejam em alguma situação de risco sejam ajudados. (Participante da pesquisa D)

Acredito que esse profissional poderia ajudar no aumento da participação da família na vida escolar de nossos alunos, pois se sentiriam apoiados e muitos solicitariam o auxílio desses profissionais. (Participante da pesquisa E)

Com relação às possíveis mudanças, os entrevistados também foram positivos. No geral, eles acreditam que o Assistente Social é o profissional que pode ajudar nas principais questões que se apresentam na escola, como alunos em situação de vulnerabilidade, alterações no comportamento, agressividade, irritação, inquietação, perda da concentração nas aulas, deficiência de aprendizado e tantos outros fatores que possam atuar negativamente sobre o processo educativo.

Mas foi pontuado a necessidade de que nessa interação com os outros profissionais, fiquem bem delimitados os espaços de atuação de cada um, inclusive para que o planejamento possa se materializar de forma ordenada e eficiente.

3.3. A CONTRIBUIÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL PARA A DISCUSSÃO PROPOSTA

Depois de todo já estudado, não há como discutir a importância da educação e da orientação desta educação para o ser humano e para o mundo, nem de sua contribuição transformadora da sociedade.

Para o Serviço Social, a educação ainda é uma área nova de atuação, mas de grande importância, que certamente interessa a estes profissionais, por sua formação e propósito, para colocar em prática seus saberes teórico-metodológicos.

Quando se pensa em Assistente Social na educação, pensa-se em: direito para todos; ultrapassar as desigualdades sociais; orientação para a cidadania e autonomia do indivíduo. A Assistência Social deve estar inserida na educação, dentro da escola, com a finalidade de instaurar ações positivas que reflitam na sociedade.

De acordo com Gerardi (2000), o Serviço Social tem profunda relação com a educação, já que este trabalho junto a escola oportuniza o processo de aprendizagem, se forem usadas as ferramentas ideais, no intuito de proporcionar qualidade de vida das crianças e das famílias.

O espaço do Serviço Social neste cenário vem crescendo gradualmente e mesmo com avanços modestos deixa “evidente cada vez mais que é importante e fundamental a intervenção desses profissionais na política educacional e na proposta pedagógica que se insere a escola” (ALESSANDRINI, 2001 apud PIANA, 2009b, p. 200).

Este profissional é requerido para trabalhar na política educacional para dar dinâmica e apoio ao aluno a respeito das questões sociais. É um profissional cuja contribuição é favorável sobre todos os direitos educacionais.

Diante dessa realidade é que o Serviço Social se configura como uma profissão que vem construindo há quase 90 anos, no Brasil, com seu caráter “sociopolítico, crítico e interventivo, a ampliação da sua ação, em todos os espaços que toca e as diversas refrações da questão social” (PIANA, 2009b, p.186).

O Serviço Social busca, através de sua visão ética e princípios, transformar a sociedade e o mesmo ocorre no meio escolar, pois quando interage junto à educação, a família e a sociedade ganham.

Cabe ao Serviço Social na área da educação oportunizar o acesso, a frequência e ainda possibilitar a melhoria das condições de vida indispensáveis ao bom rendimento escolar. E o Serviço Social, de fato, busca contribuir para grandes avanços, na área educacional, mas segundo Gerardi (2000):

[...] é utópico pensarmos que o Serviço Social poderia solucionar todos os problemas de âmbito educacional, mas é prudente afirmar que o Serviço Social tem condições para colaborar com a melhoria do sistema educacional, por meio da atuação direta na escola e também via planejamento social de programas de auxílio familiar visando o combate à exclusão social... (p. 54).

Mas também vale ressaltar que, apesar de ser uma verdade a afirmação de Gerardi, a atuação do Assistente Social nesta área representa uma fusão dos saberes e trocas com os outros profissionais dessa área, com o intuito de ajudar nas questões que retardam o crescimento escolar, como: evasão escolar, *bullying*, drogas e tantos outros. E é por esse motivo que este profissional deve ter um amplo conhecimento a respeito da realidade em que está inserido e da sua complexidade para assim poder modificá-la em benefício do seu projeto político profissional.

A inserção desse profissional neste campo de atuação impõe tarefas desafiadoras como construir uma intervenção qualificada que possa cooperar para dar respostas aos anseios e carências dos envolvidos na comunidade escolar. Assim conhecer o perfil do aluno é importante para o Assistente Social poder traçar as propostas para solucionar as questões de interesse, a fim de possibilitar uma vida coletiva mais social.

A ação da Assistência Social, deve ser, principalmente, a de prevenir problemas e não apenas solucioná-los. Através do Assistente Social, ela deve ter, por princípio, modificar a realidade do aluno, para estabelecer uma sociedade com cidadãos conhecedores dos seus deveres e direitos.

De modo geral, discutir a importância do Serviço Social no referente à garantia do direito à educação, sugere abrir um leque de temas correspondentes à realidade social, política, econômica e cultural, a qual por vezes, não são respeitadas no dia a dia, ficando aos 'cuidados' das políticas educacionais.

3.4. AS TRÊS DIMENSÕES DO SABER E FAZER PROFISSIONAL ARTICULADAS À PESQUISA REALIZADA

Como já dizia Yolanda Guerra “na teoria, a prática é outra”. A autora se refere ao fato de existir uma compreensão errônea daqueles que creem que a teoria pode se materializar na prática imediatamente ou que, por si só, proporciona os procedimentos para a intervenção. O mesmo ocorre com a prática, entendida como sinônimo de instrumentos e técnicas (GUERRA, 2012).

Para a autora os fundamentos do trabalho do Serviço Social são compostos de três dimensões: a teórico-metodológica que se refere à capacidade de apreender métodos e teorias e relacioná-los com a prática; a ético-política que se relaciona com

objetivos e finalidades e os princípios e valores humano-genéricos, e a técnico-operativa que se refere à capacidade do profissional para articular os meios e os instrumentos, a fim de materializar os objetivos, baseado nos valores idealizados. Estes são níveis distintos da forma como a realidade da profissão é apreendida. São níveis indissociáveis entre si, formando um todo, apesar de suas particularidades.

O Assistente Social utiliza a teoria como forma de apreender a realidade com as expressões da questão social nela inserida com suas contradições. A competência teórico-metodológica é importante na formação profissional, para garantir uma intervenção com qualidade. É ela que ilumina o significado social de cada ação, extrapolando o conhecimento instaurado no senso comum. Porém as três dimensões devem andar sempre juntas, não podendo uma ser mais considerada que outra.

Enquanto isso, a técnico-operativa é aquela que é concebida além das disposições técnicas e instrumentais, abrangendo o conjunto de ações e de procedimentos utilizados pelo Assistente Social, a fim de alcançar uma alguma finalidade, que exige ser avaliada sobre seu alcance e objetivos. Nessa dimensão estão envolvidas, conseqüentemente, as “estratégias, táticas, instrumentos, técnicas, conhecimentos específicos, procedimentos, ética, cultura profissional e institucional, particularidades dos contextos organizacionais” (SANTOS et al, 2012, p.20).

Finalmente, a terceira dimensão, a qual compõe os alicerces do trabalho do Assistente Social, a ético-política. Quando se fala de ética, necessariamente se está fazendo referência aos princípios e valores protegidos pelo Código de Ética da profissão. Esta ética deve ser entendida de forma mais ampla, pois, os valores descritos e defendidos, são aqueles orientados por posicionamentos, opções, escolhas e juízos de valor que se contextualizam e se realizam no cotidiano. Deste modo, essa dimensão ética só pode ser calculada na prática social concreta, isto é, na ação do trabalho, por meio de ações críticas e conscientes, ligada a uma posição política para a defesa dos direitos dos seus usuários.

A partir dessas três dimensões, são discutidas as estratégias e técnicas para a intervenção do Assistente Social também na educação, observando quatro questões básicas: “o que fazer, por que fazer, como fazer e para que fazer” (PEREIRA, 2013, p.5).

Assim também na inserção do Assistente Social na Educação. É este profissional que é capaz de articular as demandas apresentadas na instituição, buscando uma forma para, a partir dos seus conhecimentos, interferir nas relações sociais cotidianas, atendendo as mais variadas expressões da questão social apresentadas na escola ou que refletem nela.

Mas para sua atuação, esse profissional necessita de bases traduzidas nos fundamentos teórico-metodológicos, ético-políticos e técnico-operativos, os quais contribuem para aclarar a leitura da realidade e instituindo orientações para sua ação.

A clareza da necessidade de articulação das três dimensões pelo Assistente Social, tem implicações diretas na sua atuação, já que a incorporação dessas dimensões, junto com sua formação e a sua prática profissional, são demonstrações da materialidade, no cotidiano, do Projeto Ético-Político do Serviço Social.

Mas como menciona Yolanda Guerra, nem sempre o ideal se aproxima da realidade. É nesse momento que o Assistente Social precisa fortalecer suas bases e manter o foco na principal questão da sua profissão, que é a garantia dos direitos daqueles que necessitam da sua atuação.

3.5 A CONTRIBUIÇÃO/LEGADO DA PESQUISA E AS PROPOSTAS A SEREM ADOTADAS

O estudo mostrou a enorme importância do Assistente Social inserido no âmbito escolar por que o Serviço Social Escolar mostrou-se ser um apoio à escola, ajudando a abordar situações de vulnerabilidade social, facilitando a integração de alunos pertencentes a minorias, detectando situações de risco (abuso infantil, abuso sexual, problemas emocionais, questões sociofamiliares) e incentivando à participação das famílias.

Pelas características da sua profissão, algumas das funções que este profissional pode realizar em escolas ou institutos são: detectar situações de risco social e orientar as famílias e funcionários da escola; contribuir com a perspectiva social nas reuniões de professores, com a direção, com os professores que dele necessitar, ou com o Conselho Escolar, melhorando o trabalho interdisciplinar com os alunos; mediação em casos de *bullying* ou agressões em coordenação com outros profissionais, criando programas para a prevenção da violência escolar; orientar as

famílias sobre serviços e recursos de encaminhamento do aluno que precisa de atenção (de saúde, serviços sociais, psicólogo etc.) e com questões de faltas evasões; trabalhar de forma coordenada com os profissionais dos serviços mencionados; estreitar os laços familiares e da família com a escola, além de fazer a ligação com associações do bairro para que possam oferecer atividades de interesse como a prevenção do uso de drogas, promoção da saúde, educação sexual, atividades de lazer e lazer, apoio escolar ou outros serviços.

Estudos e a realidade atual das escolas do Brasil mostram que, não raro, muitos professores enfrentam dificuldades no ensino. Isso acontece em todas as etapas educacionais, mas especialmente no Ensino Médio. Em 2018, um estudo, realizado pela Nova Escola, observou que 68% dos professores sentiu um nível médio-alto de estresse por causa da falta de apoio das famílias para questões disciplinares como ter que "ensinar as pessoas que não valorizam a educação", a presença de agressão entre estudantes, e agressões verbais e desconsideração por parte dos alunos (TEIXEIRA, 2018, s/p).

O alto risco psicossocial desses professores, o risco de desenvolver problemas de estresse e as estratégias de enfrentamento que empregam, reduzem sua capacidade de envolvimento em seu trabalho e cuidados com os alunos, para evitar o desgaste, ou ter sentimentos de culpa por não fazer em seu trabalho bem, resultando em um aumento no absenteísmo.

O apoio de um Assistente Social reduziria a pressão sobre os professores, permitindo abordar situações de conflito, indisciplina ou agressividade. Em situações que mereçam a intervenção junto a adolescentes com comportamentos de risco, mediação com as famílias e a coordenação com outros profissionais, quando necessário.

O Trabalho Social Escolar é essencial para melhorar as oportunidades de aprendizagem de muitos alunos, reduzir o efeito das desigualdades socioeconômicas entre alunos e outros, reduzir o risco de fracasso e abandono escolar para os alunos mais desfavorecidos, promover a integração de estudantes migrantes ou minoritários, mediar entre a família e a escola, incentivar a participação das famílias, abordar situações de conflito entre alunos, orientar e aconselhar professores, fornecendo uma perspectiva social.

Em um contexto social complexo, é fundamental levar em conta a importância da intervenção social na escola para melhorar a aprendizagem, o desempenho

acadêmico e a integração escolar. É preciso continuar a promover a presença desses profissionais nas escolas e viabilizar o trabalho direto com alunos, familiares e professores.

Espera-se que este estudo possa incomodar aos leitores e traga mais discussões sobre o tema. A proposta que se poderia deixar é manter-se firme no propósito de se manter essa discussão até poder materializá-la numa realidade que possa favorecer, principalmente os alunos que, em processo de formação, merecem ter acesso a uma escola mais harmoniosa, saudável e funcional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A fim de completar o Trabalho de Conclusão de Curso, faz-se necessário retomar algumas questões de grande importância, reveladas no decorrer do estudo.

No tocante à revisão bibliográfica, o estudo mostrou a importância da inserção do Serviço Social na Educação, uma vez que a educação é vista como a base para o desenvolvimento da sociedade e a escola é a representação dessa sociedade. Assim, se esta sociedade for desigual, a escola também o será e vice-versa.

O Assistente Social na escola lida com diversas expressões da questão social, inseridas no cotidiano escolar. E é, justamente, este profissional, em conjunto com a equipe interdisciplinar, quem está melhor aparelhado para atingir os principais objetivos da sua prática profissional, no campo educacional como: oferecer sua contribuição para a entrada, o regresso, a permanência e o sucesso da criança e do adolescente, na escola; facilitar as relações família-escola-comunidade e expandindo o espaço de participação destes, na escola; expandir a visão social das pessoas envolvidas e promover a articulação entre a educação e as diversas políticas sociais.

Isso define quão importante é o trabalho do Assistente Social, inserido na escola, que também pode trabalhar com programas que visam à prevenção de problemas sociais que podem ser resolvidos com maior rapidez e eficiência, quando tratados de forma interdisciplinar com a equipe da instituição.

O estudo mostrou também que uma das grandes, se não, a maior contribuição que o Serviço Social pode trazer à esfera educacional é o acercamento da família no cenário escolar. Isso porque intervindo na família, o Assistente Social poderá ter acesso aos fatores sociais, culturais e econômicos que motivam a problemática social

que reflete na esfera educacional e, conseqüentemente, poder desenvolver um plano de prevenção destes, a fim de impedir que o ciclo se repita.

Não é tarefa fácil nesse sistema capitalista onde a educação é explorada, as famílias, de modo geral, não participam, deixando todo o trabalho para a equipe educadora e esta não é capaz de dar conta das demandas apresentadas, no âmbito escolar, sem ajuda. Porém, com a atuação do Assistente Social junto à equipe multidisciplinar, é possível reverter questões sobre o desenvolvimento e rendimento escolar dos alunos.

Diante do exposto, pode-se, de acordo com as entidades representativas da profissão, considerar que o campo da Política Pública de Educação é e deve continuar sendo considerado um campo ocupacional do (a) Assistente Social, uma vez que o mesmo dispõe de atribuições e competências que contribuem para uma intervenção qualificada das questões sociais que se expressam no cotidiano educacional.

No que se refere à pesquisa de análise de dados, o estudo mostrou que a Escola Estadual CIEP 199 Charles Chaplin é uma representação das diversas instituições do país, as quais tentam sobreviver, na atual conjuntura política, econômica e social, ao sucateamento da educação.

Apesar de ter uma boa proposta de ensino, a instituição não pôde deixar de explicitar, através das informações coletadas, os desafios que os profissionais que aí atuam precisam enfrentar, cotidianamente, para colocar esse ensino em prática.

Durante as entrevistas e coleta de informações, observou-se que a escola carece de investimentos, por parte do governo. Tal informação foi expressa pelos entrevistados, em determinados momentos, que alegaram a falta de recursos tecnológicos para propiciar um ensino adequado e que acompanhe as inovações tecnológicas, necessárias à formação, principalmente, dos adolescentes, já que é uma necessidade da modernidade.

Também ficou claro que há uma aceitação, por parte dos profissionais entrevistados, a inserção do Assistente Social na política de educação, não é uma opção, mas uma necessidade, pois eles entendem que este profissional está capacitado para atuar nas expressões da questão social, demandada pelos alunos e, conseqüentemente, fazer a mediação entre a família e a escola.

Alguns entrevistados, também demonstraram, numa pequena escala, um entendimento que precisa ser aprimorado, da concepção do serviço social na escola,

fato que, certamente, poderá ser melhor discutido quando houver esse profissional na equipe da escola.

Compreendeu-se neste trabalho que o (a) Assistente Social inserido na Política Educacional deve ter suas ações fundamentadas na Constituição Federal, no Estatuto da Criança e do Adolescente, na Lei das Diretrizes e Bases da Educação e, como não poderia deixar de ser, no Código de Ética da profissão.

Efetivamente, pôde-se perceber, através das informações coletadas, que os elementos que compõem o trabalho prático do (a) Assistente Social, na área educacional, constituem um auxílio à equipe pedagógica da unidade escolar, um incentivo à participação efetiva dos alunos, pais e profissionais da escola e um estreitamento do vínculo escola- família-comunidade.

A inserção deste profissional na Política de Educacional tem como objetivo, tendo em vista o Projeto de Lei- Político da profissão, o acesso ao exercício do direito à educação, a busca por uma educação de qualidade, laica e gratuita para todos (a) e a possibilidade de articular propostas de ações efetivas, resgatando a visão de integralidade humana e do significado real e histórico-social do conhecimento. A interdisciplinaridade, na esfera escolar, representa a superação do pensar disciplinar e fragmentado, transformando-se na ideia de complementaridade mútua entre as diversas áreas e seus respectivos saberes.

De modo geral, a pesquisa mostrou, que a inserção do Assistente Social é muito necessária para deflagrar as mudanças necessárias para se estabelecer uma educação de qualidade e significativa.

E, a fim de responder o problema da pesquisa, sobre a importância da inserção do Assistente Social na educação, as hipóteses planteadas foram positivas. O estudo mostrou que: os níveis de violência, desrespeito, *bullying* etc. podem ser reduzidos; os direitos da criança e do adolescente são evidenciados; os processos de ensino/aprendizagem podem ser facilitados; a evasão é menor e as famílias podem ser mais participativas quando o Assistente Social intervém nessas questões dentro da escola, pois é ele quem está mais habilitado para atuar no fortalecimento dos laços familiares, nas relações sociais e as diversas demandas relacionadas à educação.

Nesta perspectiva, foi possível identificar a grandeza do valor da inserção deste profissional no âmbito escolar, por sua capacidade de compreender as demandas aparentes da questão social, intervindo, de maneira positiva, no cotidiano da unidade escolar, minimizando os índices de evasões escolares.

Nesta direção é possível concluir que o processo de inserção do Assistente Social na educação apresenta muitos desafios que perpassam, não somente a esfera social, mas também econômica.

Contudo, não há dúvidas de que a parceria instituída entre educação e Serviço Social pode contribuir para a luta contra a dominação, alienação e exploração do capital, possibilitando aos alunos uma perspectiva emancipadora.

Finalizando, espera-se que a pesquisa possa contribuir, positivamente, tanto para a educação, quanto para a comunidade, pois é necessário um olhar diferenciado da escola, visando a um melhoramento para esses alunos e seus familiares, através de um viés crítico, ao analisar as expressões da questão social, presentes neste espaço. Com uma formação vinculada ao projeto Ético Político da Profissão, vinculado a uma nova ordem societária, a fim de levar a uma visão de mundo não excludente, no que se refere as relações sociais para esses usuários.

O Assistente Social proporcionará, por meio de todo o arcabouço teórico que compõe a sua formação, um conhecimento crítico-político, para um ambiente que, na atualidade está muito fragilizado. Quando se salienta conhecimento político, não se está referindo a partidos políticos, e sim a um conhecimento de cidadania, de luta pelos direitos sociais e o Projeto Ético Político da Profissão, se posiciona a favor da equidade e da justiça social e também de atuar pautado no Código de Ética Profissional, que norteia a atuação do Assistente Social, através do compromisso com a classe trabalhadora e tem como um dos seus princípios a intransigente defesa dos direitos humanos e a recusa do arbítrio e do autoritarismo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGGIO, Alberto; BARBOSA, Agnaldo; COELHO, Hercídia. **Política e Sociedade no Brasil (1930-1964)**. São Paulo: Annablume, 2002.

ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira de. **O Serviço Social na educação**. Revista Inscrita. nº 6; Ano 3, Brasília: CFESS, 2000. p.19 - 24. Disponível em: <https://issuu.com/cfess/docs/revistainscrita-cfess__6_> Acesso em: 19 abr. 2019.

ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira. **O Serviço Social na Educação: novas perspectivas sócio-ocupacionais**. Texto do Simpósio Mineiro de Assistentes Sociais, realizado em maio de 2007. Disponível em: <ecad.paginas.ufsc.br/files/2012/07/O_Servico_

Social_na_Educacao_perspectivas_socio_ocupacionais1.pdf> Acesso em: 19 abr. 2019.

AMARO, Sarita Teresinha Alves. **Serviço Social na escola: o encontro da realidade com a educação**. Porto Alegre: Sagra Luzzatto, 1997.

_____. **Visita Domiciliar: Guia para uma abordagem complexa**. RS: AGE. 2003.

ARTEBRA. Associação Cultural Arte Brasileira. Educação, Assistência, Cidadania. **O novo documentário do Serviço Social na Educação**. 2016. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=gKmuZZ_Qryo> Acesso em: 19 abr. 2019.

ATLAS BRASIL. **Duque de Caxias, RJ. IDH**. 2018. Disponível em: <http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/duque-de-caxias_rj#educacao> Acesso em: 19 abr. 2019.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Martins Fontes, 1977. Disponível em: <<https://www.ets.ufpb.br/pdf/2013/2%20Metodos%20quantitativo%20e%20qualitativo%20-%20IFES/Livros%20de%20Metodologia/10%20-%20Bardin,%20Laurence%20-%20An%C3%A1lise%20de%20Conte%C3%BAdo.pdf>> Acesso em: 19 out. 2019.

BARBOZA, Douglas Ribeiro; FREIRE, Silene de Moraes. **O Serviço Social crítico no atual contexto de redemocratização da América Latina**. Rev. Katálysis, Florianópolis, v. 9, n. 2, jul. /dez. 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S141449802006000200010&script=sci_abstract&tlng=pt> Acesso em: 19 abr. 2019.

BORGES, Adriana Cristina. **A educação para a cidadania no sistema capitalista. Edição**. Rev, eletr. LENPES-PIBID; nº 1, v 1, jan-jun. 2012. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/lenpes-pibid/pages/arquivos/1%20Educacao/1ordf.%20Educacao.%20Artigo%20BORGES%20A.%20C.pdf>> Acesso em: 20 abr. 2019.

BRANDALISE, Mary Ângela Teixeira. **Avaliação institucional na escola pública: os (des)caminhos de uma política educacional**. Educar em Revista, Curitiba, Brasil, Edição Especial n. 1/2015, p. 55-74. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/er/nspe1/1984-0411-er-1-spe-00055.pdf>>> Acesso em: 19 out. 2019.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é Educação?** 48ª Reimpressão. São Paulo: Brasiliense, 2006 (coleção primeiros passos; 20).

BRASIL. **Constituição Federal de 1988**. Versão de 2010. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf> Acesso em: 19 abr. 2019.

_____. **Plano Nacional de Educação (PNE)**. Lei nº 13.005 de 2014. Disponível em: <<http://pne.mec.gov.br/18-planos-subnacionais-de-educacao/543-plano-nacional-de-educacao-lei-n-13-005-2014>> Acesso em: 19 abr. 2019.

_____. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. LDBEN Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm > Acesso em: 19 abr. 2019.

_____. **Projeto de Lei 3.688/2000**. Dispõe sobre a introdução de assistente social no quadro de profissionais de educação em cada escola. (Em tramitação). Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=20050>> Acesso em: 19 abr. 2019.

CABRERA Débora; DOMINGUES, Simone Ferreira da Silva. **As políticas sociais e a educação brasileira: a formação do pedagogo**. Revista Diálogos: pesquisa em extensão universitária. IV Congresso Internacional de Pedagogia Social: domínio epistemológico. Brasília, v.18, n.1, dez, 2012. Disponível em: < <https://portalrevistas.ucb.br/index.php/RDL/article/view/3911/2388> > Acesso em: 19 abr. 2019.

CARDOSO, Priscila Fernanda Gonçalves. **Ética e projetos profissionais: os diferentes caminhos do serviço social no Brasil**. São Paulo: Papel Social, 2013.

CARVALHO, Janete Magalhães. **O não lugar dos professores nos entrelugares de formação continuada**. Revista Brasileira de Educação, n. 28, p. 96-107, 2005. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n28/a08n28.pdf> > Acesso em: 15 fev. 2019.

CASTRO, M. M. **História do Serviço Social na América Latina**. 12 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

CFESS. **Serviço Social na educação**. Brasília, 2001. Disponível em: < [http://www.cfess.org.br/arquivos/SS_na_Educacao \(2001\).pdf](http://www.cfess.org.br/arquivos/SS_na_Educacao%20(2001).pdf) > Acesso em: 26 mai. 2019.

_____. **Entidades de todo o Brasil defendem PL da Educação**. Nota aponta razões para derrubada do veto presidencial no Congresso. Mobilização continua. Postado 16 de Outubro de 2019. Disponível em: <<http://www.cfess.org.br/visualizar/noticia/cod/1626>> Acesso em: 19 out. 2019.

_____. **Código de Ética do (a) Assistente Social**. Lei nº 8.662/93 de Regulamentação da Profissão. 10ª Edição revista e atualizada. 1993. Disponível em:< http://www.cfess.org.br/arquivos/CEP_CFESS-SITE.pdf > Acesso em: 19 abr. 2019.

CFESS-CRESS. Serviço Social na Educação. **Subsídios para a atuação dos assistentes sociais na política de educação**. 3ª série Trabalho e Projeto profissional nas políticas sociais. 2012. Disponível em:< http://www.cfess.org.br/arquivos/BROCHURACFESS_SUBSIDIOS-AS-EDUCACAO.pdf > Acesso em: 26 mai. 2019.

CEMOBA. Centro de Memória Oral da Baixada Fluminense. **Duque de Caxias**. 2009. Disponível em: < <http://www.cemobafluminense.com.br/index.php> > Acesso em: 19 out. 2019.

CMDC. Câmara Municipal de Duque de Caxias. Duque de Caxias hoje. Disponível em: < https://www.cmdc.rj.gov.br/?page_id=1155 > Acesso em: 19 out. 2019.

COSTA, Irene Cristina dos Santos. **A educação e a humanização na atualidade: Educar para Humanizar? Humanizar para Educar?** Rev. Recanto das Letras. Publicado em 2014. Disponível em: <<https://www.recantodasletras.com.br/artigos/5076960>> Acesso em: 19 abr. 2019.

DENTZ, Marta von; SILVA, Roberto Rafael Dias da. **Dimensões históricas das relações entre educação e Serviço Social: elementos para uma revisão crítica.** Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 121, p. 7-31, 2015. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ssoc/n121/0101-6628-ssoc-n121-0007.pdf>> Acesso em: 19 abr. 2019.

DURKHEIM, Émile. **Educação e Sociologia.** São Paulo: Melhoramentos/FENAME, 1978.

ESTADÃO. **Bolsonaro veta PL que exigia psicologia e assistência social em escolas públicas.** Jornal Estadão MG, online. Postado em 09/10/2019. Disponível em: <https://www.em.com.br/app/noticia/nacional/2019/10/09/interna_nacional,1091300/bolsonaro-veta-pl-que-exigia-psicologia-e-assistencia-social-em-escola.shtml> Acesso em: 19 out. 2019.

FALEIROS, Vicente de Paula. **Estratégias em Serviço Social.** SP: Cortez, 2010.

_____. **O Serviço Social no cotidiano: fios e desafios.** Rev. Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 120, p. 706-722, out. /dez. 2014. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ssoc/n120/07.pdf>> Acesso em: 26 mai. 2019.

FASUBRA. Federação de Sindicatos dos Trabalhadores em Universidades Brasileiras. **Pesquisa da Unesco: Salário do professor no Brasil é o 3º pior do mundo.** 2012. Disponível em: <<http://www.assufrgs.org.br/2012/01/10/pesquisa-da-unesco-salario-do-professor-no-brasil-e-o-3%C2%BA-pior-do-mundo/>>> Acesso em: 26 mai. 2019.

FIGUEIREDO, Charles Barros de. **O trabalho do Assistente Social na educação: demonstração do Plano de ação na escola.** Artigo de Mestrado do programa de Pós-Graduação em Política Social e Trabalho da Faculdade de Serviço Social da UERJ; 2009. Disponível em: <https://www.cibs.cbciss.org/arquivos/o_trabalho_do_assistente_social_na_educacao.pdf> Acesso em: 19 abr. 2019.

FLORENTINO, Bruno Ricardo Bérghamo; FLORENTINO, Angra dos Reis. **O Assistente Social a serviço da educação pública: possibilidades e desafios: Educação, Gestão e Sociedade.** Rev. da Faculdade Eça de Queirós, Ano 5, nº 17 2015. Disponível em: <http://uniesp.edu.br/sites/_biblioteca/revistas/20170509161233.pdf> Acesso em: 19 abr. 2019.

FORTI, Valéria. **Ética, crime e loucura: reflexões sobre a dimensão ética no trabalho profissional.** 3ª ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2013.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa.** 30ª edição. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

FRERES, Helena de Araújo; RABELO, Jackline; SEGUNDO, Maria das Dores Mendes. **O papel da educação na sociedade capitalista: uma análise onto-histórica**. 2008. Disponível em: <http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe5/pdf/932.pdf> Acesso em: 20 abr. 2019.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **Educação e a crise do capitalismo real**. 4ª ed. São Paulo: Cortez, 2000.

_____. **Política Educacional e Questão Social**. In: **Em foco: O serviço social e a educação**. Rio de Janeiro: CRESS-RJ, 2006.

GERARDI, D. A. M. **Uma experiência do serviço social na construção, implementação e implantação do programa comunitário de educação complementar: “casa da turminha”**. 2000, p. 119. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharel em Serviço Social). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2000.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GOHN, Maria da Glória. **Movimentos sociais na contemporaneidade**. Rev. Bras. de Edu. v. 16 n. 47; 2011. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v16n47/v16n47a05.pdf> > Acesso em: 19 abr. 2019.

GUERRA, Yolanda. **Apresentação**. In: SANTOS, Cláudia M. dos; BACKX, Sheila; _____ (Org.). **A dimensão técnico-operativa no Serviço Social: desafios contemporâneos**. Juiz de fora: Ed. UFJF, 2012. p.9-13

IAMAMOTO, Marilda Vilela; CARVALHO Raul de. **Relações sociais e serviço social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. 25. ed. São Paulo, Cortez, 2008.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **Renovação e conservadorismo no serviço social**. 11 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

_____. **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. São Paulo: Cortez, 1999.

_____. **Serviço social em tempo de capital fetiche. Capital financeiro, trabalho e questão social**. Cortez Editora. São Paulo. 2008.

IBGE. **Duque de Caxias, panorama**. 2018. Disponível em:<<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rj/duque-de-caxias/panorama>> Acesso em: 19 abr. 2019.

KRAWCZYK, Nora; FERRETTI, Celso João. A reforma educacional na América Latina nos anos 1990: uma perspectiva histórico-sociológica. Cadernos de Pesquisa, v. 39, nº 136, jan./abr. 2009. Disponível em: <<http://publicacoes.fcc.org.br/ojs/index.php/cp/article/view/288/299>> Acesso em: 20 abr. 2019.

LIBÂNEO, José Carlos. **Ainda as perguntas: o que é pedagogia, quem é o pedagogo, o que deve ser o curso de Pedagogia**. IN: PIMENTA, Selma Garrido (org.). **Pedagogia e Pedagogos: Caminhos e Perspectivas**. São Paulo, Cortez, 1998.

MARTINS, Barbara Távora de Sousa; RABELO, Josiane Oliveira; COSTA, Marta Oliveira **Por uma educação humanizada**. 9º Forum Permanente de Inovação Educacional, v8; n1 2014. Disponível em: < <https://eventos.set.edu.br/index.php/enfope/article/view/1202/272>> Acesso em: 19 abr. 2019.

MARTINS, Eliana Bolorino Canteiro. **O Serviço Social na área da Educação**. In: Revista Serviço Social & Realidade. v 8 nº 1. UNESP, Franca: São Paulo, 1999.

_____. **Educação e serviço social: elo para a construção da cidadania**. São Paulo: Editora Unesp, 2012. Disponível em: <<http://books.scielo.org/id/d4sw/pdf/martins-9788539302437.pdf>> Acesso em: 19 out. 2019.

MARTINELLI, Maria Lúcia. **O Serviço Social na consolidação de direitos: desafios contemporâneos**. Revista Serviço Social & Saúde. UNICAMP Campinas, v. 10, n. 12, dez. 2011. Disponível em: < <http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?down=50182> > Acesso em: 19 out. 2019.

MÉSZÁROS, István. Educação **Para além do Capital**. Ed. Boitempo. Tradução Sérgio Lessa e Paulo Cezar Castanheira, 3ª reimpressão, 2009.

MINAYO, Maria Cecília. **Pesquisa Social. Teoria método e criatividade**. 21ª Ed Vozes; Petrópolis; 2002.

MONTEIRO, Aída. **Crianças e adolescentes com direitos ameaçados e violados e a escola**. Promenino, Fundação Telefonica. 2011. Disponível em:< https://rodrigoeducar.files.wordpress.com/2013/05/ideo_aula_1_aida_monteiro_2011_05_23.pdf> Acesso em: 19 abr. 2019.

NETTO, José Paulo. **Relações sociais e serviço social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica** 15 ed. São Paulo: Cortez, 2009.

_____. **Introdução ao método da teoria social**. In: Serviço Social: direitos e competências profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

NOVAIS, Liliane Cabilé Charbel et al. **Serviço Social na educação: uma inserção possível e necessária**. Brasília, 2001. Disponível em:< [http://www.cfess.org.br/arquivos/SS_na_Educacao\(2001\).pdf](http://www.cfess.org.br/arquivos/SS_na_Educacao(2001).pdf)> Acesso em: 19 abr. 2019.

OLIVEIRA, Ana Cristina Almeida de et al, **A inserção do serviço social na educação: uma ponte para a afirmação das políticas públicas de inclusão**. Revista Includere, Mossoró, v. 1, nº. 1, p. 117-127, Ed. Especial, 2015. p.117-27. Disponível em: <<https://periodicos.ufersa.edu.br/index.php/includere/article/download/4592/5878>> Acesso em: 26 mai. 2019.

OLIVEIRA, Lidiane Rios de. **Serviço social na educação: uma reflexão sobre a importância da inclusão do assistente social nas escolas**. 2016. Disponível em: <<http://fundacaotelefonica.org.br/promenino/trabalho infantil/colunistas/servico-social-na-educacao-uma-reflexao-sobre-a-importancia-da-inclusao-do-assistente-social-nas-escolas/>> Acesso em: 26 mai. 2019.

OLIVEIRA, Dalila Andrade. **Educação para além do capital**. (Resenha). Rev. Educ. Soc., Campinas, vol. 27, n. 97, p. 1373-1376, set. /dez. 2006. p. 1373-76. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v27n97/a16v2797.pdf> Acesso em: 20 abr. 2019.

OLIVEIRA, Edistia Maria Abath Pereira de; CHAVES, Helena Lúcia Augusto. **80 anos do Serviço Social no Brasil: marcos históricos balizados nos códigos de ética da profissão**. Rev. Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 128, p. 143-163, 2017. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/sssoc/n128/0101-6628-ssoc-128-0143.pdf> > Acesso em: 19 abr. 2019.

ORTIZ, Fátima Grave. **O Serviço Social no Brasil: os fundamentos de sua imagem e da autoimagem de seus agentes**. Rio de Janeiro: E-papers, 2010.

PANIAGO, Maria Cristina Soares. **Estado e Capital, em Mézáros: relação de autonomia ou de complemento?** II Jornada Internacional de Políticas Públicas, 2005. Disponível em: < http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinppIII/html/Trabalhos2/maria_Cristina_Soares_Paniago.pdf > Acesso em: 19 abr. 2019.

PEREIRA, Potyara Amazoneida P. **Proteção social contemporânea**: Rev. Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 116, p. 636-651, out./dez. 2013. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/sssoc/n116/04.pdf>> Acesso em: 20 abr. 2019.

PERES, Pedro Pereira dos Santos. **O direito à educação e o princípio constitucional da dignidade da pessoa humana**. Disponível em: < <http://jus.com.br/artigos/5633/o-direito-a-educacao-e-o-principio-constitucional-da-dignidade-da-pessoa-humana> >> Acesso em: 19 abr. 2019.

PIANA, Maria Cristina. **A Construção do perfil do assistente social no cenário educacional**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009a.

_____. **Serviço social e educação: olhares que se entrecruzam**. Serviço Social & Realidade, Franca, v. 18, n. 2, p. 182-206, 2009b. <https://ojs.franca.unesp.br/index.php/SSR/article/view%20File/136/187>

PIMENTA, Selma Garrido. **Professor reflexivo: construindo uma crítica**. IN: PIMENTA, Selma Garrido; GHEDIN, Evandro. (orgs). **Professor reflexivo no Brasil: gênese e crítica de um conceito**. São Paulo: Cortez, 2008.

QEDU. **Ciep Brizolao 199 Charles Chaplin**. 2018. Disponível em: < <https://www.qedu.org.br/escola/168791-ciep-brizolao-199-charles-chaplin/censo-escolar> > Acesso em: 19 abr. 2019.

RIBEIRO, Paula de Oliveira Santos. **A inserção do Serviço Social na educação: uma experiência no município de Iguaba Grande -RJ**. 2018. Disponível

em:<<https://app.uff.br/riuff/bitstream/1/7197/1/TCC%20%20%20Paula%20de%20Oliveira%20Santos%20Ribeiro.pdf>> Acesso em: 19 abr. 2019.

RIBEIRO, Paulo Rennes Marçal. **História da educação escolar no Brasil: notas para uma reflexão.** Rev. Paidéia (Ribeirão Preto), nº.4 1993.Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103863X1993000100003&script=sci_abstract&lng=pt> Acesso em: 19 abr. 2019.

SANTOS, Cláudia Mônica dos *et al.* A dimensão técnico-operativa do Serviço Social: questões para reflexão. In: SANTOS, Cláudia M. dos; BACKX, Sheila; GUERRA, Yolanda (Org.). **A dimensão técnico-operativa no Serviço Social: desafios contemporâneos.** Juiz de fora: Ed. UFJF, 2012. p.15-38.

SAVIANI, Dermeval. **O trabalho como princípio educativo frente às novas tecnologias.** In: FERRETTI, Celso J. et alii (org.). Novas tecnologias, trabalho e educação. Petrópolis: Vozes, 1994.

SCHNEIDER, Glaucia Martins; HERNANDORENA, Maria do Carmo A. HERNANDORENA. **Serviço Social na Educação: perspectivas e possibilidades.** Porto Alegre: CMC, 2012.

SILVA, Anália Barbosa da; SILVA, Diego Tabosa da; JUNIOR, Luiz Carlos de Souza. **O Serviço Social no Brasil: das origens à renovação ou o “fim” do “início”.** 4º Simpósio Mineiro de AS. 2016. Disponível em: <<http://cress-mg.org.br/hotsite/s/Upload/Pics/ec/ecd5a070-a4a6-4ba1-8e4a-81b016479890.pdf>> Acesso em: 19 abr. 2019.

SILVA. Maria José Domingues da. **O papel do professor frente à violência nas escolas: uma mediação necessária.** Artigo de pós-graduação. 2004. Disponível em: <<http://www.periodicosibepes.org.br/index.php/reped/article/download/531/414>> Acesso em: 19 abr. 2019.

TEIXEIRA, Larissa .**66% dos professores já precisaram se afastar por problemas de saúde.** Ansiedade, estresse, dores de cabeça e insônia estão entre os principais problemas que afetam educadores, segundo estudo realizado pela NOVA ESCOLA. Rev. Nova Escola online. Publicado em: ago. 2018. Disponível em: <<https://novaescola.org.br/conteudo/12302/pesquisa-indica-que-66-dos-professores-ja-precisaram-se-afastar-devido-a-problemas-de-saude>> Acesso em: 20 out. 2019.

VYGOTSKY, Lev. Semyonovich. **A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores.** Tradução: José Cipolla Neto, Lius Silveira Menna Barreto, Solange Castro Afêcha. São Paulo: Martins Fontes, 1991.(Livro Disponível em: <<http://www.egov.ufsc.br/portal/sites/default/files/vygotsky-a-formac3a7c3a3o-social-da-mente.pdf>> Acesso em: 20 abr. 2019.

ANEXO: Modelo TCLE

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

(De acordo com as normas da Resolução nº 466, do Conselho Nacional de Saúde de 12/12/2012)

Você está sendo convidado para participar da pesquisa "ASSISTENTE SOCIAL NAS ESCOLAS: a importância da inserção do Serviço Social neste espaço sócio-ocupacional a partir da concepção dos profissionais que atuam no Centro Integrado das Escolas Públicas - CIEP 199 Charles Chaplin".

Você foi selecionado pelo histórico da instituição e sua participação não é obrigatória. A qualquer momento você pode desistir de participar e retirar seu consentimento. Sua recusa não trará nenhum prejuízo em sua relação com o pesquisador ou com a instituição.

O objetivo geral deste estudo é o de analisar a importância da inserção do Assistente Social na escola a partir da concepção dos profissionais que atuam no Centro Integrado das Escolas Públicas - CIEP 199 Charles Chaplin, localizado no município de Duque de Caxias.

Sua participação nesta pesquisa consistirá em responder, de acordo com o questionário, sua visão e experiências sobre o tema.

A pesquisa envolve sujeitos sociais e a descrição de suas opiniões e percepções, logo envolve riscos na comunicação e divulgação de informações, entretanto os benefícios relacionados com a sua participação são de grande importância para os profissionais da educação e, de modo geral, para a sociedade, pela relevância da inserção do Serviço Social na educação.

As informações obtidas através dessa pesquisa serão confidenciais e asseguramos o sigilo sobre sua participação. Os dados não serão divulgados de forma a possibilitar sua identificação.

Uma cópia deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido ficará com o senhor (a), podendo tirar suas dúvidas sobre o projeto e sua participação, agora ou a qualquer momento com os pesquisadores responsáveis, o Orientador: Diego Augusto Rivas dos Santos, e os Alunos ANA CLAUDIA AFONSO (2403297); MOISÉS MAIA RANGEL (2403301); PAULA CRISTINA THOMAZ LEITE (2403280) e SAMANTA PALMEIRA DE FRANÇA (2401107), no e-mail: moisesrangel@unigranrio.br ou no telefone (21) 99031-5891.

Diego A. Rivas dos Santos
Pesquisador Responsável

Diego A. Rivas dos Santos
Coordenação de Estágio em Serviço Social
CRESS: 21.218 7ª Região
d.rivas@unigranrio.edu.br

Declaro que entendi os objetivos, riscos e benefícios de minha participação na pesquisa e concordo em participar.

O pesquisador informou que o projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos da UNIGRANRIO, localizada na Rua Prof. José de Souza Herdy, 1160 – CEP 25071-202 Telefone (21).2672-7733 – Endereço Eletrônico: cep@unigranrio.com.br

Duque de Caxias, ____ de ____ de 2019.

Participante da pesquisa

APÊNDICE: Roteiro de Entrevista

**Universidade do Grande Rio – Prof. José de Souza Herdy
Escola de Ciências Sociais
Aplicadas Curso de Serviço Social**

- 1. Quais as principais dificuldades que ocorrem no espaço da escola, no que diz respeito as situações apresentadas pelas crianças e adolescentes que podem resultar na evasão escolar deles?**
- 2. Quais são os principais desafios existentes no espaço da escola, no que diz respeito ao seu funcionamento, sejam dificuldades de infraestrutura ou de recursos humanos ou outra que possa apontar?**
- 3. O que é a profissão de Serviço Social e em que o Assistente Social atua?**
- 4. Qual seria a contribuição da inserção do Assistente Social no espaço da escola?**
- 5. Como seria o trabalho do Assistente Social com os outros profissionais que atuam neste espaço escolar?**
- 6. Quais as possibilidades e limites de atuação profissional que o Assistente Social se depararia ao ser incluído no espaço escolar?**
- 7. O que poderia mudar ou melhorar com a inserção do Assistente Social no espaço da escola?**